

LUCI SUZANA BEDIN AMORIM

**AGRICULTURA FAMILIAR E REDES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do
Paraná**

**Toledo
2007**

LUCI SUZANA BEDIN AMORIM

**AGRICULTURA FAMILIAR E REDES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do
Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.: Dr.: Jefferson Andronio
Ramundo Staduto

Toledo
2007

LUCI SUZANA BEDIN AMORIM

**AGRICULTURA FAMILIAR E REDES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do
Paraná**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.: Dr.: Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.: Dr.: Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof.: Dr.: José Luiz Parré
Universidade Estadual de Maringá

Toledo, 09 de Março de 2007.

À minha família pela paciência e por compreenderem os motivos de minha ausência em vários momentos.

A nossa trajetória pessoal é, na verdade, a confluência de experiências que vivemos coletivamente. Ao concluir este trabalho não posso deixar de agradecer as pessoas que, de formas diferentes, mas todas essenciais, participaram de sua realização.

AGRADEÇO:

A Deus que tem iluminado o meu caminho.

À compreensão da minha família - Carlos, Sara e Cadu - pelo apoio e dedicação nas horas em que mais precisei; e a minha irmã Sônia, pelo carinho e apoio.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, por contribuírem no expressivo aumento de meus conhecimentos. Em especial ao meu orientador Dr.: Jefferson Andronio Ramundo Staduto, pela seriedade, dedicação e por acreditar no meu trabalho.

Aos amigos que conquistei no Mestrado - pelos bons momentos; pelos obstáculos os quais superamos juntos e aprendemos o real significado da palavra “união”.

À Eloide - técnica do Instituto EMATER - que em todos os momentos em que precisei, disponibilizou seu precioso espaço de tempo para o repasse de informações e viagens aos municípios pesquisados. E à Sandra – que, em muito, contribuiu para a confecção do banco de dados.

A todos os colaboradores da Biblioteca da UNIOESTE *Campus* de Toledo - pela ajuda e educação destinadas a mim. Em especial, à Marilene - que compreendeu as minhas necessidades.

À Clarice, secretária do Mestrado, aos agricultores pesquisados e a todas as pessoas que participaram, direta ou indiretamente, deste trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudo, em grande parte do Mestrado.

AMORIM, Luci Suzana Bedin. **Agricultura familiar e redes de desenvolvimento territorial rural**: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* Toledo.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a organização da produção da agroindústria familiar como estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar. A unidade de análise é o produtor familiar e a pesquisa tem como base a percepção dos mesmos sobre a prática agroindustrial, a participação qualitativa na renda da família e a participação dos produtores nas redes vertical e horizontal de desenvolvimento rural. A pesquisa foi realizada com produtores dos centros de comercialização dos municípios de: Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste e Sede Alvorada Distrito de Cascavel. Em decorrência do processo seletivo de modernização, na década de 1970, ocorreram transformações estruturais na agropecuária brasileira, como grande concentração fundiária e aumento da pobreza rural e urbana devido ao vultoso êxodo rural. Esse processo de transformação de base técnica cria novas formas de organização da produção e marca a passagem da agropecuária brasileira do chamado “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” (CAIs), nos anos de 1970 e 1980. Em resposta a esse conjunto de transformações sofridas pelas ocupações rurais e urbanas nas últimas décadas, crescem no Brasil, as atividades não-agrícolas no espaço rural. Ainda nos anos de 1970, a produção familiar é articulada pela agroindústria convencional e passa por um processo de exclusão nos anos de 1980, devido a uma profunda transformação na forma de operar das redes verticais de desenvolvimento rural. A agroindústria familiar rural se constitui num desdobramento deste processo de transformação. Na década de 1990, cria-se um espaço de legitimidade das estratégias de agroindustrialização rural, em que o processamento de alimentos foi o ponto principal para o desenvolvimento da agroindústria familiar e sua inserção no mercado. Utiliza-se neste trabalho, a abordagem teórica das redes na análise do desenvolvimento rural que está diretamente vinculado à agricultura familiar. As redes horizontais convergem para o novo enfoque territorial do desenvolvimento rural, que compreende as raízes históricas de um território, a interação social, a capacidade dos indivíduos, das organizações locais em promover ligações dinâmicas capazes de valorizar as tradições e o potencial do espaço local. Os dados da pesquisa revelam que da renda total das propriedades pesquisadas, 42,55% provém de atividades agrícolas; 57,45% de atividades não-agrícolas (sendo 43,38% oriunda das agroindústrias, 7,5% oriunda de outras atividades e 6,57% de aposentadoria). A mão-de-obra que predomina na agroindústria familiar é a feminina, representando 61%, e a masculina 39%. Os produtos são comercializados no comércio local e regional. O estudo vem a confirmar que os produtores familiares rurais utilizam a estratégia da agroindustrialização de produtos alimentares, como forma de sobrevivência e aumento de renda, garantindo, de certo modo, a unidade familiar no meio rural.

Palavras-chave: agricultura familiar, agroindústria familiar rural, desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, redes de desenvolvimento rural.

AMORIM, Luci Suzana Bedin. **Family agriculture and rural territorial development nets:** an empiric study on rural family agribusiness from the West of Paraná. 2007. Dissertation (Master's Degree in Regional and Agribusiness Development) - State University of West Parana/Campus Toledo.

ABSTRACT

The present study has for objective to analyze the organization of the production of the family agroindustry as strategy of rural development of the family agriculture. The unit of analysis is the family producer and the research has for base the perception of the same ones on the agroindustrial practice, the qualitative participation in the income of the family and the participation of the producers in the vertical and horizontal nets of rural development. The research was accomplished with producers from the commercialization centers of the cities of: Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste and Sede Alvorada, district of Cascavel. Due to the selective process of modernization, in the 1970's structural transformations happened in the Brazilian farming, such as great landed concentration and increase of the rural and urban poverty due to the bulky rural exodus. That process of technical base transformation creates new forms of organization of the production and marks the passage of the Brazilian farming from the called "rural complex" to the "agribusiness complex" (AC) in the 1970's and the 1980's. Answering to that group of transformations suffered because of the rural and urban occupations in the last decades, non-agricultural activities grow in Brazil in the rural space. Still in the 1970's, the family production is articulated by the conventional agribusiness and passes through an exclusion process in the 1980's, due to a deep transformation in the form of operating the vertical nets of rural development. The rural family agribusiness is constituted in an unfolding of this transformation process. In the 1990's a space of legitimacy of strategies of the rural agro-industrialization is created, where the processing of food was the main point for the development of the family agroindustry and its insertion in the market. In this paper it is used the theoretical approach of the nets in the analysis of the rural development that is directly linked to the family agriculture. The horizontal nets converge for the new territorial focus of the rural development, that comprehends the historical roots of a territory, the social interaction, the individuals' capacity, of the local organizations in promoting dynamic connections capable to value the traditions and the potential of the local space. The data of the research reveals that from the total income of the researched properties, 42,55% come from agricultural activities; 57,45% from non-agricultural activities (43,38% originated from the agroindustry, 7,5% originated from other activities and 6,57% from retirement). The labor that prevails in the family agroindustry is the female work, representing 61%, and the male work 39%. The products are traded in the local and regional commerce. The study comes to confirm that rural family producers use the strategy of the agricultural industrialization of alimentary products, as a survival and income increasing way, guaranteeing, in certain way, the family unit in the rural way.

Key words: family agriculture, rural family agribusiness, rural development, territorial development, rural development nets.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (vbp) no brasil.....	50
TABELA 2 – Agricultores familiares - área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total no brasil	51
TABELA 3 – Ocupação dos residentes das propriedades familiares rurais pesquisadas ...	86
TABELA 4 - Escolaridade dos titulares das propriedades familiares rurais pesquisadas ...	87
TABELA 5 - Escolaridade dos membros ocupados nas propriedades familiares rurais pesquisadas	88
TABELA 6 – Situação da renda do produtor familiar nas propriedades pesquisadas	89
TABELA 7 – Renda bruta anual e tamanho das propriedades em hectares	91
TABELA 8 - Aquisição ou venda de terra nos últimos 5 anos por propriedade pesquisada	93
TABELA 9 – Grupos de área total em hectares/alqueires*.....	94
TABELA 10 – Produtos agropecuários produzidos nas propriedades pesquisadas destinados à comercialização.....	95
TABELA 11 – Ano de início da atividade de transformação de produtos alimentares nas propriedades pesquisadas.....	98
TABELA 12 – Quem está à frente da administração da agroindústria	101
TABELA 13 – Capacidade instalada utilizada nas unidades agroindustriais pesquisadas	106
TABELA 14 – Agroindústrias que recebem assistência técnica voltada à qualidade do produto.....	109
TABELA 15 – Assistência técnica prestada às agroindústrias familiares pesquisadas.....	110
TABELA 16 – Recursos disponibilizados pela família na fase de implantação da agroindústria.....	116
TABELA 17 – Agricultores vinculados à rede vertical (agroindústrias convencionais).....	121
TABELA 18 – O produtor familiar pode por si só enquadrar seus produtos às exigências do consumidor e torná-los competitivos no mercado?	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Percentual de estabelecimentos familiares brasileiros e área segundo grupos de área total.....	52
GRÁFICO 2 - Escolaridade das mulheres ocupadas residentes nas propriedades familiares rurais pesquisadas.....	89
GRÁFICO 3 – Forma de aquisição da terra dos agricultores pesquisados.....	92
GRÁFICO 4 – Quem iniciou a agroindústria familiar.....	101
GRÁFICO 5 - Renda familiar: o que mudou após a agroindustrialização.....	107
GRÁFICO 6 - Qualidade de vida: o que mudou após a agroindustrialização.....	107
GRÁFICO 7 - Qualidade de trabalho: o que mudou após a agroindustrialização.....	108
GRÁFICO 8 – Benefícios do programa fábrica do agricultor às agroindústrias familiares pesquisadas.....	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	12
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.3 HIPÓTESE	22
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	23
2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ.....	24
2.1 A MODERNIZAÇÃO PÓS ANOS 1960 E POBREZA RURAL	27
2.2 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO:A NOVA DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	31
2.3 A AGRICULTURA PARANAENSE E A INSERÇÃO DA REGIÃO OESTE	38
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR.....	43
2.4.1 A dimensão da Agricultura Familiar no Brasil.....	49
3 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES.....	55
3.1.1 Breve Revisão sobre Desenvolvimento Econômico	55
3.1.2 Abordagens do desenvolvimento rural	63
3.1.3 Noção de desenvolvimento territorial rural	69
3.1.4 As redes de desenvolvimento rural.....	74
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
4. UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL	84
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PRODUTOR RURAL QUE COMERCIALIZA SEUS PRODUTOS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL NOS CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	85
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RENDA DA PROPRIEDADE FAMILIAR RURAL.....	96
4.2.1 Qualidade associada à segurança alimentar.....	108
4.2.2 Programa Estadual Fábrica do Agricultor	112
4.2.3 Recursos para implantação, ampliação e modernização das agroindústrias familiares rurais.....	115

4.3 PRODUTORES FAMILIARES E AS REDES VERTICAIS E HORIZONTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	119
4.3.1 Participação dos produtores nas redes verticais de desenvolvimento rural	120
4.3.2 Redes horizontais de desenvolvimento rural e as agroindústrias familiares pesquisadas.....	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS.....	140

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Os sistemas produtivos agrícolas passaram por transformações importantes no período do pós Segunda Guerra. O padrão técnico hoje dominante incorporou os meios de produção desenvolvidos durante a segunda Revolução Industrial, especialmente a moto-mecanização, a utilização de insumos de origem industrial, como adubos químicos e agrotóxicos, articulando-o a um processo complexo e sofisticado de seleção biológica de plantas e raças animais de alto rendimento, resultando no que se convencionou chamar de “revolução verde” (MONTROYA e GUILHOTO, 1999; SCHNEIDER, 2000). Modelo tecnológico de produção agrícola apoiado na promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome no mundo, apresentou reflexos em muitos países, como a elevação da produtividade do trabalho agrícola, a diminuição das populações rurais e um ganho extraordinário de produtividade em produção agrícola. No entanto, esse modelo produtivo passou a apresentar limites de crescimento a partir da década de 1980.

No Brasil os reflexos da “revolução verde” ocorreram, efetivamente, a partir do final da década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, período em que a agropecuária passou por intensa transformação. A introdução expressiva de tecnologia intensiva em capital, que se estendeu para as décadas seguintes, mudou a base de produção no campo. O conjunto dessas transformações estruturais

caracteriza-se como a fase de modernização da agropecuária e esse processo foi intensamente estudado na literatura¹.

O processo seletivo de modernização trouxe transformações estruturais para a agropecuária brasileira, grande concentração fundiária e aumento da pobreza rural e urbana devido ao vultoso êxodo rural principalmente na década de 1970. Nesta década, segundo Hoffmann e Kageyama (1986), o setor que apresentou o grande crescimento da desigualdade de renda foi a agropecuária.

No sistema produtivo brasileiro, o processo de modernização evoluiu positivamente principalmente em função do comportamento do mercado internacional, o qual se mostrava, na década de 1970, favorável à incorporação do setor rural ao processo de expansão capitalista, pois ocorria grande aumento dos preços de commodities agrícolas.

A transformação da base técnica da agricultura encerra um longo período do complexo rural nos anos 1950. A modernização, até então, encontrava-se restringida pela capacidade de importar, o que limitava a agricultura como fornecedora de matérias-primas para a agroindústria. A produção agrícola abandona as antigas condições do complexo rural e em grande parte do complexo agrocomercial, que prevaleceu até os anos 1960 (KAGEYAMA, 1987).

Esse processo de transformação de base técnica cria novas formas de organização da produção e marca no Brasil a passagem da agropecuária brasileira do chamado “complexo rural” para os “complexos agroindustriais” (CAIs), nos anos de 1970 e 1980 (KAGEYAMA, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1998)². E a

¹ Alves e Pastore (1975); Graziano da Silva (1982); Goodman, Sorj, e Wilkinson (1985); Castro (1988); Hoffmann e Kageyama (1986) entre outros.

² Esta passagem envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA, 1987, GRAZIANO DA SILVA, 1998).

partir dessa nova dinâmica comandada pelos CAIs, pequenos e grandes produtores passam a se integrar verticalmente às atividades agroindustriais³.

A não integração de um produtor a um CAI, segundo Nascimento (2002), “representa um fator limitante para a expansão das atividades agropecuárias dos pequenos produtores.” Por outro lado, os altos índices de produtividade dos CAIs revelam-se excludentes por não apresentarem “potencial de expansão de emprego e a subsequente inclusão social” (NASCIMENTO, 2002, p. 71) do contingente de desempregados e subempregados do campo.

Os impactos negativos do processo de modernização da agropecuária brasileira, até o final dos anos 1970, eram atenuados pelo aumento do emprego industrial urbano, mediado pelas políticas industriais do Estado. No final da década de 1980 e, principalmente, no início da década de 1990, segundo Staduto *et al.* (2004), ocorre uma nova etapa da mecanização da agropecuária brasileira. Há uma intensificação das tecnologias mecânicas, as quais avançam em todas as etapas do processo produtivo em culturas tradicionais brasileiras tais como o café, a cana-de-açúcar e o algodão. Essas culturas, até então empregadoras de mão-de-obra, passam a utilizar-se da mecanização provocando grande queda do emprego agrícola.

A capacidade de atenuar a queda contínua do emprego na agropecuária pelo setor industrial começa a perder seu dinamismo a partir dos anos 1980, mas fica evidente nos anos 1990 a situação de incapacidade estrutural da indústria e da agricultura em gerar novas oportunidades de emprego, tanto no campo como na cidade.

³ A integração vertical é uma alternativa utilizada por empresas e cooperativas agroindustriais, como forma de garantir a matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento. São realizados contratos de produção com os estabelecimentos integrados, em que a indústria de transformação determina como, quando e quanto produzir do produto integrado.

Em resposta a esse conjunto de transformações sofridas pelas ocupações rurais e urbanas nas últimas décadas, crescem, no Brasil, as atividades não-agrícolas no espaço rural. E ao analisar a evolução da agropecuária brasileira, há convergência entre os autores, de que o mundo rural se tornou bem mais amplo do que os limites do mundo agrícola. Outro ponto de destaque é a sistemática perda de importância da agropecuária na dinâmica de ocupação e renda para as famílias rurais, em algumas regiões (GRAZIANO DA SILVA, 1999; DEL GROSSI, 1999; SOUZA, 2000; SCHNEIDER, 2003).

O meio rural tem se caracterizado por espaços com imensas disparidades de renda, propiciando o surgimento de novas formas de ocupação e emprego cada vez mais diversificadas. Assim, organiza-se no campo um conjunto de atividades não-agrícolas resultantes dessa nova dinâmica do meio rural brasileiro. São atividades essencialmente comerciais e prestação de serviços, além de trabalhos em indústrias localizadas na zona rural, as quais são realizadas por pessoas residentes no meio rural. As atividades agrícolas tradicionais, cada vez mais dependentes do uso da tecnologia, não respondem pela expansão do nível de emprego no meio rural; por isso, o aumento das atividades não-agrícolas desponta como fonte geradora de emprego e renda para as famílias rurais (DEL GROSSI *et al.*, 2002).

O surgimento dessas atividades nesse espaço – conforme Graziano da Silva (1999) - introduz um conjunto de novas funções, especialmente aquelas ligadas às ocupações não-agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse novo rural seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento,

propondo, com isso, a que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.

Del Grossi *et al.* (2002) argumentam que tais atividades apresentam-se como uma alternativa para muitos agricultores, principalmente os familiares, frente à queda da renda agrícola. Essas ocupações começam a ganhar importância econômica e social, na medida em que - segundo Anjos (2003) - são adotadas como parte do elenco de estratégias de resistência dos agricultores familiares, garantindo a reprodução social dos seus membros.

A partir dos anos de 1970, o processo da produção familiar foi articulado pela agroindústria convencional e passa por um processo de exclusão nos anos de 1980, devido a uma profunda transformação na forma de atuar das redes verticais de desenvolvimento rural⁴. Segundo Mior (2005), a agroindústria familiar rural se constitui num desdobramento deste processo de transformação. Na década de 1990, criou-se um espaço de legitimidade das estratégias de agroindustrialização rural, em que o processamento de alimentos foi o ponto principal para o desenvolvimento da agroindústria familiar rural.

A experiência de integração da unidade de produção familiar com a agroindústria convencional tem como resultado aspectos positivos e negativos que se constituem em elementos centrais na tomada de decisão dos produtores familiares, para a construção de sua própria agroindústria. Mior (2005, p. 203) entende que a “origem e evolução das agroindústrias familiares pode ser vista como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e

⁴ Nos anos de 1980 as agroindústrias convencionais consolidam seu processo de nacionalização. Nos anos de 1990 o país adota como políticas macro a desregulação da economia, a abertura econômica e a integração ao Mercosul, esse conjunto de medidas são as diretrizes de inserção internacional. As empresas adotam estratégias para sua inserção internacional por meio de desenvolvimento tecnológico resultando no aumento da produtividade (MIOR, 2005). Novos padrões de territorialização e desterritorialização das atividades econômicas são criados, devido a grande mobilidade do capital.

culturais interagem quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias”.

Chayanov (1981), autor clássico nos estudos da agricultura campesina, refere-se à família como o elemento-chave na tomada de decisão para definir o grau de “auto-exploração” das unidades econômicas camponesas, em relação ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Para o autor, as unidades de produção familiares recorrem ao recurso das atividades não-agrícolas (atividades artesanais e comerciais), como uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar devido aos condicionantes da unidade produtiva agrícola e, acima de tudo, para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo, garantindo a sua reprodução.

A importância econômica das atividades da indústria rural⁵, segundo Fernandes Filho (2001), deve-se ao fato de que a mesma é uma importante “consumidora” de produtos da agricultura tradicional, bem como se torna expressivo o valor e o volume total produzido, a sua contribuição para a renda monetária, o percentual da produção de matérias-primas que é transformada, o número de estabelecimentos que desenvolvem essas atividades e o mercado que é abastecido pela indústria rural.

Fernandes Filho (2001) enfatiza que a importância das atividades relacionadas à indústria rural, em termos sociais, está na geração de emprego direto e indireto no meio rural, no fato, também, de que sua presença está concentrada nas unidades de produção familiares contribuindo expressivamente para a segurança alimentar da família rural. A transformação ou o beneficiamento das matérias-primas,

⁵ Indústria Rural é um conceito utilizado pelo IBGE como sendo “...atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários (animais e vegetais) realizados em instalações existentes nos estabelecimentos ou em instalações de terceiros (moinhos, moendas, casa de farinha, etc.)” (FERNANDES FILHO, 2001, p. 3). Os termos agroindústria rural ou agroindústria familiar rural são utilizados como sinônimo de indústria rural no decorrer deste trabalho.

mais que agregar valor, possibilita a sua conservação e utilização dos produtos em momentos em que a matéria-prima não se encontra disponível, possibilitando à família do produtor continuar a ter acesso na entressafra.

Para Mior (2005), as experiências de transformação de produtos, envolvendo milhares de produtores familiares, constituem a base das agroindústrias rurais. Até os anos de 1990, não havia visibilidade social ou socioeconômica e nem, tampouco, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola rural. O autor argumenta, no entanto, que a agroindústria familiar rural possui características que a tornam mais abrangente do que o simples processamento de alimentos e a produção de matérias-primas inerentes a ela.

Em estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - FAO/INCRA (2000), tendo como base o Censo Agropecuário de 1995/96, cita-se que os estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil são cerca de 4,1 milhões, e representam 85,2% do total dos estabelecimentos rurais. Ocupando 30,5% da área total, são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção e por 50,9% da renda gerada pela agropecuária nacional, no que resulta em relevância sócio-econômica para o país.

No Estado do Paraná, onde há predominância de pequenas propriedades o mesmo estudo revela que a agricultura familiar corresponde a 321.380 mil estabelecimentos rurais, o que representa 86,9% do total (42% de propriedades com área até 10 ha, e 44,9% com área de até 50 ha), ou seja, 41% da área total do Estado. Entretanto, considerando sua importância econômica e contribuição para o emprego da mão-de-obra, os produtores familiares recebem apenas 25,3% dos recursos destinados ao financiamento da agricultura brasileira.

A agroindustrialização rural de base familiar se apresenta, no Paraná, como alternativa de proporcionar rentabilidade aos agricultores familiares na década de 1990. Segundo Rezende e Parré (2003), nesse período ocorreu uma intensificação tecnológica com aumento de produtividade e o fortalecimento da concentração fundiária, o que gerou um desenvolvimento bastante heterogêneo entre os municípios do Paraná. Os estudos desses autores indicam, ainda, que os municípios que apresentaram maior grau de desenvolvimento agrícola em tal década dispunham da presença, em seus territórios, de cooperativas e agroindústrias.

Nos municípios da Região Oeste, a década de 1990 continuaria a ser uma região de hegemonia das grandes cooperativas agroindustriais e das agroindústrias convencionais⁶. Na década de 1970, no Oeste do Estado já existiam sete cooperativas agroindustriais: Cooperativa Agrícola Mista Rondon (COPAGRIL), Cooperativa Agroindustrial Lar (LAR), Cooperativa Agrícola Consolota Ltda. (COPACOL), Cooperativa Agroindustrial - C.Vale e Cooperativa dos Produtores de Suínos e Leite do Oeste do Paraná (COOPERLAC) e a extinta Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda. (COOPAGRO). Estas cooperativas juntam-se às cooperativas do Sudoeste e fundam em 1977, a Central SUDCOOP com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de seus cooperados. As referidas cooperativas continuam a operar com forte presença no mercado de alimentos da mesma forma que as agroindústrias convencionais.

Tanto as grandes cooperativas como as agroindústrias convencionais operam, a partir dos anos 1970, em redes verticais de desenvolvimento rural integrado, o que dá ênfase à pequena produção, até os anos de 1980 quando ocorre a liberalização do mercado (ELLIS e BIGGS, 2005). Nesta década, esse sistema

⁶ Termo utilizado por Mior (2005), para denominar as agroindústrias com produção em grande escala.

passa a excluir a produção familiar, em decorrência do novo modo de operar das redes verticais de desenvolvimento rural.

Assim, a agricultura familiar, nos anos de 1990, recria novas formas de inserção socioeconômica como agente principal de processos de agroindustrialização de pequeno porte. Mior (2005) enfatiza que a abordagem teórica das redes pode contribuir na análise do desenvolvimento rural que está diretamente vinculado à agricultura familiar.

Segundo Abramovay (2000), o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola e não se restringe às possibilidades da expansão das atividades não-agrícolas no meio rural. Estudos sinalizam que regiões dinâmicas possuem uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas privadas urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas. O novo enfoque territorial do desenvolvimento rural, em lugar do setorial, abarca as raízes históricas de um território, a interação social, a capacidade dos indivíduos, das organizações locais em promover ligações dinâmicas capazes de valorizar as tradições e o potencial do espaço local.

Nesta pesquisa utilizou-se o referencial teórico sobre redes de desenvolvimento rural, uma vez que os agricultores familiares da abrangência do estudo estão conectados a redes horizontais e, em muitos casos, também, a redes verticais de desenvolvimento rural. Neste contexto, cabe aqui uma indagação: como os produtores familiares organizam sua produção e qual sua articulação com as redes horizontais de desenvolvimento rural? Outra questão, norteadora do problema central, é pertinente: as atividades relacionadas a agroindústria rural possibilitam uma melhora na renda dessas propriedades familiares rurais?

Neste sentido e por envolver diversificado conjunto de atividades, a agroindústria rural desperta interesse de pesquisa, na medida em que representa uma estratégia relevante na geração de renda no espaço rural como estratégia de desenvolvimento rural territorial, principalmente se considerarmos as regiões onde é característica a pequena propriedade. Nessas pequenas unidades de produção a prioridade, inicialmente, era garantir a produção necessária ao consumo da família, cujo excedente passou a ser comercializado diretamente nos domicílios dos consumidores ou em feiras livres. Muitas dessas unidades de produção especializam-se no processamento e transformação de um ou mais produtos, e surgem, neste contexto, agroindústrias rurais integradas a redes de desenvolvimento rural, constituindo uma verdadeira rede de produção.

Neste trabalho são pesquisadas as unidades de produção familiares organizadas em associações, que constituem os centros de comercialização dos municípios de Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste e Sede Alvorada, Distrito de Cascavel. Os mesmos compõem a área de ação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Regional de Cascavel⁷.

⁷ A região compreende 30 municípios, são eles: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Itaipulândia, Lindoeste, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Ramilândia, Santa Lúcia, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis, Três Barras do Paraná, e Vera Cruz do Oeste.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo central analisar a organização da produção da agroindústria familiar como estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar. Para apreender tal objetivo, foram examinados centros de comercialização em seis municípios da Região Oeste do Paraná.

Procura-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o perfil socioeconômico do produtor rural que comercializa seus produtos da agroindústria familiar rural nos centros de comercialização;
- b) verificar o perfil da produção agroindustrial e sua contribuição para a renda da propriedade familiar rural dos produtores associados aos centros de comercialização;
- c) verificar como ocorre a inserção e a relação dos produtores familiares com as redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural.

1.3 HIPÓTESE

O produtor familiar utiliza a agroindustrialização como estratégia de resistência e sobrevivência na tentativa de garantir a reprodução da unidade familiar no meio rural. Esta estratégia o coloca à frente do controle da complexificação do processo de produção de alimentos (qualidade, inspeção, embalagem, comercialização) viabilizada pela inserção na rede horizontal, resultando no aumento da renda.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho é constituído por cinco capítulos, no interior dos quais será testada a hipótese.

No primeiro, composto pela introdução, faz-se uma descrição do problema, dos objetivos, da hipótese e da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo propõe-se uma revisão de literatura sobre a modernização da agropecuária brasileira: agroindustrialização e suas implicações na agricultura familiar no Oeste do Paraná.

No terceiro capítulo, uma breve revisão sobre o desenvolvimento econômico, seguido de uma reflexão teórica sobre desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial rural e uma abordagem sobre redes de desenvolvimento rural. Trata-se também, dos procedimentos metodológicos.

No quarto capítulo realiza-se a discussão sobre a agroindustrialização como estratégia de desenvolvimento territorial rural do produtor familiar.

No quinto capítulo apresentam-se as conclusões que sumarizam os principais pontos da pesquisa e os comentários conclusivos, bem como, as limitações dessa pesquisa e sugestões para outras.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ

A agropecuária brasileira se desenvolveu com base na abertura de fronteira agrícola, ocasionando um crescimento da produção agrícola em função deste permanente deslocamento. Alves e Pastore (1975) ressaltam que, até meados da década de 1970, a linha mestra da política agrícola foi estimular a conquista da fronteira agrícola, o que levou o país a uma agropecuária pouco capitalizada e com sustentação nos recursos terra e trabalho.

O modelo agro-exportador manteve-se no Brasil até a segunda década do século XX. A partir de 1930, um novo padrão de desenvolvimento foi adotado com base nos setores urbanos e industriais da economia, voltado ao mercado interno em franca expansão. Szmrecsányi (1990) argumenta que

[...] Até a década de 1920, a economia brasileira fora predominantemente rural e correspondia *grosso modo* ao chamado modelo primário-exportador, no qual o setor agropecuário constituía o setor dominante. Nas décadas subseqüentes à grande crise de 1929/1930, ela evoluiu para uma economia urbanizada e industrializada, na qual o setor agropecuário deixou de constituir o segmento dominante, cedendo lugar aos setores industrial e de serviços (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 71).

A agropecuária continuou a ser a principal fonte de geração de divisas, apesar da queda de importância em relação às três primeiras décadas do século XX.

O setor agropecuário, nos anos 1950, tornou-se um importante mercado para os produtos industrializados no país, os bens de consumo primeiramente e, depois, os bens de produção. Para alguns autores, entre eles,

Guimarães (1979) e Szmrecsányi (1990), ocorre o fenômeno denominado de industrialização da agropecuária brasileira.⁸ Após 1965 é que a “industrialização do campo” deslança com efeitos mais complexos sobre a produção agrícola e segundo Kageyama *et al.* (1987, p. 9), “o Estado desempenhou um papel crucial nesta arrancada: de um lado, estimulando a expansão das indústrias por meio de vários incentivos, de outro, assegurando-lhes mercados por meio da política de financiamento rural”.

Nesse período a agropecuária contribuía para o desenvolvimento econômico, mas de maneira insatisfatória, pois apresentava baixos índices de produtividade. Segundo Alves e Pastore (1975), em épocas de crise de abastecimento, principalmente nas grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) é que se tomava consciência dos problemas da agropecuária brasileira. No período de 1950 até o início da década de 1960, a política econômica favorecia a industrialização por meio dos preços relativamente baixos dos gêneros alimentícios, o que desestimulou a produção.

A agropecuária era vista como um verdadeiro entrave ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro; um setor retardatário (GUIMARÃES, 1979; CASTRO, 1988), e a insuficiência de seu crescimento produzia contínuas crises de abastecimento.

Nessa direção, muitos autores discutem se o desempenho da agropecuária brasileira estava ou não cumprindo sua função de fornecedora de alimentos e como a estrutura fundiária impedia a agropecuária de responder aos estímulos de preços. Segundo Bacha (2004), de um lado, autores como Celso Furtado defendiam que a oferta de alimento era inelástica a variações de preços, e

⁸ Por industrialização da agropecuária, entende-se a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário.

que a inelasticidade da oferta era devido à estrutura agrária latifundiária altamente concentrada, portanto, para esse grupo a solução era a reforma agrária. De outro lado, autores, como Ruy Miller Paiva, afirmavam que a oferta de alimentos era elástica a variações de preços e que a agropecuária poderia ampliar a oferta de alimentos, desde que fossem criadas políticas de estímulo nesse sentido.

Conforme Castro (1988), as idéias de Furtado (1959) orientaram o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963 -1965) no qual a estrutura agrária do País era considerada o mais sério obstáculo à exploração racional da terra em bases capitalistas. Furtado (1959) menciona, ainda, a inexistência de uma agricultura moderna e se refere à incapacidade da agricultura brasileira de responder a demanda crescente de alimentos nas zonas urbanas como uma verdadeira mordalha ao desenvolvimento industrial. Segundo ele, o surto industrial fez com que se percebesse o atraso do setor agrícola e que a continuidade do crescimento industrial dependeria de uma reforma agrária.

Bacha (2004) também argumenta que as idéias cepalinas - de que o desenvolvimento econômico deve ser liderado pela industrialização e não pela agropecuária - predominaram no período de 1946 a 1964. Essas idéias foram amplamente divulgadas e aceitas, as quais serviram de base aos planos econômicos de incentivo às atividades industriais via substituição de importações. Esses planos também incentivaram a criação de infra-estrutura econômica necessária ao crescimento econômico. Algumas das políticas econômicas objetivaram estimular a atividade industrial discriminando a agricultura.

Porém, no período de 1962 a 1968, a política de substituição de importações entra numa fase de desaceleração, a qual perde seu dinamismo anterior em consequência de problemas estruturais que acometiam a economia

brasileira, como a inflação, as constantes dificuldades em equilibrar a balança de pagamentos e um setor agrícola que se revelava extremamente atrasado (BAER, 1973⁹ *apud* STADUTO, 1995).

Entendia-se, nesse contexto, a modernização como uma alternativa, um aumento expressivo da produtividade dos fatores de produção terra e trabalho, e de uma agropecuária com controle científico, ou seja, com base na ciência.

2.1 A MODERNIZAÇÃO PÓS ANOS 1960 E POBREZA RURAL

O processo de modernização da agropecuária foi prioridade para o Estado principalmente a partir de 1967, como forma de responder ao emergente desenvolvimento industrial, buscando a ampliação de mercados de máquinas, equipamentos e insumos modernos para a agricultura. Para isso, foi necessário elevar a produção com aumento da produtividade da terra, o aprimoramento de técnicas e métodos de trabalho agrícola e o uso intensivo de insumos modernos. Assim, a modernização da agricultura foi fundamentada em estratégias visando uma maior abertura ao mercado internacional (DELGADO, 1985).

O Estado - via estratégia de “modernização conservadora” - adota um novo modelo de acumulação que se expressa no complexo agroindustrial, desencadeando a rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura. Conforme Goodman, Sorj e Wilkinson (1985)

A velha estrutura de *latifúndio*, com seus trabalhadores residentes e com seus '*minifúndios* internos' de meeiros e arrendatários, é substituída pela empresa capitalista, que utiliza mão-de-obra

⁹ BAUER, W. A recente experiência brasileira de desenvolvimento: uma interpretação. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 3(2): 265-302, 1973.

assalariada temporária, como o novo paradigma da agricultura brasileira” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985, p. 35).

A adoção desse novo paradigma na agricultura brasileira teve um resultado perverso, fez com que alguns ganhassem e muitos perdessem (ALVES, 2001). Graziano da Silva (1982) constata que a modernização foi mais marcante nas maiores unidades de produção com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola. As políticas de estímulo à modernização, como crédito subsidiado para aquisição de insumos modernos, não atingiram as pequenas unidades agrícolas, principalmente as de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Alves (2001) argumenta que as cidades e o comércio internacional foram os que se apropriaram dos benefícios da modernização agropecuária, e também um grupo de agricultores entre 600 mil a um milhão de estabelecimentos conseguiu implantar novas tecnologias. É nesse grupo que se assenta a agricultura moderna; são pequenos, médios e grandes agricultores. Segundo o autor, o Censo Agropecuário de 1995/96 registrou um número de 4,8 milhões de estabelecimentos, desse total, entre 3,8 a 4,2 milhões ficaram à margem da modernização. Em outras palavras, a modernização agrícola cria uma contradição: enquanto possibilita um grande aumento da produtividade, por outro lado, concentra a terra e exclui os produtores incapazes de acompanhar a corrida pelo aumento da produtividade. Esses produtores que ficaram à margem da modernização vêm engrossando, ao longo das décadas, o contingente de pobreza no Brasil.

Na década de 1970 as migrações eram uma das principais alternativas que se apresentavam aos pobres do campo para escapar da exclusão social. O grande êxodo rural, ocorrido, principalmente nas regiões Sul e Nordeste, foi estimulado pelas próprias possibilidades de acesso aos empregos urbanos que

então eram criados pelo setor industrial e de serviços em expansão (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Essas ocupações urbanas eram compostas basicamente de empregos que exigiam pouca qualificação (constituíam-se em possibilidades de emprego para os migrantes recém-chegados do campo). Nas duas últimas décadas, o mercado de trabalho urbano muda seu perfil e deixa de ser uma alternativa de inserção social para os trabalhadores do campo, tendo em vista a crise dos setores ocupacionais (indústria de transformação e construção civil), em que estes trabalhadores teriam melhores chances de emprego.

Nas áreas rurais, a pobreza atinge um maior número de pessoas e famílias. Segundo Veiga (2000), a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Na região Sul a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres do meio urbano, e a pobreza rural está associada à agropecuária. Contudo os trabalhadores rurais que estão ocupados em outras atividades têm renda média maior que os trabalhadores agrícolas.

Os estudos de Hoffmann (2000a) revelam que, no ano de 1998, o rendimento médio familiar *per capita* na área rural era de R\$ 102,90 e representava apenas 35% do rendimento médio na área urbana, no valor de R\$ 292,40. Enquanto a renda *per capita* familiar dos 50% mais pobres que residiam no meio urbano era de R\$ 150,00, para os que habitavam nas áreas rurais ela não era superior a R\$ 60,00. Ainda que os 50% mais pobres que tinham domicílios urbanos ficassem com 13% da renda total declarada e os rurais com 14,6%, isso se explica em razão da concentração da renda ser maior na cidade do que no campo.

A discussão da pobreza rural passa necessariamente pelas considerações das próprias características do setor agropecuário brasileiro, como afirma Veiga (2000, p. 174).

E uma das mais marcantes é seu contraste com a estrutura ocupacional desse setor em todos os países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano. Em todos esses países a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal.

Segundo Anjos (2003) diversos autores, tais como Guimarães (1979, 1982); Graziano da Silva (1982,1983); Martine (1987) enfatizam que a “modernização conservadora” contribuiu e aprofundou a concentração fundiária. Associada à ausência de medidas efetivas de redistribuição da propriedade da terra - além de provocar um êxodo rural sem precedentes, bem como de favorecer os grandes produtores e os cultivos de exportação e de impulsionar a transferência de renda e outros recursos ao setor urbano-industrial - resultou na congestão dos núcleos urbanos e na marginalização social. E, segundo estudos recentes de vários autores¹⁰, os impactos da modernização na sociedade brasileira tem simultaneamente provocado o envelhecimento e a masculinização da população rural.

Esses impactos negativos provocados pela modernização da agropecuária contribuíram na desestruturação de propriedades agrícolas, as quais

¹⁰ SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1994. IFCH-Unicamp, Campinas. CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. 1997. 20 p. Trabalho apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS. Mimeografado. BRUMER, A. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 219-249, entre outros.

se encontravam em situação social e econômica precárias, aumentando a pobreza e a continuidade do êxodo rural.

2.2 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: A NOVA DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

A dinâmica do complexo rural era ditada pelas flutuações do comércio exterior e praticamente não existia comércio interno, a divisão social do trabalho era incipiente, grande parte dos bens produzidos tinha valor de uso. Diante dessa conjuntura surge o complexo cafeeiro paulista - simultâneo ao processo de substituição de importações – que permitiu o desenvolvimento do mercado de trabalho e o surgimento do mercado interno no País. Esse processo ganhou impulso a partir de 1850. Com a grande crise de 1929, houve uma aceleração e um direcionamento da economia no sentido da industrialização que se consolidou nos anos 1950, com a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos. Uma vez consolidada a indústria nacional, a agropecuária brasileira inicia sua própria industrialização, e o processo de modernização da agropecuária atinge uma fase mais avançada a partir de 1965. É neste momento que a indústria passa a comandar a mudança da base técnica da agropecuária. A indústria e a vida urbana tornam-se o novo centro dinâmico da economia, as quais impõem suas demandas ao setor rural condicionando suas transformações, que resulta no domínio dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 1970 (KAGEYAMA, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

A agropecuária brasileira se moderniza muito embora as medidas políticas adotadas tenham sido altamente seletivas, principalmente no que diz respeito ao tamanho de propriedades, tipos de produção e de região.

A forte intervenção do Estado no final da década de 1960 e durante a década de 1970 viabilizou a transformação da estrutura industrial brasileira. Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), o governo institui programas de substituição de importações para insumos modernos e investimentos na infraestrutura rural, reorganiza a extensão de serviços e incrementa as pesquisas agrícolas; também subsidia créditos para investimento em equipamentos de capital e aquisição de insumos modernos. Nesse período, um grande número de programas oficiais de crédito garante as atividades de produção, comercialização e investimento, e o Estado atua como “mediador das relações insumo-produto entre setores agrícolas em modernização e capitais agroindustriais, subsidiando mercados e acelerando a diversificação da agroindústria” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985, p. 40).

O desenvolvimento da agroindústria, principalmente na década de 1970, reflete com clareza a nova dinâmica agrícola. Essa nova dinâmica conjunta das indústrias a montante, da produção rural e das indústrias a jusante demonstra o domínio do capital industrial e financeiro e o modelo global de acumulação. O capital financeiro institucional é o elemento que liga as diversas atividades dos complexos agroindustriais, e passa a ser fundamental na soldagem dos complexos agroindustriais com o movimento global de acumulação (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985; KAGEYAMA, 1987; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Ainda, segundo esses autores, a partir da industrialização da agropecuária evidenciam-se alguns aspectos importantes: com a constituição dos

CAIs o desenvolvimento da agropecuária se torna dependente da dinâmica da indústria; a mudança da base técnica torna irreversível a reorganização do trabalho devido a tecnificação e especialização das unidades produtivas, assim, há o surgimento de um proletariado rural desqualificado; o Sistema Nacional de Crédito Rural constituiu-se no elo do capital financeiro, com a agropecuária. Até 1979, era específico para o setor agrícola com índices próprios; na década de 1980, passa a se integrar ao sistema financeiro geral.

A agroindústria¹¹ se desenvolve por meio de políticas específicas, sob o domínio de corporações transnacionais, com base na expansão do mercado interno. A estratégia de agroindustrialização adotada pelo Estado tende a solucionar a questão agrícola no Brasil sem modificar a estrutura agrária dominada por grandes propriedades, e não impõe um padrão homogêneo para a divisão social do trabalho. Dessa maneira, as políticas oficiais reforçam a heterogeneidade das relações sociais no meio rural brasileiro (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1985).

As unidades produtivas familiares que viabilizaram a transformação de sua base técnica tiveram predominância nos três estados da Região Sul. Nestes estados, ocorreu uma expressiva integração vertical com as agroindústrias e com o desenvolvimento de unidades produtivas familiares modernas (tecnificadas e mercantilizadas). Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), essa modernização pode ser atribuída a duas condições. A primeira diz respeito à favorável situação

¹¹Parré et. al. (2001) destacam que a agroindústria tem sido definida de diversas maneiras considerando os diferentes ramos industriais, o que acaba por definir diferentes graus de abrangência para o conceito. Lauschner (1995, p. 51/52) define agroindústria em duas dimensões. No sentido amplo é “a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para a sua utilização intermediária ou final”, e está limitada à industrialização dos produtos agropecuários. No sentido restrito é “a unidade produtiva que, por um lado, transforma, para a utilização intermediária ou final, o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados; e que, por outro lado, adquire diretamente do produtor rural um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados”.

institucional no Sul. Ou seja, uma estrutura agroindustrial bem desenvolvida de empresas fornecedoras de insumos e processadores, além de uma rede de agências estatais e de cooperativas¹², compondo o principal instrumento das políticas de modernização do Estado, as quais passam a se constituir em mediadoras entre os capitais agroindustriais e seus diversos tipos de associados.

A segunda condição refere-se à capacidade das unidades familiares em se adequar às novas exigências estabelecidas pelos capitais agroindustriais, além da integração com mercados globalizados, atribuída ao aprendizado das tradições camponesas herdadas de imigrantes europeus estabelecidos na Região Sul do Brasil.

O estreitamento da viabilidade da produção familiar, após a industrialização da agropecuária, coloca essas unidades de produção numa luta contínua para manter-se num patamar tecnológico mínimo a fim de permanecer competitiva. As unidades familiares que se mostraram incapazes de acompanhar as transformações tecnológicas são marginalizadas e empobrecidas. Já às que se modernizaram inserem-se ao movimento cooperativo, conforme Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), reforçado por políticas oficiais no período pós-1964. As cooperativas facilitam o acesso ao crédito, à infra-estrutura e fornecem suporte técnico.

A adesão do agricultor familiar ao cooperativismo e ao sistema de integração contratual com as agroindústrias convencionais o insere estrategicamente nas cadeias agroindustriais.

Segundo Lauschner (1993), estudos e análises da agroindústria em relação aos produtores rurais mostram as expressivas mudanças na produtividade

¹²Estas consolidadas pela grande alta dos preços da soja no mercado mundial, no início da década de 1970.

dos mesmos; a segurança de mercado de seus produtos; a dependência dos mesmos em condições de concorrência imperfeita¹³; a agroindústria promove a seleção de produtores e o desemprego ou inviabilização de outros, realiza ainda, aliança com o latifúndio e estruturas fundiárias injustas. Por outro lado, Lauschner (1993), evidencia a potencialidade da agroindústria como apoio ao aumento de renda do agricultor, por se tratar de um agente de modernização do agronegócio.

Nos anos 1990, os agricultores familiares que têm acesso à inovação tecnológica e possuem capacidade para mobilizar recursos e conhecimento - os agricultores familiares capitalizados - se utilizam da estratégia de agregar valor aos seus produtos como forma de inserção nas relações de mercado. O que não acontece com um grande número de agricultores familiares pouco capitalizados.

Os agricultores familiares que já possuem a tradição de processamento de alimentos adotam a agroindústria como estratégia de desenvolvimento rural. Mior (2005, p. 191) define a agroindústria familiar rural como uma “forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Já a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas objetivaria prioritariamente o autoconsumo, ou seja, a produção de valor de uso. A agroindústria familiar rural pode ser, basicamente, de duas naturezas: alimentar (matérias-primas de origem animal e vegetal) e não-alimentar (artesanato).

Objetivamente, a agroindústria rural pode se apresentar na forma de um empreendimento associativo, formado por uma ou mais famílias com laços de parentesco ou não. Mior (2005) destaca, ainda, outras características que envolvem

¹³A ação monopsonica da agroindústria frente aos agricultores os transforma, até certo ponto, em simples empregados, sem encargos sociais e transfere para si os resultados do aumento de produtividade dos produtores (LAUSCHNER, 1993).

os seguintes aspectos: a localização na área rural, utilização de máquinas e equipamentos, escalas menores, mão-de-obra da família, procedência própria – em sua maior parte, se não, vinda de vizinhos - de matéria-prima, e processos de produção artesanais próprios. Além disso, é importante salientar a internalização dos aspectos legais (sanitário, ambiental e fiscal) pela agricultura familiar, perante os organismos de regulação pública.

As grandes cooperativas agroindustriais, as agroindústrias convencionais e as agroindústrias familiares atuam em processos de agroindustrialização dos mesmos produtos alimentares. Agricultores familiares que agregam valor em sua matéria-prima são, em muitos casos, produtores integrados às grandes cooperativas agroindustriais ou às agroindústrias convencionais no mesmo ou em outros produtos, portanto, participam das duas formas de rede: horizontal e vertical (MIOR, 2005).

No entanto, o caráter concentrador do agronegócio brasileiro que acompanha a tendência concentradora mundial provoca perda de bem-estar social nos agricultores familiares. As grandes cooperativas e as agroindústrias convencionais ainda que, por um lado, tenham possibilitado uma estratégia de reprodução da pequena produção familiar, por outro, com seus padrões de produção crescentes, instituem uma dinâmica que vem excluindo aqueles agricultores que não atingem os padrões de produtividade exigidos. Nesse sentido, “sem a rede das agroindústrias convencionais, o produtor excluído torna-se refém do vazio. É neste vácuo que são costuradas novas redes pelos atores regionais” (MIOR, 2005, p. 227).

Diante desta nova realidade, Wilkinson (2000) aponta três estratégias que podem ser delineadas para a produção familiar. A primeira delas são as várias experiências de distintas formas de ações coletivas, que têm se mostrado viáveis,

para aumentar a escala da produção agropecuária e baixar custos na logística, mantendo a competitividade nos principais mercados de commodities. Os condomínios na suinocultura e a pecuária leiteira (em menor grau) são exemplos dessas ações coletivas, e recentemente na cadeia da pecuária leiteira com as exigências da granelização os produtores familiares estão adquirindo tanques de expansão em comum e optando pela montagem de sistemas alternativos de coleta. Para o autor, o desafio organizacional na consolidação de novas formas de ação passa a ser, talvez, mais decisivo que as barreiras tecnológicas.

A segunda refere-se à persistência de mercados locais e regionais que, por meio das vantagens de proximidade, permite maior competitividade às pequenas e médias empresas, favorecendo o fortalecimento de atividades agroindustriais rurais em pequena escala. Um grande desafio, além do poder econômico das grandes agroindústrias, são os obstáculos da legislação sanitária e higiênica planejada para atividades em grande escala.

A terceira estratégia apontada por Wilkinson (2000), diz respeito às oportunidades de inserção em novos mercados que associam a qualidade dos produtos coloniais e artesanais à produção familiar, o que favorece o surgimento e fortalecimento das agroindústrias familiares. Os novos mercados que associam qualidade, produtos coloniais e saúde, implicam numa redefinição das relações tradicionais entre agroindústria e agricultura. A expectativa por produtos mais “naturais” assinala para uma agroindústria que processe menos os alimentos e preserve mais, e por uma agricultura que reincorpore valor agregado, tanto na atividade agrícola como na propriedade rural.

2.3 A AGRICULTURA PARANAENSE E A INSERÇÃO DA REGIÃO OESTE

Na década de 1940, o Governo de Getúlio Vargas decidiu integrar definitivamente a região nas fronteiras agrícolas do país, promovendo “a marcha para o Oeste”. Nessa década as atividades econômicas predominantes no estado do Paraná eram, basicamente, a erva-mate e a extração da madeira. A expansão da cafeicultura paulista foi fator determinante para consolidar a cultura do café no Paraná. A partir de 1945, e em pouco mais de uma década, os cafezais se estenderam por toda a região norte do Paraná, garantindo o primeiro lugar entre os estados produtores e um dos maiores índices de crescimento demográfico já registrado em nossa história. A colonização e a ocupação deram-se em duas frentes principais. Uma delas, proveniente do norte do Estado devido ao efeito da substituição da cultura do café por outras culturas e pecuária. A outra frente, procedente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do próprio Paraná, era formada por descendentes de italianos e alemães (PADIS, 1981).

A estrutura fundiária foi baseada na pequena propriedade familiar e na agricultura diversificada, integrada no sistema de produção agrícola e pecuário mercantilizado, cuja característica prevalece até os dias atuais na região. Os migrantes sulistas conseguiram reproduzir seu modo de produção na região, ou seja, desenvolveram atividades agropastoris em propriedades com base familiar, tendo como principal e primeiro produto destinado ao mercado a carne suína. Dominavam técnicas agrícolas e agropecuárias mais avançadas e possuíam recursos, o que possibilitou o crescimento da região (PADIS, 1981; COLOGNESE *et al.*, 1999).

Corroborando com muitos autores que abordam essa temática, Peris (2002) sugere que o predomínio da pequena propriedade, trabalhada com mão-de-

obra familiar e com produção dirigida para o mercado, em forma de alimentos e matérias-primas, foi a principal característica das atividades agropecuárias na região, promovendo a expansão da mesma.

As transformações ocorridas em virtude do processo de modernização, decorrente da reordenação da economia mundial e da transnacionalização do capital após a segunda guerra mundial, inscreveu o espaço agrícola do Oeste do Paraná no modelo de desenvolvimento nacional (industrial) do Brasil. As atividades agrícolas voltaram-se, sobretudo, para o mercado, apesar de atenderem à subsistência, por meio de atividades diversificadas. Inserida nas políticas de substituição de importações, a agricultura do oeste paranaense esteve aberta aos pacotes tecnológicos e às demandas do mercado, incrementados pelo capital industrial (SCHALLENBERGER e COLOGNESE, 1993).

Os estudos de Schallenberger e Colognese (1993) revelam que, a partir da década de 1940, o extremo-oeste paranaense - com a ocupação efetiva do espaço agrícola - teve uma maior integração com as demais regiões do Estado. Neste período a região de fronteira foi efetivamente desbravada e colonizada. Distante dos grandes mercados estruturados a leste, somente no final da década de 1950, com os primeiros esforços para implantação de um sistema viário, foi viabilizada e impulsionada a produção de excedentes para comercialização. As áreas rurais receberam incrementos substantivos de população ao longo deste período e inúmeros núcleos urbanos foram se formando para dar suporte à agricultura em expansão.

Já na década de 1960, o modelo agro-exportador brasileiro teria conduzido a agricultura regional à sua inserção no processo de modernização agrícola. A mecanização agrícola, vinculada à indústria, desencadeou na região a

produção comercial em grande escala, fundamentada, principalmente, na monocultura da soja.

Porém, na década de 1970 ocorreram grandes mudanças no contexto regional. Intensificou-se um processo migratório do tipo expulsão-atração no sentido rural-urbano, o que promoveu novos cenários regionais. Esse fenômeno atingiu os mais diferentes espaços agrícolas do país, com incidência maior sobre as unidades de produção familiares. No Paraná, este fenômeno encontrou um agravante em função da intensidade das transformações tecnológicas, da seletividade da produção agrícola e da concentração fundiária, o que expulsou contingentes de famílias de agricultores para as cidades, para outras regiões do país e para o Paraguai (SCHALLENBERGER e COLOGNESE, 1994).

Entretanto, deve-se destacar que o ponto de inflexão da economia paranaense no setor agropecuário foi o ano de 1975. Nesse ano os efeitos dos fenômenos climáticos adversos (secas, forte geada, excesso de chuvas) praticamente dizimaram os cafezais do Paraná, gerando, também, grandes perdas em outras culturas, resultando em elevados prejuízos para a agropecuária. Em contrapartida, estava em curso a modernização da agricultura que alargou os caminhos para as culturas da soja e do trigo.

O impacto da modernização agrícola teve significativos desdobramentos na década de 1980. As repercussões sobre o conjunto das relações sociais na região foram significativas. Quebraram-se vínculos societários tradicionais e o Oeste tornou-se um espaço buscado para o enriquecimento rápido e fácil. Para Schallenger e Cognese (1994) “a terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de reprodução das relações familiares.

Assumiu, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias” (SCHALLENBERG e COLOGNESE, 1994, p. 24).

Na visão de Colognese (1999, p. 55)

Trata-se de um processo com alto grau de seletividade sócio-econômica tecnológica, que tem suas expressões mais visíveis na difusão da mecanização, no uso de insumos e equipamentos de origem industrial, na especialização da produção, na concentração da propriedade rural, no êxodo rural e na acelerada urbanização. Este processo resultou fundamentalmente de fatores externos à região; particularmente no âmbito da dinâmica dos capitais e das políticas do Estado, embora os fatores endógenos tenham favorecido a sua rápida difusão.

Num curto período de cinco décadas, segundo Schallenberger e Colognese (1994), a Região Oeste do Paraná teve índices de crescimento acelerado, tanto populacional quanto econômico. De um perfil predominantemente agrícola, os processos modernizantes colocaram o oeste paranaense no cenário das fronteiras da tecnologia agrícola, agroindustrial e dos serviços, o que produziu novas e profundas transformações na sociedade, deslocando o eixo de relações e representações sociais preexistentes e imprimindo novas relações e forças regionais.

Os produtores regionais reavivaram antigas práticas de associativismo, vivenciadas em seus lugares de origem, e uniram-se em cooperativa, com o objetivo de se organizarem para valorizar a sua produção, otimizar a aquisição de insumos, valorar a comercialização de seus produtos e viabilizar o crédito rural.

Na década de 1960, para Pieruccini (1998), a principal alternativa que se apresentou para o processamento de produtos agrícolas na Região Oeste do Paraná foram as cooperativas que, posteriormente, se estruturaram em forma de empresas agroindustriais. Contudo nos anos de 1970, as atividades agroindustriais

existentes na região não haviam se consolidado efetivamente. Segundo a mesma autora, esse processo começou a se concretizar somente a partir dos anos de 1980, caracterizado sob dois aspectos: o primeiro foi a aptidão agrícola e o potencial da região, que contava com a infra-estrutura formada por meio do surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos. O segundo, a política adotada pelo governo federal, em meados da década de 1960, que buscou apoiar o capital industrial no promissor mercado consumidor agrícola. Conforme Boni e Cunha (2002), o aprimoramento das técnicas e métodos de trabalho agrícola - combinado com o uso intensivo de insumos modernos e créditos agrícolas, preços mínimos e seguro rural oferecido pelo governo - tinha como objetivo o aumento da produtividade e da produção de produtos de exportação, como, por exemplo, a soja.

Dois padrões de agroindústria desenvolveram-se na região, no período: um deles voltado ao processamento de grãos e o outro centrado no processamento de produtos cárneos. Implementaram-se, ao mesmo tempo, estruturas agroindustriais dinâmicas com alto padrão tecnológico, inseridas no mercado global, e estruturas agroindustriais com características artesanais de base familiar (PIERUCCINI, 1998).

O sistema cooperativista na Região Oeste do Paraná está disseminado na maioria dos municípios e é expressiva a participação dos produtores rurais nos seus quadros associativos. A dinâmica implementada por meio das cadeias produtivas fez com que o agronegócio cooperativo contribuísse substancialmente para a expansão da agroindustrialização.

Entretanto, os impactos do processo de modernização têm revelado a Região Oeste e o Estado com grande concentração de terra “com transferência desse meio de produção dos produtores menores para os produtores maiores” (BONI e CUNHA, 2002, p. 160).

Esse processo fica mais evidente, segundo Boni e Cunha (2002), quando se analisa a área ocupada pelos 50% menores estabelecimentos rurais no Estado, durante o período de 1970 a 1995, com a perda de 26,04% da área ocupada. Já a área ocupada, no mesmo período, pelos 10% e 5% maiores estabelecimentos agrícolas, aumentou em 6,4% e 3,4% respectivamente. Ainda que se observe um acentuado processo de concentração fundiária ao longo do tempo, é expressivo o número de pequenas propriedades na Região Oeste do Paraná.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

A discussão da relação entre a agricultura familiar brasileira e os rumos dos processos de promoção do desenvolvimento rural, segundo Abramovay (1998), sofreu influência de estudos iniciados em meados dos anos de 1980. Estes estudos questionaram a idéia de que as diferenças entre tipos de formas de produção no campo poderiam ser simplificadas pelo tamanho e pela escala de produção, opondo pequenos e grandes produtores. Nesse sentido, Veiga (1991) propõe a adoção de um “critério histórico” para caracterizar as formas de produção que coexistiam no meio rural. Segundo ele, o uso desse critério permite compreender que no meio rural brasileiro, ao longo do tempo, teria havido “uma constante oposição e coexistência entre formas ‘familiar’ e ‘patronal’ de produção no setor agropecuário” (VEIGA, 1991, p. 188).

Nos anos de 1970 e 1980, a intensificação da evolução tecnológica no campo provoca conseqüências negativas na geração de ocupações agrícolas e nas formas de reprodução das unidades familiares de produção. Embora a ênfase da política agrícola ainda seja voltada ao desenvolvimento agrícola (aumento da

produtividade e da competitividade, que beneficia a grande produção), a partir dos anos 1990 políticas públicas são implementadas no sentido de promover o desenvolvimento das unidades produtivas familiares. No momento em que o país se democratiza (após longo período de regime autoritário), consolidam-se espaços para as demandas sociais, e a agricultura familiar passa a ser incluída nos planos de desenvolvimento do país.

Uma análise histórica das políticas agrícolas implementadas pelo Estado brasileiro demonstra que, a partir de meados dos anos de 1990, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento manteve a política de incentivo à competitividade empresarial, maximizando as oportunidades do agronegócio. Por outro lado, “o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ocupou-se oficialmente da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecendo a importância social, produtiva e ambiental” do segmento para a sociedade em geral (TONNEAU *et al.*, 2005, p. 69).

Somente a partir de 1994 a agricultura familiar é considerada como setor diferenciado; o governo cria o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP -, porém, este programa não teria obtido resultados positivos em razão das dificuldades encontradas pelos produtores familiares em se enquadrar nas exigências do sistema financeiro. Em 1996, foi efetivamente implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF -, uma política específica para o segmento da agricultura familiar brasileira, a qual abrangia crédito rural para custeio e investimento, infra-estrutura, serviços e capacitação.

Na década de 1990, o espaço rural brasileiro passou por transformações na sua estrutura produtiva, e segundo Fernandes Filho (2001), sofreu impactos causados por mudanças estruturais na economia como o processo

de abertura e a integração econômica - Mercosul. Nesse sentido, houve uma redução significativa na renda monetária dos estabelecimentos agrícolas, mais diretamente os de base familiar, devido à queda nos preços dos produtos agrícolas provocada pela eliminação ou redução das barreiras tarifárias.

O processo de estabilização monetária no período de 1994 a 1999, contribuiu para o agravamento da crise no setor agropecuário com a forte valorização do câmbio e elevação da taxa de juros, o que provocou aumento dos custos de produção, reduzindo a rentabilidade das unidades de produção. Nesse período (1994 a 1999) os movimentos sociais ligados à agricultura familiar ganham espaço e demonstram a necessidade de rever o papel do meio rural (PLEIN e SCHNEIDER, 2003). As políticas públicas para o setor agrícola, segundo Mior (2005), “passam por um processo de transformação associado com a necessidade de alinhamento às demandas sociais que estão emergindo no contexto dos anos de 1990” (MIOR, 2005, p.162). Assim, começam a dar sinais de diferenciação com políticas específicas para as questões ambientais, desenvolvimento rural e produção agrícola.

O termo agricultura familiar propõe várias nuances de sentido em sua definição. Contudo Schneider (2003) sugere que a noção de agricultura familiar incorpora um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias e categorias com acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Para Solo de Zaldivar (1993), a agricultura familiar - vista como uma unidade de análise - é uma alternativa capaz de resolver a disputa teórica subjacente aos enfoques tradicionais dos conceitos de campesinato, agricultura campesina, agricultura tradicional e agricultura moderna. Conceitua agricultura

familiar como uma forma organizacional de produção caracterizada pela utilização majoritária da força de trabalho procedente do próprio grupo doméstico, definido culturalmente, e por coincidir a unidade de produção com a unidade de consumo. Assim, trata-se de uma estrutura não específica a nenhum modo de produção, mas apropriada historicamente a distintos modos de produção.

O projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000) que realizou estudos com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtidos no Censo Agropecuário de 1995/96, *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto* define agricultura familiar a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida por membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996 *apud* INCRA/FAO, 2000, p. 8).

Plein e Schneider (2003), partilhando dessa visão entendem agricultura familiar como uma forma social de produção, em que o trabalho, a gestão e a propriedade estão intimamente ligados à família. Entretanto, na análise da agricultura familiar, os aspectos internos e sua relação com o ambiente social e econômico também devem ser considerados, bem como são relevantes “as noções de estratégia de reprodução, mercantilização e progresso tecnológico” (PLEIN e SCHNEIDER, 2003, p. 46). Essas noções permitem avaliar e compreender a transformação dessa forma familiar de produção; sua maior inserção na sociedade capitalista e o processo de reprodução social das famílias. Embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e

mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção com características diversas.

Em seus estudos pioneiros Kautsky (1980) faz referências à possibilidade de persistência das pequenas propriedades rurais familiares, no caso delas assumirem uma função acessória e complementar à grande empresa, a qual exercerá o domínio da produção agrícola, mas reconhece a superioridade técnica da grande unidade de produção e o processo de industrialização da agricultura. O autor relaciona a função acessória a pouca disponibilidade de terra e as dificuldades ao acesso a modernização tecnológica, o que restringe a capacidade de concorrência dessas unidades de produção e reduz sua renda expressivamente, obrigando-as a buscar uma atividade complementar ou a abandonar definitivamente o meio rural.

Kautsky (1980) evidencia três tipos de ocupações acessórias: 1) o trabalho agrícola assalariado, ou seja, o trabalho temporário em grandes propriedades em períodos da colheita, por exemplo; 2) a indústria rural a domicílio que, apesar de ser menos eficiente do que a indústria urbana, tem a vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe dá a condição de menores custos de produção e a força de trabalho familiar; 3) grandes indústrias estabelecem suas explorações no interior atraídas pelo avanço das comunicações, o que também dá acesso à família de pequenas propriedades ao trabalho complementar.

Estas constatações vêm ao encontro das atividades não-agrícolas, ainda hoje utilizadas pela agricultura familiar, como estratégia de sobrevivência e sua reprodução social. Segundo Kautsky (1980) “as três espécies de trabalhos acessórios ao alcance dos pequenos agricultores, não se excluem de modo algum. Podem existir simultaneamente, e freqüentemente coexistem” (KAUTSKY, 1980, p.210).

Essa estratégia de sobrevivência e a busca pela reprodução social é o que observa Wanderley (1989) em seus estudos, quando afirma que por conta própria, esses produtores buscaram alternativas econômicas que se articulassem em dois níveis complementares. De um lado, o acesso a uma atividade mercantil como meio de se integrar positivamente na economia local e regional, tanto no mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados ao mercado externo. Por outro lado, somam-se a essa atividade mercantil o autoconsumo. Essa experiência de integração ao mercado, aliada à garantia do consumo gerou um saber específico, transmitido por meio de gerações sucessivas, que serviu de base para o enfrentamento da precariedade e da instabilidade da renda no meio rural.

Assim, na agricultura familiar a transformação de produtos alimentícios para o consumo da família é inerente a sua identidade e sua cultura. Desde o período que antecede a modernização da agropecuária, as unidades de produção familiares se mantinham com a produção de subsistência e comercializavam apenas o excedente. Com o advento da modernização e o decorrente aumento da produtividade, a agricultura familiar se volta para a produção de culturas modernas como a soja e o milho. Nas últimas décadas, evidencia-se - como estratégia de auto-sustentabilidade - a recriação da pequena unidade familiar no modo de produção capitalista, com base na diversificação das atividades sendo que uma das opções dessas unidades de produção é a agroindustrialização de sua matéria-prima voltada ao mercado consumidor.

Wilkinson (2000) e Mior (2005) afirmam que existem diferentes enfoques que permeiam a discussão da produção familiar no Brasil, são três correntes que se inter cruzam, mas todas convergem na necessidade de estratégias e na implementação de políticas que possibilitem o desenvolvimento do meio rural com a diversificação e ampliação do mercado de trabalho, como o de produtos rurais. Evidenciam-se, nessa perspectiva, divergências e complementaridades.

A primeira corrente tem origem nas pesquisas do FAO/INCRA (2000), a qual impulsionou os estudos sobre a reforma agrária, e busca inserir a agricultura familiar no contexto da reforma agrária, onde a agricultura é a principal desencadeadora do desenvolvimento rural.

A segunda focaliza o oposto; dá ênfase às atividades não-agrícolas e à pluriatividade como estratégia de desenvolvimento no meio rural. Conforme estudos do projeto temático denominado Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99, coordenado por Graziano da Silva (1999), avalia-se que o novo rural só pode ser entendido como um *continuum* do urbano. Esse “novo rural” compõe-se dos seguintes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e ligada às agroindústrias; b) atividades de subsistência, que giram em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que são partes excluídas do *agribusiness*; c) atividades não-agrícolas, ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; d) novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado.

A terceira corrente tem sido tema dos trabalhos desenvolvidos por Wilkinson (2000) na década de 1990, e enfatiza a visão agroindustrial, na qual o desenvolvimento rural está associado à reinserção da agricultura familiar no mercado das cadeias produtivas, buscando atender aos padrões de consumo ligados aos produtos locais. Ressalta, ainda, que a agricultura familiar deveria ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, objetivando o fortalecimento de sua capacidade de reprodução social.

2.4.1 A dimensão da Agricultura Familiar no Brasi

O potencial econômico e social da agricultura familiar na geração e manutenção do emprego no campo revela-se no estudo do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000), com base nos dados do IBGE 1995/96. Conforme Tabela 1, a agricultura familiar entre os anos de 1995 e 1996 totalizava aproximadamente 4.139.369 unidades produtivas, representando 85,2% de estabelecimentos rurais, ocupando uma área total aproximada de 108 milhões de hectares. Responsáveis por 76,9% do pessoal ocupado na agricultura (cerca de 13,7 milhões de pessoas), com participação no Valor Bruto de Produção (VBP) de 37,9% da agropecuária nacional naquela safra. Os agricultores patronais representando cerca de 550 estabelecimentos, ocupando 240 milhões de hectares, portanto, 67,9% da área total brasileira e responsáveis por 19,8% do pessoal ocupado (cerca de 3,6 milhões de pessoas), participam com 61% do VBP na safra de 1995/96.

Tabela 1 – Estabelecimentos, área, valor bruto da produção (VBP) no Brasil

CATEGO- RIAS	Estabelec. Total	%Estabelec. s/ Total	ÁreaTotal (mil ha)	%Área s/Total	VPB (mil R\$)	%VPB s/Total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0
Outros*	165.994	3,4	5.801	1,6	538.894	1,1
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611	100,0	47.796.469	100,0

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000)

Dados do IBGE 1995/96

*Estabelecimentos agropecuários de propriedade de Instituição Pia ou Religiosa, e pertencentes ao Governo Federal, Estadual ou Municipal.

A Região Nordeste apresenta o maior percentual de estabelecimentos familiares, sendo responsável por 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros, ocupa apenas 31,6% da área total dos

familiares, responsável por 16,7% do VBP dos agricultores familiares na safra 1995/96.

O Sul é a segunda região a apresentar o maior percentual de estabelecimentos, detém 21,9% dos estabelecimentos familiares brasileiros e ocupa 18% da área total. Foi responsável por 47,3% do VBP da agricultura familiar brasileira na safra de 1995/96. A região Sul do Brasil tem, também, a maior incidência de agricultores familiares, representando 90,5% de todos os estabelecimentos da região, com 907.635 agricultores familiares produzindo 57,1% do VBP na safra de 1995/96 e ocupando 43,8% da área total da região.

A área dos estabelecimentos familiares e patronais no Brasil é diferenciada por região devido ao processo histórico de ocupação da terra. A área média dos estabelecimentos familiares é de 26 hectares; a do segmento patronal, chega a 433 hectares. Na Região Sul, a área média dos estabelecimentos familiares é de 21 hectares; a dos estabelecimentos patronais, de 283 hectares.

A área média dos estabelecimentos familiares em cada grupo de área é baixa, esta situação ocorre em todas as regiões brasileiras. Conforme a Tabela 2, a área média dos estabelecimentos com menos de 5 ha é de apenas 1,9 ha por estabelecimento, e continua baixa, também, naqueles cuja área está entre 5 e 20 ha, sendo que a média é de apenas 10,7 ha por estabelecimento.

Tabela 2 – Agricultores Familiares - Área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total no Brasil

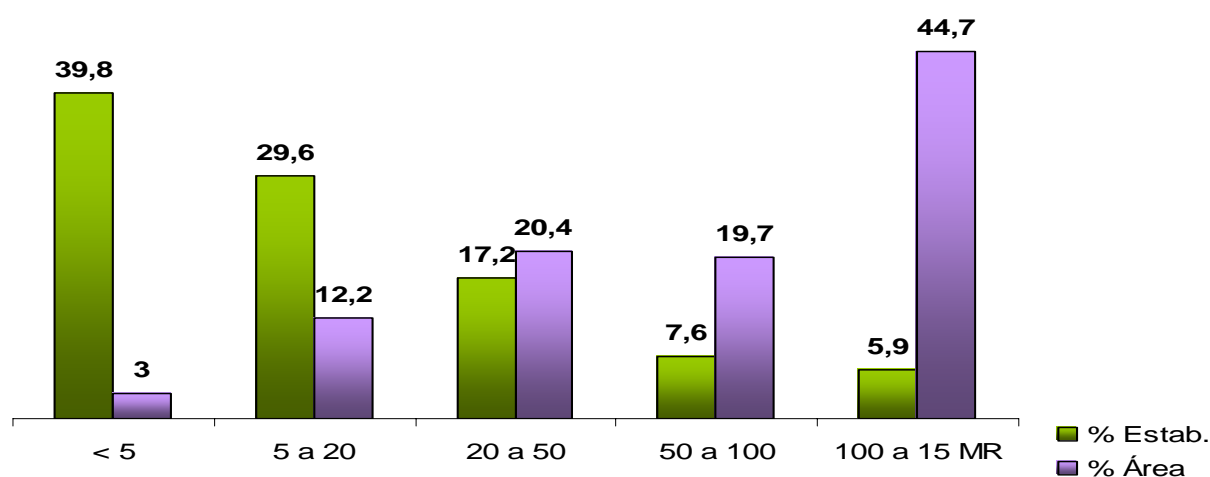
GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Área Média (em ha)
Menos de 5 ha	1,9
5 a menos de 20 ha	10,7
20 a menos de 50 ha	31,0

50 a menos de 100 ha	67,8
100 ha a 15 Módulos Regionais	198,0
Área Média dos Agricultores Familiares	26,0

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000)
Dados do IBGE 1995/96

As unidades familiares que possuem menos de 5 ha, representam 39,8% dos estabelecimentos, como demonstra o Gráfico 1. Os que possuem entre 5 a 20 ha são cerca de 30%, e entre 20 e 50 ha, representam 17% dos estabelecimentos. Isto significa que 87% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 50 ha. As unidades familiares com área maior que 100 ha e menor que a área máxima regional são representadas por 5,9% dos estabelecimentos, e ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar brasileira.

Gráfico 1 - Percentual de estabelecimentos familiares brasileiros e área segundo grupos de área total



Fonte: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (2000)
Dados do IBGE 1995/96

No Estado do Paraná, a agricultura familiar corresponde a 321.380 mil estabelecimentos rurais os quais representam 86,9% do total, o que significa

41% da área total do Estado, e 92,3% dessas propriedades rurais possui menos de 50 ha.

Constata-se, no segmento familiar, que a maior contribuição no VBP, segundo dados da safra 1995/96, vem das lavouras temporárias e da produção animal, isto porque na pecuária de corte e nas culturas de café, laranja e cana-de-açúcar a agricultura patronal tem posição de destaque. Os principais produtos que compõem o VBP dos agricultores familiares estão nas atividades da produção animal, por apresentarem valor agregado mais elevado. Destacam-se a pecuária de leite, com 13,3% de todo o VBP da agricultura familiar, aves e ovos são responsáveis por 10,5% e a pecuária de corte por 9,5%. As culturas de milho e feijão são cultivadas na maioria dos estabelecimentos familiares, mas apresentam uma baixa participação no VBP total da agricultura familiar, representando 8,7% e 3,8%, respectivamente.

Guilhoto *et al.* (2005), afirmam que em 2003, o conjunto do agronegócio nacional representava 30,6% do PIB brasileiro, do qual cerca de 1/3 é representado pelo segmento familiar e as cadeias produtivas a ele interligadas. Ainda em 2003, a Agricultura Familiar foi a base de importantes cadeias de produtos protéicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da Cadeia Produtiva dos Suínos, representando 58,8% do PIB total desta cadeia, seguida da cadeia do Leite, com 56% e das Aves, com 51%.

A evolução do PIB do agronegócio familiar de 1995 a 2003, segundo Guilhoto *et al.* (2005), demonstra que os agricultores familiares respondem por parcela expressiva da riqueza nacional. Mesmo que enfrentassem dificuldades, como o difícil acesso ao crédito, a insuficiência de terras, a subutilização da mão-de-obra, além do pouco acesso à tecnologia e à assistência técnica, a evolução se deu

graças ao fato de várias parcelas importantes do segmento familiar estarem integradas aos setores agroindustriais e da distribuição, como também, ao fato de proporem um grande aproveitamento de suas terras.

No entanto, os agricultores familiares - na tentativa de potencializar um retorno econômico e social - diversificam suas atividades no meio rural, para isso desenvolvem estratégias de desenvolvimento rural em que a agroindustrialização de produtos alimentares é uma das alternativas.

No capítulo a seguir são apresentados os conceitos e discussões sobre desenvolvimento rural, o qual desencadeou mudanças expressivas no espaço rural ao longo das últimas décadas. Será feita, também, a abordagem sobre a noção de desenvolvimento territorial rural e sobre as redes de desenvolvimento rural, nas quais um grande número de agricultores familiares está inserido na Região Oeste do Paraná.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E DISCUSSÕES

As mudanças ocorridas no espaço rural, a partir da década de 1970, não deram conta de diminuir e tampouco eliminar a pobreza rural. Segundo Schejtman e Berdegué (2003), atualmente existem mais pessoas empobrecidas no campo que há vinte anos.

A complexidade da problemática rural e seu processo de transformação continuam em debate na busca de novas respostas, uma vez que os enfoques e estratégias convencionais de desenvolvimento que se colocaram em jogo, desde o final dos anos de 1960, não obtiveram os resultados esperados.

Para entender a dinâmica das mudanças no espaço rural e o processo de desenvolvimento rural das últimas décadas, busca-se descrever, brevemente, o processo histórico do desenvolvimento econômico o qual serviu como base para as políticas de desenvolvimento rural.

3.1.1 Breve Revisão sobre Desenvolvimento Econômico

A abordagem do desenvolvimento foi enfatizada em decorrência das flutuações econômicas do século XIX, quando a concentração da renda e da riqueza foi agravada a partir do surgimento de alguns poucos países industrializados, tornando-se ainda mais evidentes as disparidades entre os países ricos e os pobres. A miséria nos países “pobres” converte-se no maior problema econômico mundial e

expõe a necessidade urgente de se realizar um diagnóstico das “causas da pobreza das nações”. “O problema é de tamanha magnitude e urgência, que se tornam necessárias ações humanitárias diretas nos focos de pobreza, a fim de combater a fome, as doenças e reduzir as disparidades internacionais de renda” (SOUZA, 2005, p. 3).

Mas o que determina o desenvolvimento? A medida do nível de desenvolvimento foi o Produto Interno Bruto (PIB) agregado e, sobretudo o PIB *per capita*. Para Boisier (2000), em decorrência disso, o desenvolvimento foi - por duas décadas (1970 e 1980) - considerado quase sinônimo de crescimento.

No Brasil, segundo Souza (2005), o desenvolvimento econômico se embasou nos estudos da Comissão Mista Brasil-EUA, de 1951 a 1953, e do Grupo Misto composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de 1953 a 1955, os quais forneceram elementos para a formulação de futuros planos de desenvolvimento.

O economista Dudley Seers (1970)¹⁴ citado por Boisier (2000), argumenta que o ponto de partida para se discutir o que é desenvolvimento é reconhecê-lo como um conceito normativo e cheio de “juízos de valor”. Ele aponta as condições necessárias para a realização do potencial humano. A primeira é a alimentação como uma necessidade absoluta (traduzida em função da pobreza e ao nível de renda). A segunda condição básica é o emprego, e a terceira é a igualdade entendida como equidade.

Entretanto não existe uma definição que seja unânime sobre o desenvolvimento. Solari *et al.* (1976) citam a definição do espanhol José Medina Echeverría, considerado pai da sociologia latino-americana do desenvolvimento, o

¹⁴ SEERS, D. The Meaning of Development. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 1970.

qual explica o desenvolvimento econômico como um processo continuado, em que o mecanismo essencial é a aplicação do seu excedente em novos investimentos, cujo resultado é a expansão incessante de uma unidade produtiva, e esta unidade produtiva pode ser uma sociedade inteira.

Hayame e Ruttan (1988) demarcam os limites de “uma nova economia do desenvolvimento” em três abordagens: na primeira, as teorias do desenvolvimento etapista ou “estágios de crescimento” ou ainda, o setor líder, que, após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser identificado na literatura com Rostow (1960). Estas teorias procuram identificar o momento de transição para estágios mais avançados na economia de um país.

No século XIX, destacam-se duas escolas na literatura alemã sobre estágios de crescimento: Friedrich List, Karl Marx e os marxistas. Tanto List como Marx desenvolveram suas teorias com base em cinco estágios do processo de desenvolvimento, porém seus estágios não se baseiam nos mesmos princípios. List fundamentou sua classificação nas mudanças de distribuição ocupacional. O desenvolvimento industrial doméstico foi considerado por ele como o gerador mais importante do progresso agrícola. Marx classifica os estágios com base nas mudanças tecnológicas de produção associadas ao sistema de direitos sobre a propriedade e à ideologia.

Na abordagem dos estágios de crescimento do “setor líder” Rostow (1960) descreve como todas as sociedades podem evoluir em uma perspectiva econômica dentro de cinco etapas: sociedade tradicional; pré-condições para a decolagem; decolagem; maturidade; e consumo de massa. Por meio da teoria das etapas, esse autor afirma que o desenvolvimento econômico é um processo que deve avançar numa seqüência de passos, iniciando, assim, o crescimento

econômico em algum ponto situado entre o estágio da decolagem e a maturidade da sociedade.

Em resumo, estas três teorias dos estágios de crescimento abordam a transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial como sendo o maior problema da política de desenvolvimento. Rostow e Marx atribuem um papel dinâmico ao setor agrícola no processo dessa transição.

Na segunda abordagem de uma nova economia do desenvolvimento surge o termo *economia dual*, estabelecida originalmente pelo trabalho clássico de Lewis (1954); na literatura recente, a ênfase está nos trabalhos desenvolvidos por Jorgerson (1961), Fei e Ranis (1961). Esses modelos examinam a transformação da estrutura industrial no contexto de uma economia nacional. A abordagem da economia dual surge da tentativa de compreensão da relação entre um setor tradicional retardatário e um setor moderno em crescimento, nas sociedades não-ocidentais, sob forte influência do colonialismo ocidental. Os modelos de economia dual estáticos podem ser identificados como: dualismo sociológico, desenvolvido a partir das pesquisas de Boeke (1953) e o dualismo de enclave. Os dois modelos permitem a compreensão dos pressupostos relacionados à estrutura e comportamento econômico de economias em desenvolvimento, que foram incorporados aos modelos modernos de economia dual.

Já os modelos dinâmicos mais recentes de economia dual tratam a agricultura como o setor tradicional, e a indústria como o setor moderno na tentativa de investigar a interação crescente entre os dois setores em relação ao desenvolvimento. Os modelos contemporâneos, do início dos anos de 1970, representam o terceiro estágio dos modelos de economia dual. A idéia era incorporar modelos mais realistas sobre o comportamento dos mercados intersetoriais de

fatores e produtos e mudança técnica. Os principais autores Kelley, Williamson e Cheetham (KWC) (1972) desenvolvem um modelo de equilíbrio que incorpora o dualismo entre o setor agrícola e o industrial, introduzem suposições mais realistas de desequilíbrio no comportamento dos mercados de fatores e produtos, realizam simulações e comparam resultados nos modelos de equilíbrio e desequilíbrio.

Na terceira abordagem, de concepção estruturalista, surge a teoria da dependência, que emergiu dos estudos de Raúl Prebisch (1963) e Paul Baran (1957) e foi um tema bastante disseminado entre os economistas, cientistas políticos e sociólogos dos países subdesenvolvidos. Essa teoria incorporou conceitos de troca desigual, considerados centrais na escola estruturalista da América Latina. O aspecto fundamental de tal teoria está no domínio das forças econômicas que operam no sistema internacional sobre as forças que atuam dentro dos sistemas nacionais.

O modelo estruturalista - representado por Raúl Prebisch e seus colaboradores (no Brasil representado principalmente por Celso Furtado) – foi desenvolvido na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tendo como argumento central a condição dos países periféricos que já tinham e continuariam tendo, em longo prazo, deterioração nas relações de troca com as economias centrais (HAYAMI e RUTTAN, 1988). Esta corrente de pensamento entende o desenvolvimento como “um processo de transformação social, referindo-se a um processo deliberado que busca, como finalidade última, a igualação de oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como relativamente as sociedades que desfrutam padrões mais altos de bem-estar material” (SOUZA, 2000, p. 152).

Hirschman (1961) analisa o desenvolvimento econômico como um processo desequilibrado, uma vez que o progresso econômico não se difunde de maneira uniforme. Segundo ele, o processo de desenvolvimento sofre os efeitos de encadeamentos (*linkages*) derivados das exportações de produtos básicos. Esses efeitos de encadeamentos tornam-se a essência do processo no qual a expansão das exportações induz o investimento para outras atividades da economia interna.

Nurkse (1976) entende o desenvolvimento como um processo de equilíbrio em que, em toda economia, a indução para investir é limitada pela dimensão do mercado, condicionado ao nível geral de produtividade. Esse mercado dependeria da utilização de capital na produção; sendo que a utilização de capital também é dependente da dimensão do mercado, o que gera um processo circular. Segundo o autor, os países subdesenvolvidos primários exportadores devem se voltar para capitais destinados à produção do mercado interno, passando a ocupar aqueles agentes que anteriormente produziam para exportação, buscando aumentar a produtividade e abastecendo mutuamente o mercado, numa perspectiva de crescimento equilibrado.

No entanto, o aumento crescente da desigualdade social, principalmente nos países em desenvolvimento, faz surgir uma nova perspectiva de desenvolvimento humano.

Uma concepção adequada de desenvolvimento, para Amartya Sen (2000), deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deve considerar o bem-estar das pessoas. E define desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN 2000, p. 17). Sua abordagem de desenvolvimento diverge das que identificam o desenvolvimento com industrialização, avanço tecnológico, aumento de renda.

Para o autor, embora estes fatores possam ser importantes meios de expansão das liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade, outros determinantes devem ser considerados, como a própria disposição social e econômica da população.

Para se chegar ao desenvolvimento, segundo Sen (2000), é necessário que se removam as principais fontes de privação da liberdade, como a pobreza, a tirania e a carência de oportunidades. Implica, deste modo, ampliar o livre acesso às estruturas de ascensão social e a serviços públicos de qualidade. Tais fontes abrangem ainda a intolerância à interferência de Estados repressivos e autocráticos.

Nesta mesma direção, o desenvolvimento, para Boisier (1999), deve ser entendido como um fenômeno qualitativo, e só se pode alcançá-lo mediante ações de ordem quantitativa. Considera o capital sinérgico, como a forma mais importante de capital encontrado num território organizado. O autor conceitua capital sinérgico como a capacidade social, ou seja, a capacidade societária de promover ações em conjunto, com fins coletivos e democraticamente (grifo no original) aceitos com o conhecido resultado de obter-se, assim, um produto final maior que a soma de seus componentes. E indica os dez elementos do desenvolvimento: o capital sinérgico, como elemento catalítico, e as nove formas coletivas adicionais que devem avançar para gerar um “caminho do desenvolvimento”, quais sejam: capital econômico, cognitivo, simbólico, cultural, social, psicossocial, institucional, cívico e humano.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, medida econômica que mascara a desigualdade social, sofreu uma ruptura no início da década de 1990. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou o primeiro relatório de desenvolvimento humano rompendo com a restrita avaliação do

desenvolvimento dos países pelo PIB *per capita*. Criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é calculado pela média simples de três componentes: *longevidade*, *educação* (taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino) e *nível de renda* (PIB real *per capita* em dólares PPC)¹⁵ (SOUZA, 2005).

Definir o desenvolvimento econômico, social, cultural, político é muito complexo e, como se refere Sen (2000), a liberdade é ao mesmo tempo o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento. A liberdade pressupõe o enriquecimento da vida humana, inclui também as capacidades elementares, como a de ter condição de evitar privações como a fome, a morte prematura, o cerceamento à educação e à participação política.

Entretanto, a pobreza ocasiona privação das capacidades elementares dos seres humanos. A idéia de pobreza, segundo Hoffmann (2000a), está associada às condições de vida inadequadas, resultantes de baixos rendimentos. O autor aponta em seus estudos, que o rendimento familiar médio de uma família urbana é de R\$ 994,00 e de uma família que vive no meio rural é de R\$ 395,00. Outro agravante é que as famílias rurais tendem a ser maiores que as urbanas, mas o rendimento das famílias urbanas é bem maior.

No meio rural brasileiro estão alojados uns dos principais índices de pobreza que se mantém nas últimas décadas, o que sugere a necessidade emergente de se repensar o desenvolvimento rural.

¹⁵O PNUD modificou a metodologia de cálculo do PIB *per capita* que era medido em dólares norte-americanos, a partir de 1999 passou a utilizar o conceito de *paridade do poder de compra* de cada país (SOUZA, 2005).

3.1.2 Abordagens do desenvolvimento rural

As idéias populares sobre o desenvolvimento rural - segundo Ellis e Biggs (2005) - classificam a década de 1960 como à da modernização; a década de 1970 como à da intervenção do Estado; a década de 1980, relacionada à liberalização do mercado e a década de 1990, como à da participação e empoderamento. Esta classificação incorre numa análise superficial, pois as idéias correntes e seus efeitos práticos não têm seguido uma transição dessa maneira. Para esses autores, a interpretação acerca do desenvolvimento rural é complexa, uma vez que as idéias que aparecem, principalmente em uma década, freqüentemente começam a ganhar força na década seguinte e começam a surtir efeitos sobre a prática do desenvolvimento rural de uma forma ampliada, dez a quinze anos depois de formuladas.

Neste sentido, a idéia de que a maior parte dos chamados agricultores “tradicionais” ou de “subsistência” nos países com baixa renda, poderia formar a base dos processos econômicos conduzidos pela agricultura, foi uma ruptura significativa em relação aos conhecimentos dos anos de 1950, que eram idéias que haviam sido incorporadas nas teorias sobre o dualismo econômico do desenvolvimento de Lewis em 1954, e de Fei e Ranis em 1964. Para esta corrente teórica, o setor relacionado à economia de subsistência possuía perspectivas insignificantes para o crescimento da produtividade e para crescimento em si, desempenhando um papel passivo no processo de desenvolvimento econômico, fornecendo recursos ao setor moderno da economia, até que este, mais cedo ou mais tarde, ocupasse o seu lugar. O setor moderno era visto como detentor da agricultura “moderna” com produção em grande escala, além da indústria de

manufatura. Importantes proposições subjacentes incluíram a existência de economia em grande escala na agricultura, ou seja, estas grandes propriedades poderiam fazer um emprego mais eficiente dos recursos e das tecnologias modernas que as pequenas propriedades. Esta proposição foi seguida nas estratégias de desenvolvimento agrícola nos países socialistas, em países de baixa renda e em vias de desenvolvimento, nas décadas de 1960 e 1970 (ELLIS e BIGGS, 2005).

Essa primeira “ruptura paradigmática” no corpo teórico do desenvolvimento rural, segundo Ellis e Biggs (2005), ocorreu em meados dos anos de 1960, período em que a pequena propriedade foi considerada o motor do crescimento e do desenvolvimento em geral. Porém, as mudanças não se realizaram numa direção intelectual, porque não houve uma renúncia imediata das idéias que estavam sendo substituídas. Havia um verdadeiro abismo entre a idéia anterior de que a agricultura em grande escala, com a utilização da tecnologia mecanizada, era mais eficiente que o “setor campesino” nos anos de 1970.

E para esses autores, a segunda “ruptura paradigmática” aconteceu em função das mudanças ocorridas no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, com o reconhecimento, de um lado, dos problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, com a multifuncionalidade do espaço rural; ou seja, sua função produtiva, o importante papel no equilíbrio ambiental, suporte às atividades de recreação e a preservação¹⁶.

Corroborando com essa idéia, diversos autores nos anos recentes passaram a preconizar a necessidade de repensar as abordagens analíticas e os enfoques utilizados como referências teóricas na definição do desenvolvimento rural. A retomada deste debate, segundo Schneider (2003), tem como fatores centrais: a erradicação da pobreza do meio rural, a questão do protagonismo dos atores sociais

¹⁶ Ver também Kageyama (2004).

e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação principal com a sustentabilidade ambiental.

Para países em desenvolvimento, Ellis (2001) propõe uma abordagem de desenvolvimento rural que privilegia as estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais. O autor demonstra que as iniciativas e ações que de fato melhoram as condições de vida das populações rurais, permitindo a reprodução social, econômica e cultural comumente estão nos locais e territórios onde vivem. Ellis (2001) aponta o desenvolvimento rural como a combinação de um grupo de ações e práticas com a finalidade de reduzir a pobreza em áreas rurais, e o propósito de estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais possibilitando a eles próprios a definição e o controle de suas prioridades para efetivar mudanças.

Outra abordagem de desenvolvimento rural - proposta por Ploeg *et al.* (2000)¹⁷ citados por Schneider (2003) – defende o que chama de teoria empiricamente fundamentada; apresenta vários pontos que se assemelham aos sugeridos por Ellis (2001), enfatizando mais os problemas e o contexto dos países desenvolvidos. Ambos reconhecem a dificuldade de atribuir um sentido teórico à noção de desenvolvimento rural. Ploeg *et al.* (2000) sugerem que o mesmo tem origem nos debates e disputas sociais e políticas, sendo necessário reconhecê-lo como um processo de múltiplos níveis assentado na tradição histórica. Estes múltiplos níveis dos novos enfoques do desenvolvimento rural estariam apoiados em seis premissas gerais, todas elas associadas aos problemas decorrentes do modelo agrícola *produtivista*, que estaria em fase de superação, quais sejam:

¹⁷PLOEG, J. D. van der et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4), 2000. p. 391-408.

Primeiro, o crescente interrelacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola, que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multi-ocupacionais com claro estímulo à pluriatividade. Quarto, um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais sejam eles os agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios, etc.). Quinto, um desenvolvimento rural que leva em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições que não podem ser mais exclusivamente direcionadas à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos (PLOEG *et al.*, 2000 *apud* SCHNEIDER, 2003, p. 6).

O desenvolvimento rural seria visto como uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares em decorrência das limitações impostas pela modernização produtivista apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência desenvolvida por unidades familiares rurais no sentido de garantir sua reprodução (PLOEG *et al.*, 2000 *apud* SCHNEIDER, 2003).

Entre os autores brasileiros são duas as contribuições principais acerca da definição de desenvolvimento rural. A primeira é produzida por Veiga (1998) que define o desenvolvimento rural como “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente” (VEIGA, 1998, p. 11).

Em estudos mais recentes Veiga *et al.* (2001), enfatizam as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural, considerando - a partir da visão de Amartya Sen (2000) - a perspectiva da expansão das capacidades individuais e melhoria dos funcionamentos, os elementos fundamentais à valorização

e ao fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação da economia dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e as ações provenientes do Estado, no sentido de viabilizar arranjos institucionais locais como pontos fundamentais para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

A segunda contribuição é de Navarro (2001) que propõe uma distinção conceitual entre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. O desenvolvimento agrícola associado às condições agropecuárias, no sentido estritamente produtivo, ou seja, a base material da produção agropecuária (área plantada, produtividade, uso do trabalho como fator de produção, tecnologia etc.). O desenvolvimento agrário associado ao enfoque teórico marxista, busca a compreensão do mundo rural e suas relações com a sociedade maior, considerando todas as suas dimensões. Já o desenvolvimento rural deveria ser entendido no sentido operacional, no seu uso prático e normativo, no sentido de caracterizar estratégias e ações do Estado a fim de alterar e/ou melhorar as condições de vida no meio rural.

Mior (2005) classificou as teorias relacionadas à dinâmica do desenvolvimento rural, nas duas últimas décadas, em quatro grupos. No primeiro grupo, estão as teorias que buscam explicar a dinâmica da agricultura em particular e, no geral, o desenvolvimento rural, resultante da globalização da economia e do sistema alimentar, além das teorias que se referem à persistência da diversidade da agricultura.

No segundo grupo estão as teorias que tratam da importância dos espaços (regiões, localidades etc.) na dinâmica do processo de desenvolvimento. O conceito de localidade surgiu nos países industrializados para explicar o caráter

permanente das variações espaciais no mundo industrializado, nos anos de 1970 e 1980.

O terceiro grupo é marcado pela discussão do modelo exógeno de desenvolvimento rural e ressalta a importância crescente do modelo endógeno. Neste debate há o questionamento da forte intervenção externa e passa-se a defender a mobilização social endógena para as áreas rurais. Estas concepções associam-se à dimensão das análises que enfatizam a dicotomia rural-urbano, saindo do recorte setorial para uma análise territorial do desenvolvimento.

Finalmente o quarto grupo trata da integração da agricultura nas noções de cadeia produtiva, distrito industrial ou *cluster*. A noção de cadeia produtiva deriva da noção de complexo agroindustrial. Esta noção está de acordo com a visão dominante no Brasil, na segunda metade do século XX, de que o espaço urbano-industrial desencadeou o desenvolvimento¹⁸. Associa-se, assim, o desenvolvimento agrícola como desenvolvimento rural, e desenvolvimento industrial como urbano. O conceito de *cluster* busca se distinguir da noção de cadeia produtiva no sentido em que se caracteriza como uma concentração setorial ou geográfica de empresas, já que a noção de cadeia produtiva é a-espacial. Alguns autores têm utilizado a noção de *cluster* como sinônimo de distrito industrial e redes (MIOR, 2005).

Na visão de Kageyama (2004), no campo dos estudos rurais, identificam-se três enfoques: o primeiro trata-se do desenvolvimento exógeno, em que o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. A autora cita, como exemplo, as políticas de modernização da agricultura objetivando estimular o desenvolvimento rural. O segundo enfoque é o desenvolvimento endógeno, centra-se no desenvolvimento local, é gerado por

¹⁸ Ver mais sobre esse tema ler Kageyama (1987) e Graziano da Silva (1998).

impulsos locais e com recursos predominantemente locais, é o caso do modelo dos distritos industriais. O terceiro é a combinação do primeiro e do segundo enfoques, no qual se pode entender o desenvolvimento rural como uma “combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

3.1.3 Noção de desenvolvimento territorial rural

A noção territorial tem sido abordada cada vez mais por vários autores, os quais convergem para a compreensão de que os enfoques tradicionais têm dado lugar a uma série de formulações estratégicas para reenforçar o desenvolvimento rural no combate à pobreza. Essas formulações estratégicas em geral avançam para uma proposta de enfoque territorial.

Schneider (2003) destaca que a abordagem territorial do desenvolvimento rural

pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deve ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Este espaço é construído a partir da ação dos indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Este contexto é entendido como o território. (...), esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nestes espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2003, p. 7).

Para esse autor, a emergência da abordagem territorial é uma tentativa de síntese para as discussões sobre o desenvolvimento rural, sua origem

está em dois processos distintos. O primeiro, refere-se ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, a noção de região como unidade de referência torna-se limitada para se pensar nas ações e nas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural. O desgaste da noção de região ocorre na metade dos anos de 1970 e se agrava nos anos de 1980, por influência crescente do ideário neoliberal sobrepondo-se às perspectivas keynesianas que estavam em vigor desde o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, 1970 e 1980, passam a vigorar e a legitimar novos critérios do que seja desenvolvimento, bem como as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Assim, “a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos” (SCHNEIDER, 2003, p. 9). O território emerge, vinculado à globalização e como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas.

O segundo fator relevante, para a emergência da abordagem territorial, ainda com base em Schneider (2003), é o crescente questionamento sobre a dinâmica setorial de ramos de atividade econômica, os quais se desenvolveram mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala.

Em estudos recentes Barquero (2001) *apud* Schneider (2003) e Schejtman e Berdegué (2003) analisam as transformações econômicas e o surgimento de perspectivas de análise em processos relacionados ao enfoque territorial.

Schejtman e Berdegué (2003) definem desenvolvimento territorial rural como um processo de transformação produtiva e institucional num determinado espaço rural, com o propósito de reduzir a pobreza rural. Para estes autores, a

transformação produtiva tem a função de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território aos mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem a finalidade de estimular e facilitar a interação e a ordenação dos atores locais entre si, e também dos atores locais e agentes externos relevantes no sentido de criar oportunidades para que a população pobre participe do processo e também possa desfrutar dos benefícios.

A idéia do desenvolvimento rural como desenvolvimento territorial, na proposta de Schejtman e Berdegué (2003), pode ir mais além de uma “intuição fundamentada” e chegar a se constituir numa teoria de ações justas para a superação da pobreza rural. Estes autores analisam os antecedentes teóricos do enfoque territorial, as contribuições do desenvolvimento econômico e do espaço, os *clusters*, os novos distritos industriais e o desenvolvimento econômico local, na tentativa de justificar a passagem da noção de desenvolvimento rural para a noção de desenvolvimento territorial rural. Neste estudo, extraem sete elementos que devem ser considerados relevantes no novo enfoque de desenvolvimento territorial rural, quais sejam:

1) A competitividade determinada pela ampla difusão do progresso técnico e do conhecimento é condição necessária à sobrevivência das unidades produtivas. No entanto, para ser competitivo quando se tem a perspectiva da superação da pobreza, deve-se entender competitividade como capacidade de melhores empregos e auto-empregos, que conduzam a um incremento sustentável de renda e melhoria na qualidade de vida das famílias rurais.

2) A inovação tecnológica em processos, produtos e gestão é o ponto chave para elevar a produtividade do trabalho e a renda da população rural.

3) A competitividade é um fenômeno sistêmico, ou seja, não é um atributo de empresas ou unidades de produção individuais ou isoladas, mas depende das características dos ambientes e dos territórios.

4) A demanda externa ao território é o motor das transformações produtivas, é essencial para incrementar a produtividade e o emprego.

5) Os vínculos urbano-rurais são essenciais ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas no interior do território.

6) O desenvolvimento institucional é decisivo para o desenvolvimento territorial. Por ele se dá a relação com o funcionamento de redes de relações sociais de reciprocidade baseada na confiança, nos elementos culturais e na identidade territorial, e nas redes com atores externos ao território. Esses fatores facilitam a aprendizagem coletiva.

7) O território é uma construção, ou seja, um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

Segundo Abramovay (2000), o programa de pesquisa de maior influência quanto à dimensão territorial do desenvolvimento vem da Itália. Cientistas sociais italianos como Becattini, Bagnasco, Triglia, Garofoli, entre outros, preocupados em compreender as especificidades da industrialização da Terceira Itália (Emília-Romagna, Toscana, etc.), região localizada no centro-sul do país, discutem o modelo italiano.

Os economistas italianos, no final dos anos de 1970, se voltam para a noção marshalliana de distrito industrial e discutem a competitividade das empresas e os processos de inovação considerando os conceitos de “redes”, “meios

inovadores” e “efeitos de proximidade” (PECQUEUR, 1995,¹⁹ *apud* ABRAMOVAY, 2000, p. 8). Nos anos de 1980, estes estudos ganham grande projeção internacional, e indicam que a especificidade do caso italiano estava na formação de sistemas produtivos com forte identificação das empresas e dos agentes econômicos com o território onde se localizavam. Portanto, os territórios passam a ser agentes de transformação social e não apenas suporte dos recursos às atividades e processos econômicos (BARQUERO, 2001, *apud* SCHNEIDER, 2003).

Outra experiência internacional relevante no uso normativo da abordagem territorial do desenvolvimento rural são os Grupos de Ação Local (GAL) do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER), na União Européia. O novo modelo de desenvolvimento rural discutido pela Conferência de Cork (1986) estabelece que a política de desenvolvimento rural deva conceituar-se de modo multidisciplinar, com aplicação multisetorial e uma dimensão territorial respeitando a diversidade das áreas rurais européias. Deve ser descentralizada e embasada na associação e cooperação entre todos os níveis envolvidos: local, regional, nacional. Com ênfase na participação, enfoque de “baixo para cima” valorizando a criatividade e solidariedade das comunidades rurais (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

No Brasil e nos países latino-americanos, como argumenta Schneider (2003, p. 12), “o estágio destas iniciativas ainda é embrionário”, e levanta questões relevantes como a conceituação de território.

Abramovay (2000) entende que o território além de ser a base física para as relações entre indivíduos e empresas, tem um tecido social, ou seja, uma

¹⁹PECQUEUR, B. Territorialisation et qualification territoriale - Le produit et le producteur" - **Séminaire Qualification des Produits et des Territoires** - INRA, Toulouse, 1995.

organização complexa constituída de laços que vai além dos atributos (recursos naturais, custos de transportes e comunicações) do lugar. O mesmo autor enfatiza que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000, p. 8). Afirma que os territórios são lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas, ou seja, a maneira como uma determinada sociedade se organiza e se relaciona com a natureza.

Abramovay (2000) conclui que a dimensão territorial do desenvolvimento vai além de apontar vantagens e obstáculos geográficos de localização. Estuda a montagem de “redes” e “convenções”, ou seja, as ações cooperativas realizadas por instituições na conquista de bens públicos (saúde, educação, informação) que enriquecem o tecido social de uma localidade.

Considerando-se a valorização do local e de seus atores sociais na busca pela sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza rural entende-se o território como uma nova unidade de referência, que converge para o desenvolvimento territorial rural. Como se refere Boisier (1999) é a “capacidade de organização social” que se constitui num elemento multidimensional de caráter principalmente institucional, social e cultural, que dá origem a uma rede e, de certo modo, ao funcionamento dessa mesma rede.

3.1.4 As redes de desenvolvimento rural

As redes representam uma forma nova de organização geográfica das sociedades com o desenvolvimento de técnicas e do mercado, uma vez que é a rede “a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da

produção e do mercado” (MOREIRA, 1997, p. 2). No entanto, a característica essencial de organização da sociedade moderna está representada na rede dos transportes e das comunicações, “uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios, ao aumento da densidade e da escala da circulação” (*Ibidem.*). Essa forma de espacialização geográfica possibilita a discussão sobre as regiões e os territórios, a partir da capacidade técnica de se articularem em redes.

Santos (1996) enquadra a concepção de rede em duas grandes matrizes: a primeira considera o aspecto da rede, a sua materialidade e a define formalmente como toda infra-estrutura de transporte, de energia ou de informação sobre o território caracterizada pelos pontos de acesso ou pontos terminais, arcos de transmissão, nós de bifurcação ou de comunicação. A segunda leva em conta, também, o aspecto social e político da rede, a qual seria fundada nas ações humanas; do contrário, sua materialidade seria apenas uma abstração.

Para Haesbaert (2002, p. 132), a rede pode ser vista “como um elemento fundamental constituinte do território”, e a estrutura social em rede pode atuar “como um elemento fortalecedor do território”. Já para Santos (1996, p. 222) as redes atuam – ao mesmo tempo - como “concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas”. Isto significa que elas funcionam em duplo sentido. E segundo o mesmo autor, os vetores que sustentam à distância a presença de uma grande empresa, por exemplo, são, para ela, centrípetos, mas para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos.

Na literatura internacional, vários autores estudam as redes na tentativa de explicar os padrões globais de mudança do meio rural, num nível mais

geral de rede, associada à emergente sociedade da informação. Murdoch (2000), em seus recentes estudos, analisa as redes em um nível intermediário. Segundo ele, é neste nível que se encontram as redes diretamente ligadas à agricultura e outros setores socioeconômicos dos territórios rurais, definindo alguns padrões de articulação dos atores locais e não-locais no processo de desenvolvimento.

Este nível intermediário de redes possibilitaria a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e facilitaria a sua interpretação. Murdoch (2000) identifica dois principais conjuntos de redes interagindo no meio rural: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo *rede vertical* está associado à idéia de desenvolvimento setorial, e diz respeito à forma pela qual a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas. Por outro lado, as redes horizontais de desenvolvimento rural estão associadas à idéia de desenvolvimento territorial, e expressam a forma de incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que estão inseridas nas economias locais, regionais e urbanas.

A existência de interfaces, conflitos e convergências entre a trajetória das agroindústrias convencional e familiar rural é identificada por Mior (2005), no processo de construção e estabilização das respectivas redes vertical e horizontal de desenvolvimento rural. Nas redes verticais há existência de poucos atores, que se utilizam das seguintes estratégias:

- a) implantação de convenções de qualidade industrial e comercial associadas a padrões tecnológicos e organizacionais mundialmente standardizados;
- b) produção de mercados globais de *commodities*;
- c) prioridade para a busca de economia de escala, tanto na etapa agrícola como na industrial;
- d) ênfase crescente em processos de agregação de valor com aproveitamento e valorização de matérias-primas subprodutos do processamento industrial;
- e) implementação de processos crescentes de desverticalização, embora com

manutenção de uma hierarquia na coordenação dos diversos agentes da rede (MIOR, 2005, p. 314).

Nas redes horizontais ocorre um maior e mais diversificado número de atores, bem como de estratégias:

a) adaptação de tecnologias para a situação e necessidade de produtores e consumidores de produtos; b) prioridade é o mercado de proximidade (local e regional), mas também nichos como o de produtos frescos, orgânicos, naturais e artesanais; c) construção de mercado a partir da inserção nas redes sociais com busca de diversificação produtiva; d) padrões diversificados de organização produtiva com forte ênfase na cooperação; e) mobilização de recursos sociais e naturais locais, mas também crescentemente não locais; f) presença de relações mais horizontalizadas entre os agentes do território regional; g) transição para mercados de qualidade específica com ênfase na adoção de convenções de qualidade ecológica e cívica (MIOR, 2005, p. 314/315).

Para Mior (2005), as redes verticais foram tradicionalmente analisadas setorialmente, partindo-se da abordagem das cadeias de commodities e, recentemente, também por meio da teoria do ator-rede²⁰. As redes horizontais têm sido abordadas, num recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem. Fundamentam-se, pois, na valorização do produtor familiar e sua estratégia de produção de alimentos com qualidade; diferentemente das redes verticais, que, por sua vez, atribuem outro valor ao produtor familiar, e se constituem na integração do produtor com as grandes agroindústrias, as quais determinam quando e quanto produzir do produto integrado. Há um distanciamento do produtor com o mercado, o mesmo não realiza a compra de insumos e também não comercializa seus produtos, a própria agroindústria é que realiza as transações. A rede horizontal, ao contrário, permite ao produtor organizar sua produção, o acesso à rede de produção de insumos e a rede de comercialização. Neste caso,

²⁰A teoria do ator-rede foi formulada no final da década de 1970 por pesquisadores da sociologia da ciência da inovação. Atualmente, está sendo usada em estudos de várias áreas e temáticas. O seu conceito envolve associações heterogêneas e os mecanismos de sua transformação ou consolidação (MIOR, 2005).

portanto, o produtor tem um alto grau de autonomia na decisão e controle da produção e comercialização de seus produtos.

A abordagem de redes é útil, - como afirma Murdoch (2005) - pois ela possibilita o envolvimento de questões de desenvolvimento, que são internas às áreas rurais, aos problemas e oportunidades que são externos ao meio rural mantendo uma mesma estrutura de referência.

Mior (2005) ressalta que as estratégias de desenvolvimento rural partem das atividades agrícolas e não-agrícolas. A hipótese que sustenta essa análise é de que as regiões que alcançam prosperidade, ou seja, as regiões dinâmicas são as que incorporaram de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico.

Segundo Abramovay (2000), as regiões dinâmicas incorporam uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresarias urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas. O fenômeno da proximidade social viabiliza a coordenação entre os atores capaz de converter o ambiente em que atuam em base para empreendimentos inovadores.

Tanto as regiões como as cidades são locais onde se configuram densas redes de relações. A rede urbana se constitui num conjunto de centros funcionalmente articulados, que para Corrêa (1989, p. 8) “reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade”. A rede urbana é considerada, também, por esse autor, uma forma espacial onde se realizam as funções urbanas, dentre elas a comercialização de produtos rurais.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A humanidade caminha constantemente em busca do conhecimento da realidade. A ciência torna-se uma forma de expressão desta busca da verdade, porém não é definitiva. Segundo Araújo (1998), na conceituação da ciência, três fatores são primordiais: toda ciência possui um conjunto de hipóteses resolvidas e a resolver; possui um objeto próprio de investigação recortado de um determinado setor da realidade; possui um método.

O método é um “*caminho para se chegar a um fim*” (GIL, 2000, p.31), ou como se refere Araújo (1998), um conjunto de regras e procedimentos que permitem obter explicações, descrições e compreensão, sendo a compreensão mais adequada para as ciências humanas para se chegar ao conhecimento.

A pesquisa científica está voltada para a realidade empírica e se constitui numa investigação sistemática, “é uma atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 1994, p.17), e sua finalidade é descobrir respostas de determinadas questões mediante a aplicação de método científico.

A pesquisa compreende a área geográfica da Região Oeste, denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como Mesorregião Geográfica Oeste do Paraná. Localiza-se no terceiro planalto paranaense, faz divisa ao Sul, com o Rio Iguaçu e a Região Sudoeste; ao Norte faz divisa com o Rio Piquiri e com a Região Noroeste; a Leste faz divisa com o Rio Guarani, com a Região de Pitanga e Campo Mourão; a Oeste faz divisa com o Rio Paraná, estabelecendo fronteira com as repúblicas da Argentina e do Paraguai. Esta Mesorregião compreende 51 municípios e possui uma superfície de 22.967.9 km², corresponde a

2.296.790 ha, representando 11,5% da superfície do Estado do Paraná (IBGE, 2000).

Esta pesquisa é realizada em unidades familiares de produção, (pequenas propriedades rurais) em que, dentre as alternativas econômicas desenvolvidas na propriedade, está a agroindústria familiar rural, na área de ação do Instituto EMATER da Regional de Cascavel, a qual faz parte da Mesorregião Oeste do Paraná, e é composta por 30 municípios. Contudo, o presente estudo abrange apenas os municípios de: Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste e Sede Alvorada, Distrito de Cascavel. Nestes locais, os produtores familiares estão organizados em associações e realizam as vendas de seus produtos em centros de comercialização.

Há uma grande diversidade de produtos elaborados ou transformados pelas agroindústrias familiares, como: derivados de trigo, embutidos de carne suína e bovina, defumados, derivados de leite, geléias, doces, derivados de cana-de-açúcar, mel, leite, temperos, sal temperado, erva mate, chá, vinho e vinagre, sucos congelados, peixes, entre outros produtos.

O delineamento da pesquisa propõe um estudo de campo, em que - conforme Gil (2000) - estuda “um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social” (GIL, 2000, p. 59), possibilita o aprofundamento de questões propostas, vai além de descrever características de sua população permitindo, por exemplo, que se analise a estrutura do poder local ou formas de associação entre seus moradores.

A unidade de análise é o produtor familiar. A pesquisa assume - de certa forma - um caráter exploratório devido à escassez de estudos, motivo pelo qual se propõe a esse viés, tendo como base a percepção dos produtores familiares

sobre a prática agroindustrial e sobre a participação dos mesmos na rede horizontal de desenvolvimento rural.

Devido ao critério da acessibilidade a pesquisa constitui-se de uma amostra não-probabilística e intencional, pois a mesma foi direcionada aos agricultores das Associações dos Produtores Familiares dos seis municípios que possuem os centros de comercialização, vinculados ou não ao Programa Fábrica do Agricultor, sendo, porém, proprietários de agroindústrias familiares constituídas oficialmente. A composição da amostra é de 40 agroindústrias familiares, distribuídas nos seguintes municípios: dezesseis agroindústrias no município de Matelândia; nove no município de Missal; três unidades no município de Nova Aurora; quatro unidades no município de Vera Cruz do Oeste; cinco unidades no município de Corbélia e três em Sede Alvorada, Distrito de Cascavel.

Nas Associações selecionadas os agricultores familiares produzem matéria-prima e a transformam, abrangendo desde processos simples até os mais complexos, visando agregação de valor e participação dos agricultores no processo produtivo e no mercado. Outros, porém, a comercializam de forma *in natura*; no entanto todos os produtos são vendidos nos centros de comercialização.

O crescimento da atividade dos produtores familiares depende, em grande parte, da cultura e dos hábitos da população; porém foi o município de Missal quem deu início a essa forma de organização e de comercialização há mais de uma década. Os demais municípios buscaram essa experiência readequando-a de acordo com sua realidade.

Dentro das associações há produtores que avançaram no processo; já possuem agroindústrias instaladas e legalizadas. Os produtos também atendem às normas da legislação sanitária, tributária e ambiental. O Programa Estadual da

Agroindústria Familiar/Fábrica do Agricultor, juntamente com as parcerias, nas instâncias federal, estadual e municipal vem apoiando e implementando as demandas dos agricultores organizados, desenvolvendo ações, no sentido de propor adaptações e/ou disponibilizar orientações e/ou criar facilidades referentes às legislações. A parceria propicia o desenvolvimento de condições que visem à obtenção de produtos dentro de padrões de qualidade satisfatórios ao consumidor e que atendam aos padrões sanitários vigentes. Atualmente o Decreto 3.927, de 29 de novembro de 2004, permite aos agricultores cadastrados no Programa a comercialização dos produtos transformados com “Nota de Produtor”, dentro do Estado.

Nas unidades de produção pesquisadas constata-se uma diversificação de produtos transformados para comercialização: nenhuma delas produz apenas um tipo de produto, mas trabalham com dois ou mais produtos, alguns derivados da mesma matéria-prima.

Produtos panificados são produzidos por dezesseis agroindústrias; onze produzem compotas, geléias e chimias; nove produzem derivados de cana (açúcar mascavo, melado e rapadura); cinco produzem derivados de amendoim (pé-de-moleque, paçoca); cinco produzem conservas de hortaliças; cinco produzem e/ou envasam vinho, vinagre, sucos e licores; quatro produzem derivados de leite (queijo, requeijão e manteiga); duas produzem cachaça; duas transformam derivados de suínos (embutidos, banha, torresmo defumados e leitão recheado); duas produzem diversos produtos orgânicos; duas produzem e abatem frango caipira; outras duas produzem mel e própolis; uma agroindústria fabrica sabão de álcool; uma agroindústria produz diversos tipos de chás e sal temperado; e finalmente, duas

agroindústrias produzem hortaliças e frutas, as quais são lavadas e embaladas para serem comercializadas.

Para a coleta de dados foi aplicado questionário/entrevista²¹, nos meses de agosto e setembro de 2006, em cada município, nos centros de comercialização. Foram aplicadas questões previamente estruturadas, realizadas anotações de comentários de entrevistados, que embora não estivessem previstas no questionário tiveram relação com a pesquisa e puderam contribuir com a mesma.

Os dados secundários foram obtidos mediante informações fornecidas pelo Instituto EMATER, na Regional de Cascavel; da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e na literatura de estudos sobre o tema.

²¹ Conforme pode ser observado no Anexo I. Para o desenvolvimento do questionário foram elaboradas perguntas visando traçar o perfil sócio-econômico da amostra em pesquisa, bem como obter dados sobre a agroindústria familiar rural e sua forma de operar. Foi realizado um teste piloto para melhor adaptação das perguntas e consultadas as referências: ESSER, 2005; BRANDENBURG, 1999.

4 UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL

O estudo analisa quarenta unidades familiares rurais dos municípios localizados na Região Oeste do Paraná, na área de abrangência do Instituto EMATER Regional de Cascavel, as quais produzem e processam seus produtos enquadrados nas exigências da Vigilância Sanitária sendo que o primeiro destino da produção são os Centros de Comercialização administrados pela Associação dos Produtores Familiares de cada município.

O Oeste do Paraná é uma região que se configura como espaço hegemônico de atuação das grandes cooperativas e agroindústrias convencionais do setor agroalimentar, desde a década de 1970. Por outro lado, evidencia-se um processo crescente de legitimação da agroindústria familiar rural, a partir dos anos de 1990.

O presente capítulo - subdividido em 3 seções – trata, na primeira, do perfil socioeconômico do produtor rural que comercializa seus produtos da agroindústria familiar rural nos centros de comercialização no Oeste do Paraná. Na segunda, traz o perfil da produção agroindustrial e sua contribuição para a renda da propriedade familiar rural dos produtores associados aos centros de comercialização. Na terceira seção aborda dados referentes a inserção socioeconômica dos produtores familiares por meio das redes verticais e horizontais como estratégia de desenvolvimento rural.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PRODUTOR RURAL QUE COMERCIALIZA SEUS PRODUTOS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL NOS CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO

A amostra pesquisada foi direcionada às famílias pluriativas, ou seja, famílias que residem no meio rural e desenvolvem atividades agrícolas e atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade. Para Fuller (1990)²² citado por Nascimento (2002) o termo pluriatividade refere-se à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola, como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da propriedade, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal.

Nesta pesquisa foram levantadas informações das propriedades que desenvolvem atividades de agroindustrialização transformando total ou parcialmente a matéria-prima produzida na propriedade e que comercializam todos os seus produtos ou parte deles em centros de comercialização no Oeste do Paraná. Convém ressaltar que as atividades realizadas pelas famílias sugerem a necessidade de equilibrar a alocação do trabalho entre a agropecuária e a atividade de agroindustrialização, tanto que - na quase totalidade das propriedades pesquisadas - observam-se membros da família desempenhando as duas atividades, ou seja, atividades agrícolas e não-agrícolas.

Das quarenta unidades de produção familiares pesquisadas, a média de residentes é de aproximadamente quatro pessoas por propriedade, porém, encontraram-se famílias com oito e nove membros. O número total de residentes

²²FULLER, A. M. (1990). From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. N. 6 (4), pp. 361-373, Londres.

nessas propriedades é de 152 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Desse total, 114 fazem parte da PEA ocupada rural, pois trabalham em atividades agrícolas e atividades não-agrícolas dentro e fora da propriedade, como se observa na Tabela 3.

Os residentes que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas (agroindústria familiar) na propriedade representam 70,2%, desses, 34,2% se dedicam exclusivamente à atividade não-agrícola na propriedade, ou seja, na agroindústria familiar e 36% - além de trabalhar na agroindústria - também desempenham atividades agrícolas na propriedade. A atividade agrícola é desenvolvida por 54,4% dos residentes, sendo que 15,8% se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas e 11,4% estão ocupados em atividades não-agrícolas fora da propriedade como: autônomo (marceneiro, caminhoneiro, trabalhador doméstico), funcionário público municipal (policial, professor, servidor), comércio e indústria, desses 6,1% possuem carteira assinada.

Tabela 3 – Ocupação dos residentes das propriedades familiares rurais pesquisadas

		Atividade agrícola		Total
		Propriedade	Sem atividade agrícola	
Atividade não-agrícola	Propriedade	41	39	80
		36,0%	34,2%	70,2%
	Fora da propriedade	3	13	16
		2,6%	11,4%	14,0%
	Sem atividade não-agrícola	18		18
		15,8%		15,8%
Total		62	52	114
		54,4%	45,6%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Em 97,5% das propriedades, os titulares são do sexo masculino com média de idade de 55 anos; o titular mais jovem com 34 anos e o mais idoso com 77 anos.

A Tabela 4 é esclarecedora no que se refere à escolaridade dos titulares; pode-se observar que a grande maioria, ou seja, 82,5% freqüentaram o ensino fundamental total ou parcialmente (52% cursaram somente da 1ª a 4ª séries). O ensino médio foi cursado por 12,5% dos titulares, o ensino superior foi cursado por apenas 2,5% , e chegaram a Pós-Graduação, também, 2,5% dos titulares.

Tabela 4 - Escolaridade dos titulares das propriedades familiares rurais pesquisadas

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Ensino fundamental	33	82,5	82,5
Ensino Médio	5	12,5	95,0
Ensino Superior	1	2,5	97,5
Pós-Graduação	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A escolaridade é o maior potencial de capital humano que se converte em gerenciamento, inovações de processos e de novas técnicas produtivas. Apesar da predominância de baixa escolaridade nessas unidades de produção familiares, percebe-se uma tendência de melhora no nível de escolaridade dos residentes. Isso fica evidente tanto em relação aos titulares que estão buscando formação superior (mesmo sendo um número muito reduzido), sobretudo em relação à formação educacional de seus filhos, como se observa na Tabela 5. Dos 114 membros ocupados nas propriedades pesquisadas, dois membros se declararam analfabetos, um homem e uma mulher, portanto 1,8% dos residentes; 63,2%

possuem ou estão cursando, o ensino fundamental; 28,1% possuem ou estão cursando o ensino médio; 6,1% dos residentes possuem ou estão cursando o ensino superior e 0,9 tem pós-graduação.

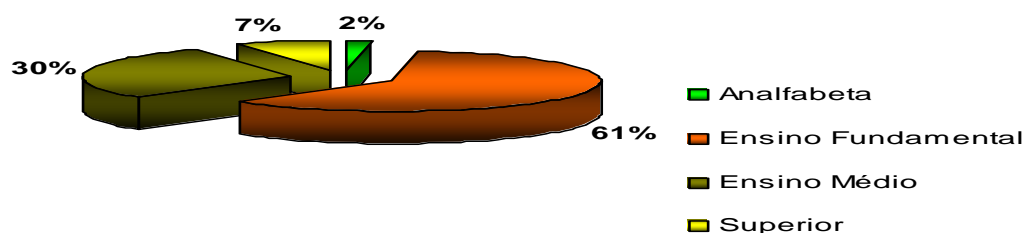
Tabela 5 - Escolaridade dos membros ocupados nas propriedades familiares rurais pesquisadas

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Analfabeto	2	1,8	1,8
Ensino Fundamental	72	63,2	64,9
Ensino Médio	32	28,1	93,0
Ensino Superior	7	6,1	99,1
Pós-Graduação	1	,9	100,0
Total	114	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Das cinqüenta e quatro mulheres ocupadas, cinqüenta trabalham nas agroindústrias familiares e quatro estão ocupadas em atividades na área urbana. Dessas cinqüenta e quatro, uma delas se declarou analfabeta, 2% do total; trinta e três possuem o ensino fundamental, o que corresponde a 61%. No ensino médio, são dezesseis mulheres, ou seja, 30%, e no ensino superior quatro delas, ou 7% do total, conforme o gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2 - Escolaridade das mulheres ocupadas residentes nas propriedades familiares rurais pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa

A renda do produtor familiar é oriunda de atividades agrícolas, atividades não-agrícolas²³ e da aposentadoria rural. Como se analisa na Tabela 6, do total dos residentes nas propriedades que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada rural, apenas 7,9% possuem renda fixa²⁴, 74,6% dos membros vivem com renda variável e 17,5% dos membros recebem aposentadoria.

Tabela 6 — Situação da renda do produtor familiar nas propriedades pesquisadas

	Freqüência	Percentual	Percentual acumulado
Fixa	9	7,9	7,9
Variável	85	74,6	82,5
Aposentadoria	20	17,5	100,0
Total	114	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

²³As atividades não-agrícolas se referem a: atividades da agroindústria familiar rural, prestação de serviços dentro e fora da propriedade e turismo rural.

²⁴A renda fixa se refere a renda oriunda de atividades não-agrícolas assalariadas fora da propriedade.

A composição da renda total das propriedades pesquisadas provém de atividades agrícolas (lavoura, leite *in natura*, galinheiros e produção de suínos no sistema de integração), representando 42,55%. As atividades não-agrícolas representam 57,45% da renda total das propriedades, sendo 43,38% oriunda das agroindústrias; 7,5% oriunda de outras atividades (prestação de serviços fora da propriedade rural e turismo rural) e 6,57% de aposentadoria.

Ao analisar a renda bruta anual das 40 propriedades, como demonstra a Tabela 7, percebe-se uma diversidade de renda entre as unidades de produção familiares e grupos de área. A maioria das propriedades, ou seja, treze delas, que representa 32,5% do total da amostra, estão na faixa de renda mais de R\$ 8.000 a 15.000a.a.. Essas propriedades estão distribuídas nos seguintes grupos de área: 30,8% até 10 ha, 61,5%, de 11 a 20 ha e 7,7% de 21 a 40 ha. Das propriedades de maior renda anual bruta, mais de R\$ 27.000a.a. são nove propriedades, que correspondem a 22,5% do total da amostra. Nesta faixa de renda se encontram todos os grupos de área, com maior concentração nos grupos de 11 a 20 ha e 21 a 40 ha, correspondendo a 33,3% em cada grupo. Na faixa de renda mais de R\$ 3.000 a 8.000a.a. encontram-se oito propriedades, totalizando 20% do total da amostra. Nesta faixa de renda a maior concentração é de pequenas propriedades, ou seja, 75% dessas unidades produtivas estão no grupo de área até 10 ha. Outras sete propriedades, que representam 17,5% estão na faixa de mais de R\$ 15.000 a 27.000a.a.. Nesta faixa de renda, também a maior concentração é de pequenas propriedades, com 42,9% no grupo de área de até 10 ha. Na faixa de até R\$ 3.000a.a. encontram-se duas propriedades com áreas entre 11 a 20 ha, Uma delas cultiva o fumo, e está integrada a agroindústria convencional, a outra é arrendatária de terra. Uma propriedade encontra-se com renda negativa ou nula, e é

uma das maiores propriedades com 43,3 ha. Nesta unidade de produção desenvolve-se a atividade de apicultura e são cultivadas as culturas de soja e milho. Estas três últimas propriedades passam por situações particulares que estão influenciando diretamente na expressiva queda da renda, como, por exemplo, titular da unidade de produção com doença grave e impossibilitado de trabalhar; a outra situação é de dívidas contraídas devido à quebra nas últimas safras, causadas pelo longo período de seca, principalmente nas safras de 2004, 2005 e 2006 o que ocasionou a venda de terra para saldar dívidas.

Tabela 7 – Renda bruta anual e tamanho das propriedades em hectares

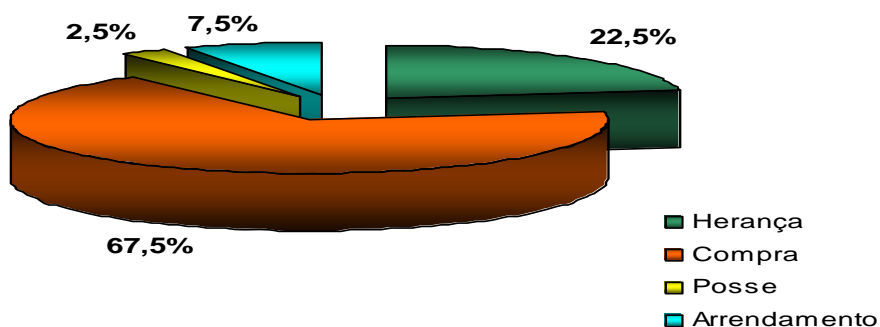
	Tamanho da Propriedade em Hectares					Total
	Até 10 ha	11 a 20 ha	21 a 40 ha	41 a 60 ha	61 a 80 ha	
Renda Bruta Anual da Propriedade (em R\$)	Negativa ou nula			1		1
				2,5%		2,5%
	0 a 3.000		2			2
			5,0%			5,0%
	Mais de 3.000 a 8.000	6		2		8
		15,0%		5,0%		20,0%
Mais de 8000 a 15.000	4	8	1		13	
	10,0%	20,0%	2,5%		32,5%	
Mais de 15.000 a 27.000	3	2	1		1	7
	7,5%	5,0%	2,5%		2,5%	17,5%
Mais de 27.000	1	3	3	1	1	9
	2,5%	7,5%	7,5%	2,5%	2,5%	22,5%
Total	14	15	7	2	2	40
	35,0%	37,5%	17,5%	5,0%	5,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

A situação do agricultor em relação à posse da terra constitui sua identidade e a forma de organização da produção, definindo, assim, estratégias de sobrevivência e de reprodução sócio-econômica. A maioria dos entrevistados, ou seja, 82,5% são proprietários da terra; 7,5% cultivam a terra no sistema de comodato; 7,5% são arrendatários e 2,5% posseiros.

A forma de aquisição da propriedade é relativamente diversa. Entre os agricultores entrevistados, 67,5% deles adquiriram terra por meio da compra, 22,5% deles receberam a terra de herança, 7,5% arrendam terra para plantar (não possuem terra própria), e 2,5% possuem terra por meio da posse, o que se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Forma de aquisição da terra dos agricultores pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa

Não se observa uma tendência de expansão das propriedades rurais pesquisadas como demonstra a Tabela 8. Nos últimos 5 anos, somente 5% dos agricultores pesquisados conseguiram aumentar o tamanho de sua propriedade, com tamanhos de áreas incorporadas relativamente pequenos, e 80% continuaram com a mesma quantidade de terra. Os que venderam parte de sua propriedade rural se situam em 7,5%. Este contexto parece confirmar a dificuldade relatada pelos entrevistados, em aumentar seu patrimônio fundiário devido às “quebras” de safras agrícolas nos últimos anos, alguns endividados optaram por vender parte de sua propriedade na tentativa de saldar dívidas.

Tabela 8 - Aquisição ou venda de terra nos últimos 5 anos por propriedade pesquisada

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Adquiriu mais terra	2	5,0	5,0
Vendeu parte de sua terra	3	7,5	12,5
Continua com a mesma área	32	80,0	92,5
Outros (arrendatários)	3	7,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A região em estudo é constituída por propriedades com pequenas áreas de terra, sendo que 72,5% destas propriedades são compostas por até 20 ha o que equivale 8,3 alqueires (medida paulista). Entre os agricultores familiares pesquisados, 35% possuem propriedades com menos de 10 ha (equivale a 4,13 alqueires) de área. Já para 37,5%, o tamanho das propriedades fica entre 11 a 20 ha (equivale 4,6 a 8,3 alqueires), 17,5% dessas unidades produtivas são compostas por área entre 21 a 40 ha (equivale 8,7 a 16,5 alqueires). Somente 5% o tamanho das propriedades fica entre 41 a 60 ha (equivale 17 a 24,8 alqueires), e também 5% estão entre 61 a 80 ha (equivale 25,2 a 33 alqueires), é o que registra a Tabela 9. A média de área das propriedades rurais pesquisadas é de 17,40 ha (7,2 alqueires), a qual fica abaixo da média de área das propriedades familiares da Região Sul que, segundo dados de IBGE 1995/96 era de 21 ha (8,8 alqueires) e da média nacional de 26 ha (10,8 alqueires).

Tabela 9 – Grupos de área total em hectares/alqueires*

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Até 10 ha (até 4,13 alq)	14	35,0	14
11 a 20 ha (4,6 a 8,3 alq)	15	37,5	14
21 a 40 ha (8,7 a 16,5)	7	17,5	90,0
41 a 60 ha (17 a 24,8 alq)	14	5,0	95,0
61 a 80 ha (25,2 a 33 alq)	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

*Alqueire paulista equivalente a 2,42 ha

Das propriedades pesquisadas, 100% delas diversificam a produção, tanto para subsistência, como para comercialização. Dos produtos agropecuários produzidos para comercialização - relacionados na Tabela 10 - muitos são utilizados como matéria-prima para a agroindústria familiar, e transformados em novos produtos de origem animal ou vegetal. Outros são destinados às agroindústrias convencionais e cooperativas²⁵ da região das quais os produtores são integrados e/ou associados.

²⁵ Neste estudo trataremos as grandes cooperativas como agroindústrias convencionais.

Tabela 10 – Produtos agropecuários produzidos nas propriedades pesquisadas destinados à comercialização

Produtos agropecuários	% de propriedades que produzem
Milho	72,5
Soja	47,5
Mandioca	32,5
Hortaliças	22,5
Leite	20
Cana-de-açúcar	17,5
Suínos	15
Frutas	15
Amendoim	12,5
Aves	12,5
Feijão	12,5
Trigo	10
Batata doce	7,5
Fumo	7,5
Peixes	7,5
Arroz	5
Aveia	5
Mel	5
Ovos	5
Produtos Orgânicos	5
Cabritos	2,5
Café	2,5
Linhaça	2,5
Própolis	2,5

Fonte: Dados da pesquisa

O produto mais cultivado pelos agricultores é o milho - 72,5% das propriedades, representando vinte e nove unidades de produção estudadas. A soja é segundo produto mais cultivado: em 47,5% das propriedades, o que representa dezenove das quarenta unidades produtivas. E a mandioca vem em terceiro: produzida em 32,5%, ou seja, em treze propriedades. O produtor agrega valor ao produto, descascando e embalando a mandioca, comercializada principalmente para supermercados e restaurantes.

O cultivo do milho está incorporado na cultura dos produtores; o clima e o solo favorecem essa cultura e é viável em pequenas propriedades. Já a soja,

que era cultivada em praticamente todas as propriedades, atualmente se tornou inviável ao pequeno produtor, que vem abandonando progressivamente esta cultura, devido às grandes perdas nas últimas safras. A utilização da propriedade para o cultivo de outras culturas vem se intensificando, bem como a criação de animais, por exemplo, o gado leiteiro.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RENDA DA PROPRIEDADE FAMILIAR RURAL

Nos últimos anos, muitos autores têm demonstrado o papel que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas representa na dinâmica do emprego, da renda e do desenvolvimento no meio rural. De acordo com Graziano da Silva (1998), as famílias que vivem no campo e desenvolvem atividades paralelas às agrícolas possuem, em média, uma renda 43% superior em relação àquelas que vivem somente da agricultura. Kautsky (1980) e Chayanov (1981) já faziam referências ao “trabalho acessório” e às atividades não-agrícolas como estratégias adotadas pelas unidades de produção familiares entendidas como forma de obtenção de renda e de inserção econômica.

A atividade de processamento e transformação de produtos alimentares no meio rural é inerente à dinâmica de funcionamento da agricultura familiar. A transformação de produtos alimentares é uma prática tradicional passada de pai para filho, na maioria das unidades de produção estudadas. A agroindústria familiar rural é definida por Mior (2005, p.191), como “uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

Da amostra pesquisada, 80%, ou seja, trinta e duas pessoas responsáveis por agroindústrias, responderam que o conhecimento para iniciar a atividade de transformação de alimentos foi oriundo da própria família, o que vem confirmar a tradição das famílias na transformação desses produtos; 12,5% argumentaram que o conhecimento foi repassado pelo EMATER. Buscaram conhecimento no próprio mercado consumidor do produto, 5% dos entrevistados; e 2,5% adquiriram conhecimento por meio de Organização Não-Governamental – ONG.

A transformação de produtos agropecuários cultivados nas propriedades pesquisadas é de longa data. Antes a atividade era realizada de forma artesanal para aproveitar o excedente da produção transformada em alimentos com valor agregado, para comercialização de porta em porta e em feiras de produtores. Uma família daqueles estabelecimentos iniciara a atividade – produção de mel e própolis - em 1946, - há 60 anos. Outra, dera início à produção de açúcar mascavo, melado e rapadura, há 50 anos, em 1956.

Até o ano de 1995, 35% das famílias estudadas já haviam iniciado o processo de agroindustrialização de produtos alimentares em suas propriedades, como se observa na Tabela 11. É relevante destacar que até o referido ano não existia nenhum tipo de política pública específica para a agricultura familiar. Só a partir de 1996, é que a agricultura familiar passou, efetivamente, a fazer parte dos programas do governo brasileiro, com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que abrange crédito rural para custeio e investimento, infra-estrutura, serviços e capacitação. No ano de 1996, o agricultor sentiu-se amparado por esta política pública, o que resultou na implantação de 25% das agroindústrias estudadas.

Tabela 11 – Ano de início da atividade de transformação de produtos alimentares nas propriedades pesquisadas

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
1946	1	2,5	2,5
1956	1	2,5	5,0
1966	1	2,5	7,5
1981	1	2,5	10,0
1986	3	7,5	17,5
1987	1	2,5	20,0
1988	1	2,5	22,5
1990	2	5,0	27,5
1991	2	5,0	32,5
1995	1	2,5	35,0
1996	10	25,0	60,0
1997	2	5,0	65,0
1999	1	2,5	67,5
2000	4	10,0	77,5
2002	4	10,0	87,5
2003	1	2,5	90,0
2004	2	5,0	95,0
2005	1	2,5	97,5
2006	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Das quarenta agroindústrias pesquisadas, apenas cinco (12,5%) iniciaram suas atividades enquadradas nas exigências da Vigilância Sanitária (de 2000 a 2006), com legalização dos produtos e adequação da estrutura funcional da agroindústria. Em outras palavras, iniciaram em local próprio para desenvolver a atividade de produção dos alimentos dentro do padrão de qualidade em relação às embalagens, peso, informações nutricionais, limpeza e desinfecção do local. As demais iniciaram a atividade artesanalmente em locais improvisados, geralmente na cozinha da residência. Essas agroindústrias familiares enquadraram-se nas exigências da Vigilância Sanitária, em média, 10 anos após iniciarem as atividades. Até então, são vistas como clandestinas, por não possuírem serviços de inspeção

(Vigilância Sanitária, SIM, SIE e SIF)²⁶ e legalidade fiscal e ambiental dos produtos transformados, os quais eram comercializados em vendas ambulantes e em feiras livres.

A necessidade de diversificar a renda da propriedade familiar é reconhecida por todos os produtores entrevistados, porém a decisão em implantar uma agroindústria familiar esbarra em uma grande dificuldade: a falta de recursos. Das quarenta agroindústrias pesquisadas, 65% dos entrevistados atribuíram à falta de recursos e o alto custo para a instalação e manutenção de uma agroindústria (principalmente derivados de animais), seguido de outras dificuldades como: enquadramento na vigilância sanitária; manutenção da qualidade do produto; produção em pequena escala; falta de maquinários e equipamentos adequados às pequenas agroindústrias; alto custo da embalagem e falta de matéria-prima para o ano todo.

No entanto, a viabilização e a permanência da família no campo passam necessariamente por novas alternativas de trabalho, visto que a renda das atividades agrícolas tem se revelado insuficiente na manutenção dessas famílias no meio rural. Esse foi o principal motivo que levou a família a optar pela atividade da agroindustrialização, segundo 67,5% dos entrevistados. A opção por diversificar a renda foi de apenas 12,5% das famílias pesquisadas. Optaram pela agroindustrialização para continuar com a tradição da família em 7,5% das unidades produtivas; por gostar da atividade de transformação de alimentos em 5% das unidades pesquisadas. Em 5% das famílias, a opção se deve por problemas de saúde dos titulares devido a intoxicação com agrotóxicos, esses agricultores

²⁶Serviço de Inspeção Municipal (SIM): são registrados nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos dentro do município. Serviço de Inspeção Estadual (SIE): nesse serviço são registrados os estabelecimentos que comercializam produtos para outros municípios; Serviço de Inspeção Federal (SIF): registram-se nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos entre Estados e/ou para exportação.

atualmente produzem somente produtos orgânicos. O apoio técnico no plantio e em equipamentos para produtores de cachaça foi a opção de 2,5%.

De uma maneira geral, os produtores argumentam que o retorno rápido proporcionado pela agroindústria é uma vantagem em relação às culturas agrícolas, considerando o alto risco e o retorno dos recursos investidos em médio prazo, somente na safra das culturas.

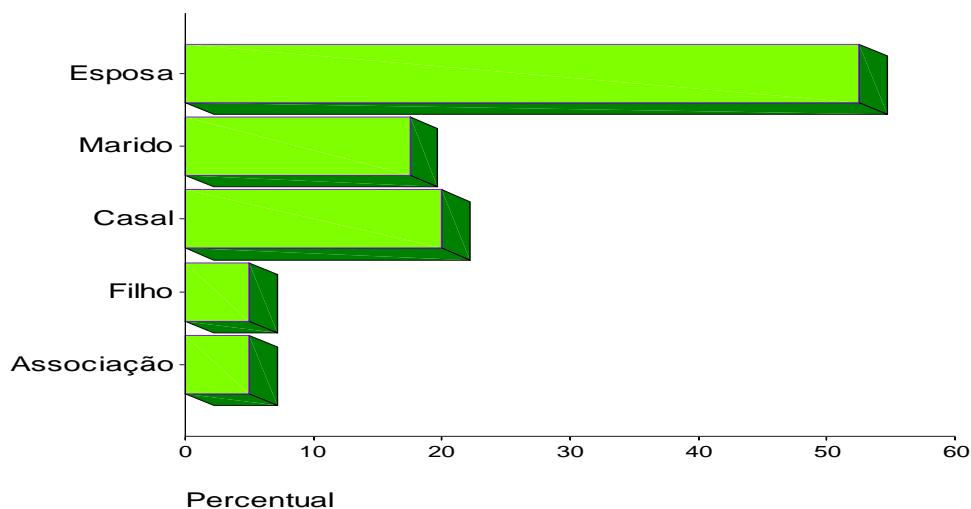
Dados da pesquisa revelaram que 144 pessoas dependem diretamente das 40 agroindústrias estudadas. Desse total, 120 é mão-de-obra familiar²⁷, 23 são contratados temporários e 01 é permanente. É importante ressaltar que a agroindústria se apresenta como uma possibilidade de colocação da mulher no meio rural. Nas agroindústrias pesquisadas a mão-de-obra feminina representa 61%, enquanto que a masculina é de 39%, incidindo, principalmente, em agroindústrias que produzem cachaça, açúcar mascavo e melado.

A mulher participa efetivamente do processo produtivo e da comercialização, desta forma contribui ativamente nas decisões referentes à agroindustrialização dos produtos. Outro fator importante é a autonomia financeira conquistada por ela, o que possibilita melhoria da qualidade de vida para as mulheres agricultoras e conseqüentemente mudanças nas relações de gênero nesse espaço.

A forte presença feminina se justifica no Gráfico 4. A mulher iniciou vinte e uma agroindústrias, representando 52,5% do total das quarenta pesquisadas.

²⁷ Desses 120 trabalhadores, 114 são residentes nas propriedades e 6 são parentes que residem nas cidades.

Gráfico 4 – Quem iniciou a agroindústria familiar



Fonte : Dados da pesquisa

As agroindústrias são administradas por mulheres em 50% dos casos, como esclarece a Tabela 12. Em 22,5% delas, o casal administra; 12,5% é administrada pelo marido; em 10% dos casos, um dos filhos administra e 5% (duas agroindústrias) são administradas por diretoria de associação.

Tabela 12 – Quem está à frente da administração da agroindústria

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Esposa	20	50,0	50,0
Marido	5	12,5	62,5
Casal	9	22,5	85,0
Filho	4	10,0	95,0
Diretoria	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A matéria-prima utilizada nas agroindústrias é produzida em média 61,25% nas propriedades, os 38,75% restantes são adquiridas de produtores da região (vizinhos, amigos, parentes e outros produtores), no mercado local, no Ceasa

(centrais de abastecimento) e no estado de Santa Catarina, o que possibilita a dinamização de outras propriedades e outros mercados.

A matéria-prima é transformada nas agroindústrias familiares, nos seguintes produtos: chás, derivados de suínos (embutidos, banha, torresmo, defumados e leitão recheado), hortaliças embaladas, produtos orgânicos (hortaliças, frutas, soja, milho), frango semi-caipira em pedaços, frutas, tomate seco, panificados (bolachas, bolos, pães, cucas, salgados), derivados de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça), derivados de amendoim (pé-de-moleque, paçoca), derivados de leite (queijo, requeijão, manteiga, nata), licores, massas (agnoline, macarrão, tortéi), sal temperado, conservas de hortaliças, compotas, doces (geléias e chimias), mel, própolis, pamonha, vinho, vinagre, sucos e sabão de álcool.

A atividade agropecuária está sujeita as variações climáticas, a técnicas no cultivo e no seu manejo, que afetam diretamente a qualidade da matéria-prima e do produto final transformado. Para o enquadramento do produto final nos padrões de qualidade exigidos pelos mercados se faz necessário a adoção de tecnologias e procedimentos, que em muitos casos, pelo menos a curto prazo, não são compatíveis com as condições financeiras dos agricultores familiares.

Entretanto, 60% do total dos agricultores pesquisados buscam o aperfeiçoamento do produto por meio de cursos, treinamentos e palestras específicas, principalmente os realizados pelo Instituto EMATER. Também o SEBRAE²⁸, o SENAR²⁹ e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (antigo

²⁸O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE - é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte.

²⁹O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - Administração Central, foi criado pela Lei Federal nº 8315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566/92, de 10 de junho de 1992, com o objetivo de organizar, administrar e executar no território brasileiro o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural. O SENAR-PR iniciou suas atividades em 1993, por meio de convênio entre a Confederação Nacional de Agricultura - CNA e a

CEFET), realizam cursos eventualmente, que resultam no aperfeiçoamento do produto. No caso dos 5% dos apicultores, os cursos de aperfeiçoamento são realizados pela associação da classe. Para outros 15% dos entrevistados, o conhecimento para o aperfeiçoamento dos produtos é adquirido durante as feiras estaduais (5%); por exigências do consumidor (5%); pela aquisição de equipamentos modernos (5%). Os demais 20% dos pesquisados atribuem o não aperfeiçoamento de seus produtos à falta de recursos para adquirir equipamentos modernos.

A comercialização dos produtos das agroindústrias familiares estudadas é realizada nos centros de comercialização e viabilizada por meio das associações dos produtores familiares, as quais buscam outros canais de distribuição para a colocação de seus produtos. O “canal de distribuição pode ser entendido como um conjunto de organizações interdependentes envolvidas no processo de tornar disponível um produto ou serviço para uso ou consumo” (MACHADO e SILVA, 2005, p. 97). Para esses autores, são agentes envolvidos a fim de atender as exigências dos usuários finais do mercado. Além de satisfazer a demanda por meio de produtos em qualidade, quantidade e preço correto, os canais de distribuição têm a função fundamental no estímulo à demanda, promovendo a venda e realizando atividades de *marketing* e propaganda.

Segundo a pesquisa, as principais dificuldades encontradas pelos agricultores na venda dos seus produtos é abrir canais de comercialização, adequar os produtos às exigências sanitárias, bem como o custo da embalagem (que é um fator importante na composição do preço final do produto) tem se revelado um obstáculo para a maioria dos entrevistados, pois onera expressivamente o preço final do produto, devido à produção em pequena escala. Outra dificuldade apontada

pelos produtores é o alto custo para adequar as instalações dentro das normas do serviço de inspeção. As estradas ruins e o custo elevado para a venda dos produtos em outros municípios, se constituem numa barreira para a venda dos mesmos; contudo, apesar de todos os obstáculos apresentados acima, 40% das agroindústrias estudadas não encontram dificuldades na venda de seus produtos. Por um lado, argumentam que o baixo volume da produção é rapidamente colocado no mercado, por outro, o centro de comercialização facilita a venda.

Os motivos que levaram os produtores da agroindústria familiar a se associarem aos centros de comercialização, segundo a opinião de 55% dos entrevistados, foi a obtenção de um ponto de venda; 25% deles fizeram a opção pela facilidade em comercializar seus produtos; para os 20%, o que pesou na decisão foi acesso a outros mercados, menor custo de comercialização, divulgação dos produtos e acesso à legalização dos mesmos.

As agroindústrias que vendem seus produtos exclusivamente nos centros de comercialização são somente 17,5%. O acesso a outros canais de comercialização é uma questão de sobrevivência para trinta e três agroindústrias pesquisadas, que representam 82,5%, e se utilizam de outros pontos de vendas; desse total, 45% delas vendem seus produtos também, no comércio local e 37,5%, no comércio regional.

A divulgação e comercialização dos produtos do campo acontecem ainda em feiras regionais, estaduais e nacionais. Eventos em que 80% das agroindústrias associadas nos centros de comercialização participam com apoio direto do EMATER e indireto do poder público municipal e estadual.

A produção agroindustrial das unidades familiares pesquisadas dá-se em pequena escala por envolver alguns fatores. A sazonalidade da matéria-prima

impede a produção continuada de 50% das agroindústrias; além disso, a baixa capacidade de contratação da mão-de-obra é outro fator relevante. A agroindústria faz parte de uma das estratégias para aumentar a renda familiar, portanto, é uma atividade adicional na propriedade, muitos membros desenvolvem outras atividades na própria unidade de produção. A agroindústria funciona, muitas vezes, em razão do trabalho extra de membros da família; gera também, ocupação para mais membros da família que não precisam, assim, procurar emprego nos centros urbanos. Esta situação ocorre em 62,5%, ou seja, em vinte e cinco unidades agroindustriais, somente 37,5%, quinze unidades, contratam mão-de-obra temporária, geralmente em tempo de colheita. Dessas, apenas uma agroindústria possui um contratado permanente. A média de mão-de-obra é de cerca de três pessoas por agroindústria, mas em seis delas, apenas uma pessoa desenvolve as atividades de transformação dos produtos. Mesmo nas quinze agroindústrias que contratam mão-de-obra, predomina a mão-de-obra familiar, tanto na direção como na realização dos trabalhos.

Esta situação reflete na média utilizada da capacidade instalada da produção agroindustrial, que gira em torno de 65%, ficando ociosa 35% da capacidade. Como se observa na Tabela 13, em dezenove agroindústrias, correspondendo a 47,5% é utilizada até 50% da capacidade instalada. Em somente nove unidades agroindustriais, ou seja, 22,5% é utilizado 100% da capacidade instalada.

Tabela 13 – Capacidade instalada utilizada nas unidades agroindustriais pesquisadas

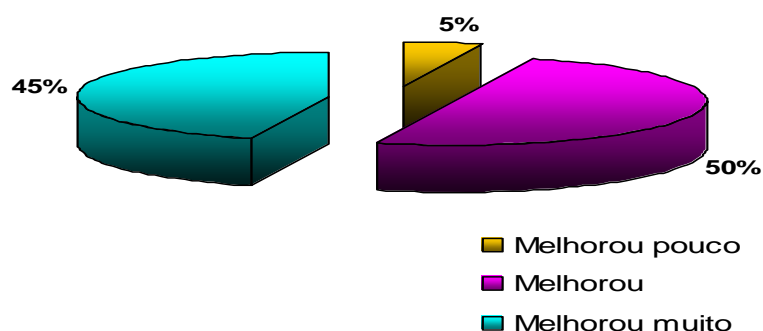
	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
20 %	1	2,5	2,5
30 %	2	5,0	7,5
33 %	1	2,5	10,0
40 %	1	2,5	12,5
50 %	14	35,0	47,5
60 %	3	7,5	55,0
70 %	4	10,0	65,0
75 %	1	2,5	67,5
80 %	1	2,5	70,0
90 %	1	2,5	72,5
100 %	9	22,5	95,0
Sem informação	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A agroindustrialização é uma estratégia adotada pelo produtor familiar rural por necessidade de aumentar sua renda, visto que a renda oriunda das atividades agrícolas se apresenta insuficiente para manter o consumo mínimo necessário à família. O produtor tem a percepção da contribuição da renda proveniente da agroindústria, na medida em que passa a ter possibilidade de adquirir eletrodomésticos, móveis e outros bens necessários para o conforto da família.

Das 40 unidades de produção pesquisadas, em 95% dos casos houve elevação da renda. A renda melhorou em 50% das propriedades e melhorou muito em 45% delas. Somente 5% (duas unidades) a renda melhorou pouco, ou seja, o aumento da renda foi pouco expressivo, conforme gráfico 5.

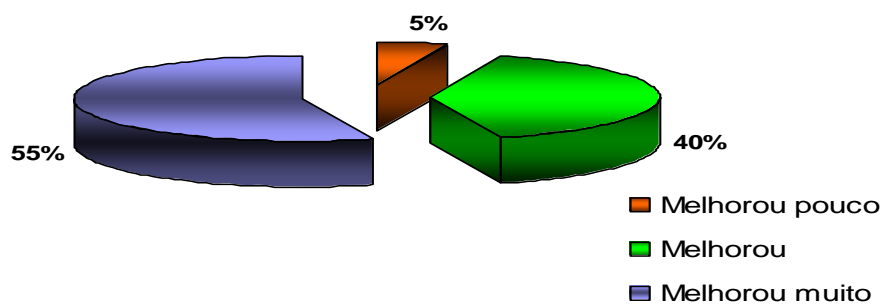
Gráfico 5 - Renda familiar: o que mudou após a agroindustrialização



Fonte: Dados da pesquisa

A mudança positiva na qualidade de vida após a opção pela atividade de agroindustrialização é fato confirmado em todas as unidades de produção, de acordo com o gráfico 6. Porém, em 55% das famílias melhorou muito; em 40% houve uma melhora e em 5% a melhora foi pouco expressiva.

Gráfico 6 - Qualidade de vida: o que mudou após a agroindustrialização

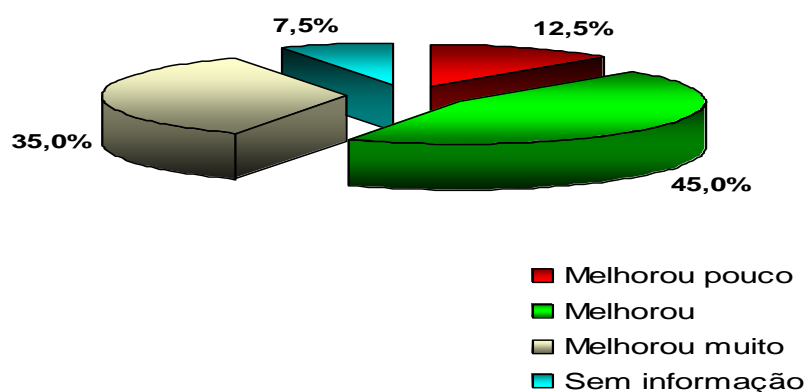


Fonte: Dados da pesquisa

A qualidade do trabalho é fator preponderante para o crescimento da atividade agroindustrial. Melhorou muito em 35% das unidades; melhorou na maioria das unidades, em 45% delas, mas em 12,5 a melhora foi pouco significativa devido

ao aumento das horas trabalhadas dos membros ocupados na agroindústria e 7,5% não informaram, conforme demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7 - Qualidade de trabalho: o que mudou após a agroindustrialização



Fonte: Dados da pesquisa

4.2.1 Qualidade associada à segurança alimentar

Verifica-se na última década uma crescente importância relacionada a questões de qualidade na produção agroalimentar. A qualidade no setor agroalimentar envolve aspectos nutricionais, higiênicos, embalagem, sabor e odor dos alimentos, aparência desde a produção da matéria-prima, transformação, beneficiamento e distribuição, até chegar ao consumidor. Esse é o grande desafio que se apresenta ao produtor familiar na implantação da agroindústria e na legalização dos produtos.

O consumidor vem assumindo um papel ativo sobre a aquisição ou não do produto, passando a considerar, no ato da compra, não só o seu padrão de

qualidade³⁰, mas se este é produzido de forma sustentável. Quando se pergunta ao produtor rural por que o consumidor adquire os produtos da agroindústria familiar, 87,5% deles responderam que é devido à qualidade do produto, pela ausência de corantes e conservantes, “por ser um produto natural”.

As entrevistas realizadas indicaram que a maior deficiência em relação aos programas de apoio à agroindústria familiar rural é a assistência técnica voltada à produção da matéria-prima, praticamente inexistente. Com exceção da Agroindústria da Cachaça, em que a Cooperativa dos Produtores de Cachaça presta assistência técnica sobre a qualidade da cana que deve ser plantada e sobre a tecnologia que deve ser utilizada para o aumento da produtividade da matéria-prima. Já a assistência técnica voltada à qualidade na transformação dos produtos vem sendo suprida basicamente pelos técnicos do Instituto EMATER.

A Tabela 14 se refere à assistência técnica voltada à qualidade na segurança do alimento, 62,5%, vinte e cinco agroindústrias pesquisadas dizem ter tido este serviço, já 37,5%, quinze agroindústrias disseram nunca ter recebido assistência técnica.

Tabela 14 – Agroindústrias que recebem assistência técnica voltada à qualidade do produto

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Sim	25	62,5	62,5
Não	15	37,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

³⁰A definição de qualidade, segundo a *International Standard Organization* (ISO, 2005), entidade reguladora e fiscalizadora mundialmente reconhecida, refere-se à totalidade das características de um produto ou serviço que suportam a sua capacidade para satisfazer necessidades especificadas ou implícitas.

Das vinte e cinco unidades que obtiveram assistência técnica, afirmam ter recebido - nas seguintes etapas: manejo da matéria-prima, onze agroindústrias; manipulação (transformação do produto), vinte e três agroindústrias; controle microbiológico, oito agroindústrias; análise da produção (controle da acidez e temperatura), quatro agroindústrias; controle da limpeza e desinfecção de maquinários, vinte e uma agroindústrias.

Perguntado sobre a periodicidade da assistência técnica, das vinte e cinco agroindústrias que receberam este serviço, seis delas disseram ter assistência técnica quando solicitada pelo produtor, principalmente ao lançar novos produtos. Tiveram assistência técnica somente no início da atividade, dois casos; as demais dezessete agroindústrias alegam ter assistência técnica com periodicidade entre seis meses a um ano. A assistência técnica é prestada às agroindústrias por meio de técnicos principalmente do Instituto EMATER, das associações, como é o caso da Associação dos Produtores Agroindustriais do Município de Matelândia. Esta associação disponibiliza, um dia por semana, o administrador do centro de comercialização, com formação em tecnologia de alimentos para realizar a assistência técnica aos seus associados. Outras associações possuem técnico(s) próprio(s) como é o caso da Coopercachaça que realiza análise da produção, conforme exposto na Tabela 15.

Tabela 15 – Assistência técnica prestada às agroindústrias familiares pesquisadas

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Emater	17	42,5	42,5
Associações/Cooperativas dos Produtores	7	17,5	60,0
Fórum de Entidades Oeste do Paraná	1	2,5	62,5
Sem Assistência Técnica	15	37,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Assim como a assistência técnica, os cursos e treinamentos são essenciais à consolidação da agroindústria familiar rural, porque há certa resistência do próprio produtor em mudar a forma de produzir seus produtos, a fim de enquadrá-los nas normas de qualidade vigentes da vigilância sanitária e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Os cursos e os treinamentos técnicos são oferecidos pelo Instituto EMATER e pelos centros de comercialização representados pelas associações dos produtores familiares, em média a cada seis meses. Entretanto, 85% dos produtores das agroindústrias afirmam ter participado no início da atividade, e declaram ter falta de tempo para reciclar os conhecimentos devido a pouca disponibilização de mão-de-obra. Para exemplificar, o centro de comercialização do município de Matelândia (um dos mais estruturados) constituído pela Associação de Produtores Agroindustriais Familiares do Município de Matelândia (ASPRAMAT), em parceria com a Prefeitura Municipal e o Instituto EMATER, oferecem os seguintes cursos aos associados: agro-transformação; manipulação de alimentos; legislação sanitária; industrialização de leite; panificação; associativismo; cooperativismo e alternativas agropecuárias.

O controle do custo de produção se revela uma grande dificuldade para os produtores pesquisados. Apesar de 60% declararem que fazem algum tipo de controle de produção e de vendas, são anotações em agendas, cadernos e controle de nota de produtor. Utilizam o computador para fazer os controles, apenas 5% dos produtores pesquisados e 32,5% não fazem nenhum tipo de controle. Esses últimos alegam falta de tempo para fazer as anotações, falta de conhecimento e falta de hábito.

Já fizeram planilha de custos 62,5% dos produtores, os quais participaram de cursos promovidos pelo Instituto EMATER, SEBRAE e pela Secretaria da Agricultura do município, como é o caso de Missal. A maioria declarou ter dificuldade na confecção da planilha de custos, mesmo que tenha participado de cursos.

4.2.2 Programa Estadual Fábrica do Agricultor

O processo de legalização da atividade de processamento de alimentos apresenta-se como uma das maiores dificuldades para a consolidação da estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar.

Assim, o Estado do Paraná - por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - instituiu, em 1999, o programa que denominou Fábrica do Agricultor. A função do programa seria articular parcerias entre órgãos e empresas governamentais, universidades, entidades representativas dos agricultores familiares, ONG's e agentes financeiros, com o objetivo de assessorar o agricultor familiar paranaense nos componentes de tecnologia incentivos, marketing e design, mercado e comercialização.

O programa visa à agregação de valor aos produtos agrícolas, por meio da implantação, modernização ou adequação de pequenas e médias unidades agroindustriais, na tentativa de inserir os agroempreendedores ao mercado de forma competitiva. A profissionalização e especialização dessas unidades agroindustriais resultam na geração de emprego e renda tendo como efeito a sustentabilidade social, econômica e ambiental (SEAB, 2006).

Das quarenta agroindústrias familiares rurais pesquisadas 60%, ou seja, 24 delas estão vinculadas ao Programa Fábrica do Agricultor. O enquadramento da atividade agroindustrial nas normas sanitária, tributária e ambiental - resultando na legalização dos produtos e na adequação da estrutura física da agroindústria - foram viabilizadas parcialmente 18 agroindústrias por recursos oriundos do Paraná 12 Meses³¹; PRONAF Agroindústria; Agência de Fomento; Banco do Brasil e fundos municipais, tendo apoio técnico do Instituto EMATER. As outras seis agroindústrias foram constituídas com cem por cento de recursos dos próprios agricultores.

Essas 24 unidades produtivas não iniciaram as atividades de transformação dos produtos alimentares com base nos incentivos do programa. Já era uma prática tradicional nessas unidades de produção familiares passada dos pais para os filhos, como já foi citado neste estudo. As referidas unidades de produção foram legalizadas por meio do Programa Fábrica do Agricultor, em média quatro anos após iniciarem a atividade.

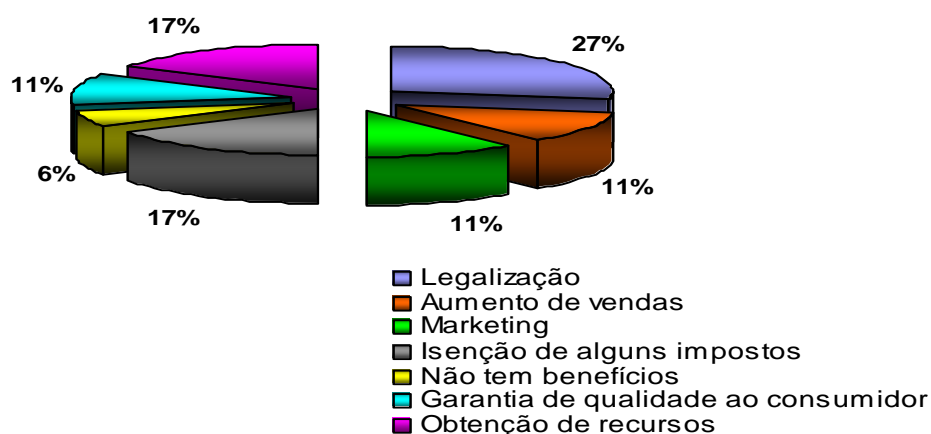
A finalidade do Programa Fábrica do Agricultor é articular parcerias e oferecer suporte estratégico para a legalização sanitária, ambiental e jurídico-fiscal. Em outras palavras: facilita a abertura de linhas de crédito e apóia a comercialização no desenvolvimento de marketing dos produtos da agroindústria familiar rural, inserindo esses produtos no mercado local e regional (supermercados).

O Gráfico 8 evidencia as respostas dos 24 produtores proprietários das agroindústrias, ao serem indagados sobre quais benefícios que o programa teria proporcionado. Em 27% dos casos, responderam que a legalização dos produtos

³¹A partir de dezembro de 1997 o Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial implementou o Projeto Paraná 12 Meses, o qual agrega todo o território paranaense, objetiva reduzir a situação de pobreza no meio rural e fomentar o manejo e conservação dos recursos naturais. Neste projeto estão sendo investidos US\$ 353 milhões, dos quais 50% são financiados pelo Banco Mundial. (SEAB, 2006).

representa o maior benefício e que sem a mesma, a abertura de novos mercados se torna inviável; 17% declararam a maior possibilidade na obtenção de recursos. Outros 17% elegeram a isenção de alguns impostos como benefício; 11% dos produtores apontaram o desenvolvimento de marketing do produto da agroindústria familiar rural. O fator aumento das vendas, em decorrência do acesso às gôndolas nos supermercados, foi considerado benefício por 11% dos produtores; a garantia de qualidade dos produtos ao consumidor foi sugerida por 11% deles; já para 6% dos entrevistados, o programa não trouxe benefícios.

Gráfico 8 – Benefícios do Programa Fábrica do Agricultor às agroindústrias familiares pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa

A legalização dos produtos, que implica na constituição jurídica da agroindústria, está, portanto, diretamente ligada à qualidade dos produtos, aos equipamentos utilizados e ao espaço físico adequado para a transformação do alimento. Esta situação envolve também, as especificações no rótulo em relação às

características do produto, embalagem e peso em conformidade com as normas sanitárias e do INMETRO.

Apesar do apoio do programa ao produtor, 40% deles não estão vinculados a esta política pública, alguns por acharem uma medida burocrática e com custo relativamente alto; outros, por desconhecimento do programa.

4.2.3 Recursos para implantação, ampliação e modernização das agroindústrias familiares rurais

A implantação da agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico, que requer recursos desde os investimentos para a produção da matéria-prima, a construção da estrutura física, aquisição de equipamentos, até a comercialização dos produtos ao consumidor final.

Das quarenta agroindústrias pesquisadas, em média 66,4% dos recursos utilizados para a implantação das agroindústrias foi da própria família. Dezenove delas (47,5%) disponibilizaram cem por cento dos recursos nesta fase de implantação, como se observa na Tabela 16. Nove famílias (22,5%) disponibilizaram de 10 a 50% dos recursos; sete famílias (17,5%) utilizaram de 60 a 80% de recursos próprios; e cinco famílias (12,5%) utilizaram cem por cento de recursos de terceiros para viabilizar a implantação do empreendimento.

Tabela 16 – Recursos disponibilizados pela família na fase de implantação da agroindústria

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
0	5	12,5	12,5
10%	1	2,5	15,0
20%	4	10,0	25,0
30%	1	2,5	27,5
35%	1	2,5	30,0
50%	2	5,0	35,0
60%	2	5,0	40,0
70%	2	5,0	45,0
80%	3	7,5	52,5
100%	19	47,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

Os 33,6% restantes dos recursos são originários de empréstimos no Banco do Brasil (5 famílias); PRONAF Agroindústria (10 famílias); Agência de Fomento (2 famílias); recursos a fundo perdido viabilizado pelos municípios, por meio do Projeto Paraná 12 Meses (6 famílias); e pelo Fórum de Entidades do Oeste do Paraná (um grupo de 6 famílias).

Os dados revelam os poucos recursos disponibilizados pelo poder público, nas três esferas, destinados à implantação da agroindústria familiar rural. Deve-se considerar, também, que algumas destas famílias possuem empréstimo do PRONAF Custeio e Investimento, o que as impossibilita de obter empréstimo PRONAF Agroindústria³². Outro dado relevante são os recursos a fundo perdido que, somados a outros recursos, viabilizam principalmente grupos de famílias.

³²Esta linha de crédito disponibiliza recursos em implantação, ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais. Limites: até R\$ 18.000,00 por família, não tendo limite para projetos grupais desde que não ultrapasse o limite individual. Juros: 4% ao ano, com bônus de 25% para pagamentos em dia. Prazo de pagamento: até 8 anos, incluindo a carência de até 3 anos, podendo ser ampliado para até 5 anos. Já o PRONAF custeio para agroindústrias tem um limite de R\$ 5.000,00 por família, com juros de 8,75% ao ano, e prazo de pagamento até 12 meses. www.pronaf.gov.br/agroindustria/acoes.htm, 2006.

O desenvolvimento na forma associativa permite a otimização do espaço do número de atores sociais envolvidos, como é o caso da Associação Açúcar Mascavo Linha Glória, no município de Missal. Desta associação fazem parte quatro famílias, as quais constituíram, no ano 2000, uma agroindústria com 50% de recursos a fundo perdido, repassados pelo município (Fundo Municipal), 15% de recursos repassados pelo Projeto Paraná 12 Meses e 35% empréstimo no Banco do Brasil. A produção está em torno de quatro toneladas/mês; desse total, somente 20% é vendido no centro de comercialização, o restante da produção é comercializada no mercado local e regional, e em venda direta (para creches e escolas do Programa Compra Direta do governo federal). O número de ocupações é de dois membros por família, portanto, um total de oito colocações. O planejamento das famílias superou o problema da sazonalidade da matéria-prima; atualmente a cana-de-açúcar é produzida o ano todo.

Outra situação semelhante é a da Agroindústria do Frango Caipira, no município de Vera Cruz do Oeste, implantada no ano de 2002, com apoio financeiro do Fórum de Entidades do Oeste do Paraná e da Prefeitura Municipal. A agroindústria abate 1.000 frangos/mês, mas com capacidade de matéria-prima e capacidade instalada para abater 3.000 frangos/mês. É constituída por seis famílias rurais de baixa renda, ocupando doze membros dessas famílias diretamente na agroindústria e outros membros da família na limpeza e manutenção dos galinheiros em cada propriedade. A maior dificuldade encontrada por esta agroindústria, no momento, se concentra na abertura de novos canais de comercialização do produto final, fora do município. Para comercialização local, o produto possui a liberação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), e aguarda a tramitação - burocrática e

demorada segundo a presidente da associação - do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) em vias de se concretizar, para a comercialização regional e fora do estado.

Um terceiro caso de associação, esta viabilizada pelo poder público municipal de Matelândia, uma agroindústria de geléias e conservas da Associação dos Produtores Rurais de Ouro Verde, da qual fazem parte sete famílias. A agroindústria foi montada no Parque de Exposições do município, com a estrutura física cedida temporariamente pela prefeitura e os recursos para aquisição dos maquinários, parte foi repassado pelo Programa Paraná 12 Meses a fundo perdido, e parte dos recursos viabilizados pelas famílias associadas. A produção é individualizada, cada família administra a sua produção, o uso dos maquinários é comum a todos os associados, os quais se organizam em dias diferentes para a sua ocupação. Das sete famílias que fazem parte da associação foi entrevistada uma delas.

Ampliar e modernizar a atividade agroindustrial é uma meta da totalidade das famílias pesquisadas, mas somente onze delas, ou seja, 27,5% das agroindústrias conseguiram ampliar a produção adquirindo mais equipamentos elevando a produtividade, mesmo assim, oito delas foi por meio de recursos próprios. Somente três famílias, o que representa 7,5% do total da amostra, modernizaram as instalações e equipamentos da agroindústria, para isso foi necessário disponibilizar recursos cem por cento da própria família.

4.3 PRODUTORES FAMILIARES E AS REDES VERTICAIS E HORIZONTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A complexidade das transformações do mundo rural principalmente na década de 1990, com o processo de globalização da economia e do sistema alimentar, acirrou os debates relacionados à problemática do desenvolvimento rural.

Marsden, Lowe e Whatmore (1990)³³, pesquisadores citados por Mior (2005), argumentam que os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados apenas por forças presentes na globalização do sistema alimentar, mas devem-se considerar os processos de reestruturação rural que envolve as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Segundo eles, os processos globais são vistos como eminentemente verticais e setoriais, já os processos de reestruturação rural estariam imbricados às dinâmicas econômicas agrícolas e não-agrícolas dos territórios locais e regionais.

A utilização de redes é proposta por Lowe, Murdoch e Ward (1995). Estes autores enfatizam a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social considerando as relações de poder, e a forma como acontecem essas relações sociais entre os agentes locais e entre estes e os não locais.

Dois conjuntos de redes interagem no contexto do meio rural, segundo Murdoch (2000), como já mencionado em capítulo anterior. As redes verticais estão associadas a idéia de desenvolvimento setorial (cadeias de commodities). Essas cadeias agroindustriais integram o pequeno produtor capaz de incorporar pacotes tecnológicos à rede vertical de desenvolvimento rural, como ocorre desde a década de 1970 na região em estudo.

³³ MARS DEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (Eds.). **Rural restructuring**: global processes and their responses (critical perspectives on rural change). London: David Fulton Publishes, 1990.

Fundamentalmente, as redes horizontais, que estão associadas à idéia de desenvolvimento territorial, expressam a forma de incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que estão inseridas nas economias locais, regionais e urbanas. Envolvem diversos atores locais, que desenvolvem estratégias de desenvolvimento rural, pensadas a partir do fortalecimento de atividades agrícolas e não-agrícolas. Ainda incipientes e dependentes do aparato institucional, as redes horizontais de desenvolvimento rural começam a ser desenhadas na Região Oeste do Paraná.

4.3.1 Participação dos produtores nas redes verticais de desenvolvimento rural

O estado de Santa Catarina foi o pioneiro na implantação do sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar, a partir de um programa para suinocultura em 1964, e posteriormente, o programa de fomento para a produção de aves. Este dinamismo agroindustrial trouxe profundas transformações sociais, econômicas e ambientais no espaço rural. Esta parceria bem sucedida no Oeste de Santa Catarina, proporcionou crescimento expressivo às indústrias de transformação e ao sistema de produção integrado, o qual se difundiu aceleradamente para outros estados e regiões do País (MIOR, 2005; STOFFEL e COLOGNESE, 2005).

Esta articulação da agricultura familiar com as estruturas agroindustriais, na abordagem de Wilkinson (2000), tem influência sobre as formas de inserção socioeconômica das propriedades familiares e os padrões subjacentes do desenvolvimento rural. No entanto, estudos na década de 1980 revelam, segundo

Murdoch (2000), que as cadeias de commodities vêm se tornando rapidamente dominadas por grandes atores industriais, enquanto os agricultores vêm perdendo poder e sendo excluídos do processo de produção. É o que se observa na região em estudo.

Conforme a Tabela 17, dados das propriedades familiares pesquisadas revelam que do total das quarenta famílias pesquisadas, 60% (24 famílias) encontram-se vinculadas à rede vertical, ou seja, às grandes cooperativas (LAR, COOPACOL, COOPAVEL)³⁴ e a agroindústrias (Sadia, Continental, Nutrigramas). São produtores associados, os que possuem o vínculo somente para negociar suas safras de trigo, milho, soja e adquirir insumos para a lavoura por meio das cooperativas.

Entretanto, apenas onze famílias, o que representa 27,5% do total, continuam integradas às agroindústrias e produzem leite, suínos, aves e fumo. Dos 40% dos produtores não vinculados à rede vertical, 30% já foram integrados à agroindústria convencional e 10% nunca foram integrados.

Tabela 17 – Agricultores vinculados à rede vertical (agroindústrias convencionais)

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Associado	13	32,5	32,5
Integrado (leite, suíno, ave e fumo)	10	25,0	57,5
Associado e integrado	1	2,5	60,0
Não	16	40,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

³⁴ Neste estudo trataremos as grandes cooperativas como agroindústrias convencionais.

Os depoimentos a seguir referem-se aos motivos pelos quais alguns produtores integrados foram levados a romper com as agroindústrias convencionais:

Há vinte e cinco anos atrás as cooperativas pensavam em viabilizar a pequena propriedade, hoje elas só vêm o cliente e não o produtor. O custo muito alto, a remuneração pelo produto entregue é muito baixa, não cobre o custo. Muito serviço sem lucro (CH, Missal, 16/09/2006).

Desde a construção do barracão de fumo ficamos devendo pra firma e sempre entregando o produto. Mas, se a qualidade não era boa por causa do clima, pagavam pouco e não cobria as despesas com os insumos e sementes. O produto deles tinha valor alto e o nosso não era valorizado. A solução foi sair da integração e ainda ficamos devendo (KF, Matelândia, 21/09/2006).

Outros foram excluídos por não estarem enquadrados nos padrões quantitativos de produção da agroindústria convencional. “Fui obrigado a sair porque eles acharam que a produção e a entrega de produto era pouco” (JI, Matelândia, 21/09/2006).

A experiência com a integração trouxe aspectos positivos e negativos aos produtores familiares. Positivamente, a integradora é um agente de difusão tecnológica. Por outro lado, de certa forma o produtor adquiriu conhecimentos dos princípios básicos de gestão da unidade de produção agropecuária, por meio dos controles exigidos pela agroindústria convencional, não somente nas anotações de gastos e receitas, mas principalmente em termos de qualidade da produção. Os produtores pesquisados afirmam ter adquirido esses conhecimentos por cursos realizados pela integradora, atribuem também o aprendizado, à eficiência da assistência técnica prestada por ela.

Além da baixa remuneração a qual o produtor recebe pelo produto integrado, segundo os depoimentos, outro ponto negativo fica por conta da restrição de vínculos para chegar ao mercado de insumos, mercado consumidor,

conhecimento e tecnologia para a reinserção socioeconômica do produtor após o possível rompimento com a agroindústria convencional. Isto porque é ela que realiza todas as transações com o mercado, fornecendo ao integrado insumos, tecnologia, além de articular a comercialização do produto acabado. O integrado é apenas o fornecedor de matéria-prima para a agroindústria.

A decisão da família para a construção de sua própria agroindústria está baseada numa alternativa de renda com maior retorno monetário. Os aspectos negativos da experiência com a integração foram determinantes para a tomada de decisão pela construção da agroindústria familiar. O posicionamento decisivo foi da mulher agricultora, pois a mesma já processava alimentos que eram vendidos de porta em porta e feiras livres, porém sem inspeção sanitária e ambiental. Outro ponto fundamental, segundo as famílias pesquisadas foi o apoio recebido por técnicos do Instituto EMATER, de como proceder para consolidar a decisão de implantação e legalização da agroindústria.

4.3.2 Redes horizontais de desenvolvimento rural e as agroindústrias familiares pesquisadas

O processamento de alimentos foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, processo este, que vem sendo reconhecido e legitimado a partir da década de 1990. É possível visualizar hoje várias iniciativas as quais buscam dar respostas aos desafios de promover mudanças nos padrões de agroindustrialização e de desenvolvimento rural. Os produtores familiares que comercializam seus produtos transformados nos centros de comercialização dos

seis municípios em estudo operam esta estratégia de desenvolvimento rural, com a percepção de que o produto colonial é um produto diferenciado no mercado, um produto natural.

Segundo a argumentação de Mior (2005), o produtor familiar presentemente busca revalorizar sua matéria-prima como um dos componentes fundamentais de sua estratégia de reinserção econômica e social. Ele deixa de ser o produtor de matéria-prima transformada em insumo industrial, ou produtor especializado vinculado a mercados distantes, para se tornar um pequeno empreendedor.

Porém, o agricultor familiar encontra dificuldade em se organizar para legalizar seu empreendimento e colocar seus produtos no mercado regional, nacional e também para exportação, como é o caso da cachaça produzida na região. O desempenho dos elementos institucionais, sem dúvida, é determinante nesse processo.

Nesta direção estão Schejtman e Berdegué (2003) quando se referem aos sete elementos que devem ser considerados no desenvolvimento territorial rural destacam o desenvolvimento institucional como decisivo para o desenvolvimento territorial. É por meio dele que ocorre a relação com o funcionamento de redes de relações sociais de reciprocidade baseada na confiança, na identidade do território e nas redes com atores externos ao território.

Indagados a respeito da possibilidade de o produtor familiar poder, por si só, conseguir enquadrar seus produtos às exigências dos consumidores e torná-los competitivos no mercado, 52,5% dos representantes das unidades agroindustriais desta pesquisa responderam que não, enfaticamente. Isso revela o alto grau de dependência dos elementos institucionais, principalmente porque mais

20% responderam que conseguem colocar seus produtos no mercado, porém mediados por alguma condição como, por exemplo, apoio de órgãos como EMATER, SEBRAE e das próprias associações ou cooperativas dos produtores. Apenas 25% dos produtores responderam sim, são os que não encontram nenhuma dificuldade em colocar seus produtos no mercado, como revela a Tabela 18 abaixo.

Tabela 18 – O produtor familiar pode por si só enquadrar seus produtos às exigências do consumidor e torná-los competitivos no mercado?

	Freqüência	Percentual	Percentual Acumulado
Sim	10	25,0	25,0
Não	21	52,5	77,5
Sim/condicionado	8	20,0	97,5
Sem informação	1	2,5	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa

A emergência de novos atores regionais, ligados à agricultura familiar, estariam costurando novas redes de desenvolvimento rural na região. Estes novos atores regionais - como as associações dos produtores familiares rurais nos municípios, Associação de Apicultores do Oeste do Paraná, a Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná (COPERAFA), Cooperativa dos Produtores de Cachaça do Oeste do Paraná (COOPERCACHAÇA), Fórum Oeste de Entidades, e outros agentes importantes como o Instituto EMATER, as prefeituras municipais, SEBRAE, SENAR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - em conjunto, passam a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial promovendo formas de agroindustrialização na região em estudo.

A associação de produtores torna-se instrumento fundamental de articulação entre os produtores familiares e outros agentes. No ano de 1994, no município de Missal, foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores de Missal. Era o início da organização dos agricultores familiares na região, que culminou na implantação dos centros de comercialização para os pequenos e médios produtores do meio rural, com a finalidade de buscar alternativas para a geração de emprego e agregação de valor na matéria-prima produzida nas propriedades, evitando assim, o desemprego e o êxodo rural.

Os centros de comercialização operam em cooperação flexibilizando o acesso de produtores de outros centros, quando há demanda, para vender seus produtos. Outra iniciativa das associações foi a formação da Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná – COPERAFA, constituída por cinco centros de comercialização dos municípios de Missal, Matelândia, Nova Aurora, Corbélia e Cafelândia³⁵. A COPERAFA faz a parte legal das transações comerciais que não é permitido às associações dos produtores. O Decreto 3.927 de 29 de novembro de 2004 permite ao agricultor familiar cadastrado no Programa Fábrica do Agricultor, a comercialização dos produtos transformados com “Nota de Produtor”, dentro do Estado. Assim, o produtor com enquadramento no decreto, tem um tratamento diferenciado em relação ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) na comercialização de produtos industrializados.

A articulação das associações e das cooperativas dos produtores familiares, o constante contato entre eles, com o estabelecimento de parcerias e o planejamento de estratégias comuns, forma uma base de conhecimentos e de iniciativas. Esta articulação se torna fundamental para a conformação de redes e

³⁵O município de Cafelândia não foi incluído na presente pesquisa, mas os agricultores estão organizados em associação e recentemente constituíram o centro de comercialização.

alianças, com outros agentes que estejam institucionalizando estas práticas, fortalecendo a confiança mútua entre eles.

Além da atuação desses atores regionais e outros agentes, é relevante a existência de políticas públicas específicas, voltadas à agroindústria familiar, que, segundo Mior (2005), possibilitou mudança no ambiente institucional e vem contribuindo para uma maior legitimação de novas formas de organização da produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos produzidos nas redes de agroindústrias familiares.

Historicamente a estrutura fundiária na região foi baseada na pequena propriedade familiar e na agricultura diversificada, integrada ao sistema de produção agrícola e pecuário mercantilizado, cuja característica ainda persiste nos dias de hoje.

Segundo Schallenberger e Colognese (1994), na década de 1980 o impacto da modernização agrícola teve significativos desdobramentos na região. Houve seletividade socioeconômica e tecnológica que resultou na especialização da produção e, conseqüentemente, no desaparecimento de um número expressivo de pequenas propriedades na região resultando na concentração da propriedade rural e na aceleração da urbanização em conseqüência do êxodo rural.

O processo de constituição desses novos atores regionais está ligado ao esforço dos produtores familiares na superação dos problemas econômicos e sociais decorrentes da progressiva introdução da monocultura da soja, a partir da década de 1960, em conseqüência da modernização agrícola na região e da forte integração com as estruturas agroindústrias convencionais, ao longo das últimas décadas.

Os produtores buscam, com esses novos atores regionais, a cooperação e a construção de uma rede de relações com engajamento de entidades públicas, como o Instituto EMATER e as prefeituras municipais, entre outras, e iniciativas privadas urbanas. A interação social do contexto rural com o urbano sugerida por essa rede de relações propicia a que os produtores rurais tenham um maior acesso ao mercado para colocação de seus produtos. Há que se considerar ainda, que a região possui uma vasta rede de cidades, o que possibilita maior inserção dos produtos nos comércios locais como: hotéis, supermercados, mercearias, panificadoras, restaurantes e lanchonetes.

Essas relações dinâmicas, segundo Abramovay (2000), valorizam as tradições e o potencial do espaço local. É o novo enfoque territorial do desenvolvimento rural, o qual compreende as raízes históricas de um território e seu capital social. Para Schejtman e Berdegué (2003) o território é um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados.

Neste sentido, evidencia-se na região pesquisada, a formação de redes horizontais de desenvolvimento rural, possibilitadas pela existência de um determinado capital social, que se configura na cooperação entre as famílias rurais, bem como nas estratégias compartilhadas por elas em conjunto com todos os agentes e elementos que constituem o território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados nesta pesquisa apontam que a agricultura familiar apresenta características próprias na organização da produção. A agroindustrialização é uma atividade que não se constitui numa novidade para o produtor familiar rural, muito menos para a mulher agricultora. Ela já transformava alimentos, cujo conhecimento foi passado por meio da tradição familiar, essa prática faz parte da cultura dos agricultores e da própria história da agricultura familiar.

Atividade iniciada e realizada pela mulher, na maioria dos casos, se constituiu numa atividade rentável, o que fez com que outros membros da família passassem a se envolver na fabricação dos produtos. Em muitos casos a agroindustrialização passou a ser a atividade principal da propriedade.

O processo de agroindustrialização da produção familiar não representa a solução para todos os problemas e necessidades das famílias no meio rural. Mas deve ser entendido como uma alternativa de um conjunto de ações articuladas, entre os atores sociais, organizações públicas e privadas e o território na busca da consolidação de redes horizontais de desenvolvimento rural.

Como as redes verticais buscam constantemente o aumento de produtividade, aumento de escala e necessitam de altos investimentos em tecnologias, isso fez com que a maioria dos agricultores pesquisados ficassem de fora desse processo de produção. Como contraponto, surgiram novas formas de inserção no mercado, que se constituem nas ações conjuntas de diversos atores sociais formando as redes horizontais.

As redes horizontais nos municípios pesquisados ainda são incipientes, em vias de construção. Tem-se a percepção de um ambiente

institucional favorável a redes sociais de inovação e aprendizagem (características das redes horizontais) materializadas pelos atores regionais, por agentes públicos, privados e o território.

A pesquisa confirmou a hipótese do trabalho de que os produtores familiares utilizam a agroindustrialização de alimentos como estratégia de resistência e sobrevivência garantindo a reprodução da unidade familiar no meio rural. A inserção do produtor familiar rural na rede horizontal permite ao mesmo controlar todo o processo de confecção e comercialização de seus produtos, resultando no aumento da renda da família.

Porém os produtores familiares precisam superar dificuldades as quais nem sempre dependem somente do esforço deles. O baixo nível de capitalização dos agricultores pesquisados gera a necessidade de obtenção de recursos. Entretanto, os poucos recursos disponibilizados pelo Estado à agricultura familiar e a dificuldade para se obter esses recursos torna-se um dos principais entraves à implantação, expansão e modernização das agroindústrias familiares.

Há a necessidade premente de que os programas de políticas públicas sejam ampliados, no sentido de fornecer ao produtor familiar mais recursos e de fácil acesso. Entre outros, uns dos pontos principais seria a assistência técnica efetiva a partir da produção da matéria-prima, o que possibilitaria o aumento da produtividade e qualidade do produto final. O produtor necessita também, de instrumentos que lhe permitam o desenvolvimento da capacidade de gestão e tecnologia na propriedade, bem como elementos que possibilitem a eficiência do uso dos recursos e um maior acesso para comercializar seus produtos para outras regiões do país.

Os estudos realizados e as análises apresentadas neste trabalho não são conclusivas. Acredita-se ter contribuído para uma maior compreensão do processo de implantação das agroindústrias familiares rurais na Região Oeste do Paraná. Faz-se necessária a continuidade dos estudos para a realização de análises mais abrangentes, pois a região possui um grande potencial de capital social e ambiente institucional para o desenvolvimento de redes horizontais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.39, n. 3, p. 9-39, jul./set., 2001.

ALVES, E.; PASTORE, A. C. A política agrícola no Brasil e a hipótese da inovação induzida. IICA-OEA, **Informe de conferências, cursos e reuniões**. Montevideo, Uruguay, n. 69, p. 129-143, 1975.

ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, A.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo, UNESP: Edusp, 2001.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BARAN, P. A. **The Political Economy of Growth**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1957.

BOCKE, J. H. **Economics and Economic Policy of Dual Societies as Exemplified by Indonesia**. Nova Iorque: Institute of Pacific Relations, 1953.

BOISIER, S. Desarrollo (local); ¿de qué estamos hablando? In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-185

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul. UNISC. v. 4, n.1, p.61-78 jan./abr. 1999.

BONI C. E.; CUNHA, M. S. da. Evolução da estrutura fundiária no Estado do Paraná no período de 1970 a 1995/96. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. da. (Orgs.) **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel : EDUNIOESTE, 2002. p. 145-162

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTRO, A. B. de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988. 192 p.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo : Brasiliense, 1981.

COLOGNESE, S. A. Identidade e organizações étnicas entre os descendentes de italianos. **Revista Tempo da Ciência**, Toledo, v.7, n. 14, p.55, 1999.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999. 153 p.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. Editora Ática, São Paulo, 1989.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro**. Campinas, 1999. 220 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP.

DEL GROSSI, M. E.; ANEQUINI, P. R.; SEREIA, V. J. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural paranaense na década de 90 – atividade e posição. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE - ECOPAR, 2002, Maringá. **Anais...** Maringá: EDUEM, 2002. p. 1-18.

ELLIS, F.; BIGGS, S. La evolución de los temas relacionados ao desarrollo rural: desde la década de los años '50 al 2000. **Organizações Rurais**. Lavras, v. 7, n. 1, p.60-69, 2005.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

EMATER. **Programa de agroindústria familiar “Fábrica do Agricultor”**. Cascavel: SEAB – Governo do Paraná, 2005.

ESSER, J. V. Vilas Rurais: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. 275 f Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005.

FAO; INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000.

FEI, J. C. H; RANIS, G. **Development of the labour surplus economy: theory and policy**. New Haven: Yale University, 1964.

FERNANDES FILHO, J. F. Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador; JORNADA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, 4., 2001, Salvador. **Anais eletrônicos...** Niterói: ANPEC; Rio de Janeiro: SEB, 2001. 1 CD-ROM.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 8. ed., 1983.

GIL, A. C. **Técnicas em pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 31-55, out./dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BASALDI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11, n.2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 25, 1997, Recife. **Anais eletrônicos....** Recife – PE: ANPEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999, Belém; JORNADA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, 2., 1999, Belém. **Anais eletrônicos....** Niterói: ANPEC; Rio de Janeiro: SEB, 1999. 1 CD-ROM.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 44, n. 3, p. 355-382, Jul./Set. 2006.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA, 1988. 583 p.

HIRSCHMAN, A. O. **La estrategia del desarrollo económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 41, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=pt&nrm=iso Acesso: Jan 2007. doi:10.1590/S010340142001000100007.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In: KILSZTAJN, S. e DOWBOR, L. **Economia Social**. São Paulo, Laboratório de Economia Social da PUC-SP, 2000a.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA A. Posição na ocupação, tempo de trabalho e renda na agricultura brasileira em 1980. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 6, n. 4, p. 78-90, out./dez. 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Brasília, IBGE, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário**: 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. v. 6. Redes urbanas regionais: sul.

JORGERSON, D. W. The Development of a Dual Economy. **Economics Journal** **71**. Junho, 1961 p. 309-394.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, A. (Coord.). O novo padrão Agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial, 1987. Mimeografado.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KELLEY, C.; WILLIAMSON J. G.; CHEETHAM, R. J. Biased Technological Progress and Labor Force Growth in a Dualistic Economy. **Quarterly Journal of Economics** **86**, 1972. p. 426-447.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. 296 p.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **The Manchester School** **22**, May, 1954. p. 139-191.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. **Networks in rural development**: beyond exogenous and endogenous models. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.

MARTINE, G. A. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Coords.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 9-15.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MONTOYA, M. A.; GUILHOTO, J. J. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas na agricultura familiar**. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001, v. 1, p. 179-222.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

MOREIRA, R. Da região a rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Ciência Geográfica: Ensino, Pesquisa e Método**, Bauru, n. 6, p. 01-11, abr. 1997.

MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, Cardiff, UK, n. 16, 2000. p. 407-419.

NASCIMENTO, C. A. do. Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.
NURKSE, R. Formação e utilização do excedente econômico: problema operatório fundamental. In: PEREIRA, L. (Org.). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.175-189.

PARRÉ, J.L.; ALVES, A.F.; PEREIRA, M.F.; SILVEIRA, J.S.T. Desempenho do setor agroindustrial da região Sul do Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS (NETWORKS) ALIMENTARES, 3, Ribeirão Preto, 2001. **Anais**. Ribeirão Preto: PENZA/FEARP, 2001.

PERIS, A. F. **Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 173 p.

PIERUCCINI, M. A. A constituição do complexo agroindustrial na Região Oeste do Paraná. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná. In: FILHO, F. C.; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). **Agronegócio e desenvolvimento regional**. EDUNIOESTE, Cascavel, 1999. p. 57-83.

PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M.L.; RAMOS, J. M. (Ed.). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão, PR: Calgan Ed. Gráfica, 2003. 166p. p. 45-71.

PREBISCH, R. **Towards a Dynamic Development Policy for Latin America**. Nova Iorque: Nações Unidas, 1963.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RANIS, G.; FEI, J. C. H. A Theory of Economic Development. **American Economic Review** **51**, Setembro, 1961. p. 533-565.

REZENDE, L. P. F.; PARRÉ, J. L. A hierarquização dos municípios paranaenses segundo as suas atividades agrícolas. **Informe Gepec**, Toledo, v.7, n. 2, p.99-119, jul./dez. 2003.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Zahar. 1961.

ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANTOS, M. **A natureza do espaço-técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHALLENBERGER, E. **A integração do Prata no sistema colonial**: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá. Toledo: EDT, 1997.

SCHALLENBERGER, E. COLOGNESE, S. **Migrações e comunidades cristãs**: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná. Toledo: EDT, 1994.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J.A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago do Chile: RIMISP, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, Colômbia. v. 1, n. 44, p.11-40, 2000.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: FÓRUM INTERNACIONAL, 2003, Fortaleza. **Território, desenvolvimento e democracia**. Fortaleza, p.1-21, nov. 2003.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo – RS. v.8, n.15, p.117 - 149, 2000.

SEAB. **Agroindústria Familiar. Fábrica do Agricultor**
<http://www.fabricadoagricultor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudodphp?conteudo=4>
 Acesso em: Dezembro 2006.

SEAB. **Projeto Paraná 12 Meses.** <http://www.seab.pr.gov.br/pr12meses/inicio.jsp>
 Acesso em: Dezembro 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOLARI, A. E. *et al.* **Teoría, acción social y desarrollo en América Latina.** México: Siglo XXI, 1976.

SOLO DE ZALDIVAR, V. B. De campesino a agricultor? la pequena producción familiar em el marco del desarrollo capitalista. **Noticiário da História Agrária. Boletín Informativo del Seminario de Historia Agraria**, Murcia, Spain, v. 3. n. 5, p. 127-159, enero/jun. 1993.

SOUZA, M. de. Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná. 2000. 304 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2000.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

STADUTO, J. A. R. Os mercados de opções agrícolas: uma alternativa de financiamento para a agricultura. 1995, 133 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 1995.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. A.; BACHA, C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo.** São Paulo, v. 51, n. 2, p. 57-70, jul./dez. 2004.

STADUTO, J. A. R.; WILLERS, E.; AZEVEDO, P. R. Arranjo produtivo local de Terra Roxa: a anti-vocação. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, BA. Ano VIII, n. 13, janeiro, 2006. p. 101-113.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. Desempenho socioeconômico e organização produtiva da agricultura familiar no Oeste do Paraná. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto. **Anais do XLIII CONGRESSO DA SOBER**, 2005. v. 1. p. 252-266.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R. de; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n.1, p. 67-82, jan./abr. 2005.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento.** Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2000.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento rural**: o Brasil precisa de um projeto. Texto para CONTAG, 1998. 55 p.

VEIGA, J. E. da. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: USP, HUCITEC, 1991. 219 p.

VEIGA, J. E. da. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, E. (org.) *et al.* **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília: 2000. p. 173-200.

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da modernidade social**: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./set. 2000. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/06-artigo1.htm>. Acesso em: novembro 2005.

ANEXOS

ANEXO I

**Questionário aplicado na pesquisa de campo nas Agroindústrias Familiares Rurais em seis
Municípios da Região Oeste do Paraná**

QUESTIONÁRIO

AGROINDÚSTRIA FAMILIAR: _____

MUNICÍPIO: _____

LOCALIDADE: _____

PESQUISADOR: _____ DATA DA PESQUISA: ___/___/___.

A) INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPRIEDADE FAMILIAR

1. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

Nome	Grau de parentesco c/ titular (a)	Sexo (b)	Idade	Nível Escolaridade (d)	Atividade Agrícola	Salário ou Renda	Situação Renda (h)	Atividade não-agrícola	Salário ou Renda	Carteira assinada S/N
01	Titular				(P) (FP)			(P) (FP)		
02					(P) (FP)			(P) (FP)		
03					(P) (FP)			(P) (FP)		
04					(P) (FP)			(P) (FP)		
05					(P) (FP)			(P) (FP)		
06					(P) (FP)			(P) (FP)		
07					(P) (FP)			(P) (FP)		
08					(P) (FP)			(P) (FP)		
09					(P) (FP)			(P) (FP)		
10					(P) (FP)			(P) (FP)		

a. graus de parentesco

- 01 responsável
- 02 cônjuge
- 03 filho/filha
- 04 pai/mãe/sogro/sogra
- 05 nora/genro
- 06 neta(o)
- 07 agregados
- 08 outros (a)

b. Sexo

- 01 – Masculino
- 02 - Feminino

d. níveis de escolaridade

- 01 analfabeto
- 02 pré-escola
- 03 1ª a 4ª série
- 04 5ª a 8ª série incompleto
- 05 8ª série completa
- 06 2º grau incompleto
- 07 2º grau completo
- 08 Nível técnico
- 09 superior incomp.
- 10 superior completo
- Pós-Graduação
- 96 não soube informar

e. ocupações

- 01 trabalhador rural volante
- 02 trabalhador rural
- 03 gerente/adm. agrícola
- 04 servidor público
- 05 autônomo
- 06 trabalhador doméstico
- 07 aposentado rural
- 08 aposentado outros
- 09 diarista urbano
- 10 diarista rural
- 11 operador agrícola
- 12 constr. Civil

- 13 serviço geral
- 14 auxiliar serviços gerais
- 15 comércio
- 16 motorista
- 17 ambulante
- 18 indústria
- 97 diversos

h. Situação Renda

- (1) fixa
- (2) variável
- (3) aposentadoria/pensão

2. DO TOTAL DA RENDA FAMILIAR, QUANTO (%) PROVÉM:

2.1 DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS _____%

2.2 DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS _____%

DA AGROINDÚSTRIA _____%

DE APOSENTADORIA _____%

OUTRAS ATIVIDADES _____%

2.3 EM QUAL CATEGORIA DE RENDA BRUTA ANUAL SE ENQUADRA SUA PROPRIEDADE?

() NEGATIVA OU NULA; () + 0 a 3.000; () + 3.000 a 8.000; () + 8.000 a 15.000; () + 15.000 a 27.000;
() + 27.000

3. CONDIÇÕES DO PRODUTOR:

() PROPRIETÁRIO; () POSSEIRO; () ARRENDATÁRIO; () PARCEIRO; () COMODATO; () OUTRO.

4. QUAL A FORMA DE AQUISIÇÃO DE SUA PROPRIEDADE?

() HERANÇA; () COMPRA; () POSSE; () OUTRO _____

4.1 QUAL O TAMANHO DE SUA PROPRIEDADE? PRÓPRIA _____ () HA () ALQUEIRE.

OUTRO _____ () HA () ALQUEIRE.

4.2 NOS ÚLTIMOS 5 ANOS O SR.(A): () ADQUIRIU MAIS TERRA; () VENDEU PARTE DE SUA TERRA;

() CONTINUA COM A MESMA ÁREA.

5. QUAIS AS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NA PROPRIEDADE? _____

7. O SENHOR ESTÁ INTEGRADO A REDE VERTICAL (INTEGRADO À COOPERATIVA OU AGROINDÚSTRIA)?

() SIM - FAZ QUANTO TEMPO? _____

Quais as vantagens de estar integrado à rede vertical? _____

E as desvantagens? _____

7.1 QUAIS OS PRODUTOS INTEGRADOS? _____

8. SE NÃO FOR INTEGRADO: () NUNCA FOI INTEGRADO

() JÁ FOI INTEGRADO, POR QUANTO TEMPO? _____ PORQUE NÃO CONTINUOU INTEGRADO?

9. O SENHOR PARTICIPA DE SINDICATOS E OUTRAS ASSOCIAÇÕES?

() SIM - HÁ QUANTO TEMPO? _____ () NÃO

10. O SENHOR PARTICIPA DE INICIATIVAS COLETIVAS COMO: CONSÓRCIOS DE EXPORTAÇÃO, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA E OUTRAS DISCUSSÕES?

() SIM – QUAIS? _____ () NÃO

B. INFORMAÇÕES SOBRE A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

1. QUAIS AS DIFICULDADES PARA INSTALAR A AGROINDÚSTRIA? () SANITÁRIA; () EXIGÊNCIA NA

QUALIDADE DO PRODUTO; () CUSTO DA EMBALAGEM; () FALTA DE RECURSOS; () FALTA DE TECNOLOGIA;

() DESCONHECIMENTO DO PROCESSO; () FALTA DE MP; () FALTA DE MAQUINÁRIOS; () PEQUENA ESCALA;

() OUTROS.

2. MÃO-DE-OBRA UTILIZADA NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Total MO utilizada na agroindústria	Família		Contratado Permanente		Contratado Temporário	
	M	F	M	F	M	F

3. QUAIS OS PRINCIPAIS PRODUTOS PROCESSADOS PELA AGROINDÚSTRIA? _____

4. A MATÉRIA-PRIMA UTILIZADA NA AGROINDÚSTRIA É PRODUZIDA 100% NA PROPRIEDADE?
 SIM NÃO – QUANTO (%) É PRODUZIDO? _____ ONDE É ADQUIRIDO O RESTANTE DA MP? _____

5. O CONHECIMENTO PARA INICIAR A ATIVIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS:
 É ORIUNDO DE SUA EXPERIÊNCIA
 FOI REPASSADO PELA EMATER
 OUTROS _____

6. COMO OCORRE O APERFEIÇOAMENTO DE SEU PRODUTO OU FORMA DE PRODUZIR? _____

7. O QUE O MOTIVOU A ENTRAR NESTA ATIVIDADE? _____
 QUANDO A INICIOU? _____
 E QUEM A INICIOU? _____

8. QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE PARA COMERCIALIZAR SEU(S) PRODUTO(S)?
 SANITÁRIA; EXIGÊNCIA NA QUALIDADE DO PRODUTO; EMBALAGEM; DIFICULDADE EM ABRIR MERCADO; PEQUENA ESCALA; OUTROS _____.

9. SUA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR INICIOU:
 ALTERNATIVA DE COMPLEMENTO DE RENDA ; CONSUMO PARA A FAMÍLIA DEPOIS COMO COMPLEMENTO DE RENDA.

10. QUANTO TEMPO DEPOIS RESOLVEU EXPANDIR A ATIVIDADE E ENQUADRÁ-LA NAS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA? _____

11. QUEM ADMINISTRA A AGROINDÚSTRIA? _____

12. QUAL O PRINCIPAL MOTIVO QUE O LEVOU A TORNAR A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COMO UMA ATIVIDADE DA FAMÍLIA?
 DIVERSIFICAÇÃO (FLUTUAÇÃO DA RENDA); RENDA INSUFICIENTE COM A ATIVIDADE AGRÍCOLA;
 DIFICULDADE EM OUTRAS OCUPAÇÕES; DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO E DE SE MANTER INTEGRADO COM GRANDES AGROINDÚSTRIAS E COOPERATIVAS; OUTROS _____

13. EM QUE ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SUA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR ESTÁ ENQUADRADA?
 SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM); SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIP);
 SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF); ISENTOS

C. QUALIDADE DO PRODUTO

1. O SR.(A) RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA VOLTADA À QUALIDADE NA SEGURANÇA DO ALIMENTO
() SIM () NÃO

2. SE SIM, EM QUAIS ETAPAS?
() MANEJO (MP); () MANIPULAÇÃO (TRANSFORMAÇÃO DO PRODUTO); () CONTROLE MICROBIOLÓGICO;
() ANÁLISE DA PRODUÇÃO (CONTROLE DA ACIDEZ, TEMPERATURA); () CONTROLE DA LIMPEZA E
DESINFECÇÃO DO LOCAL E MAQUINÁRIOS.

3. QUEM FAZ A ASSISTÊNCIA TÉCNICA? _____

4. E QUAL A PERIODICIDADE? () SOMENTE NO INÍCIO; () SEMANAL; () QUINZENAL; () MENSAL;
() SEMESTRAL; () QUANDO É SOLICITADO.

5. NA SUA OPINIÃO PORQUE O CONSUMIDOR ADQUIRE OS PRODUTOS DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR?
() QUALIDADE; () PREÇO; () FACILIDADE LOCAL; () VALORIZAÇÃO DO PRODUTO RURAL;
() OUTROS _____

6. COMO É ARMAZENADA A PRODUÇÃO NA AGROINDÚSTRIA E COMO É TRANSPORTADA ATÉ OS
CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO? _____

7. NA SUA OPINIÃO A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR PODE CONSEGUIR, POR SI SÓ, ENQUADRAR OS SEUS
PRODUTOS ÀS EXIGÊNCIAS DOS CONSUMIDORES E TORNÁ-LOS COMPETITIVOS NO MERCADO?
() SIM () NÃO
POR QUÊ? _____

8. O SENHOR PARTICIPA DE CURSOS E TREINAMENTOS TÉCNICOS?
() SIM – Quem realiza os treinamentos? _____ () NÃO

8.1 QUAL A FREQUÊNCIA? () ANUAL; () SEMESTRAL; () TRIMESTRAL; () MENSAL;
() OUTRO _____

4. PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR

1. SUA AGROINDÚSTRIA FAZ PARTE DO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR?
() SIM - HÁ QUANTO TEMPO? _____ () NÃO – POR QUÊ? _____

2. QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE O PROGRAMA PROPORCIONOU PARA A AGROINDÚSTRIA?
() LEGALIZAÇÃO; () AUMENTO DE VENDAS; () MARKETING; () OUTROS _____

3. FOI ALTERADO ALGUM PROCESSO, EM TERMOS DE QUALIDADE DO PRODUTO, PARA O ENQUADRAMENTO
AO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR?

4. O PRODUTO É COMERCIALIZADO COM NOTA DE PRODUTOR? () SIM () NÃO
Vantagens: _____
Desvantagens: _____

5. O SENHOR FAZ UM CONTROLE DE PRODUÇÃO E DE VENDAS? () SIM () NÃO
Se faz, qual? _____
Se não faz, qual é a dificuldade? _____

5.1 FAZ PLANILHA DE CUSTOS? () SIM () NÃO

5. RECURSOS/CRÉDITO

1. RECURSOS UTILIZADOS PELO PRODUTOR FAMILIAR

Implantação da Agroindústria Familiar				Expansão/Ampliação				Modernização			
Próprio Família	Banco	PRONAF	Outro	Próprio Família	Banco	PRONAF	Outro	Próprio Família	Banco	PRONAF	Outro

2. OBTEVE PRAZO DE CARÊNCIA? () SIM - Qual o período? _____ () NÃO

3. COMO É FINANCIADO O CAPITAL DE GIRO PARA SUA AGROINDÚSTRIA? _____

4. NO GERAL, POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA, O QUE DIFICULTA O PRODUTOR FAMILIAR A MANTER A AGROINDÚSTRIA? _____

ANEXO II



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
DECRETO n° 3.927

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n° 5.141, de 12 de dezembro de 2001, as seguintes alterações:

Alteração 412ª O artigo 561 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 561. A pequena unidade agroindustrial, relativamente ao ICMS, terá tratamento tributário diferenciado, denominado “Programa de Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor”, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo.”

Alteração 413ª O artigo 562 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 562. Para os fins do disposto neste Capítulo, considera-se “Fábrica do Agricultor” a atividade agroindustrial desenvolvida por produtor agropecuário que realize operações, por ano, de até o valor equivalente a 1.600 UPF/PR, desde que o produtor:

- I - explore a terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro;
- II - utilize o trabalho familiar, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com o auxílio de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;
- III - tenha oitenta por cento da sua renda bruta familiar anual proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa;
- IV - resida na propriedade ou em aglomerado rural;
- V - não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação específica em vigor;
- VI - esteja organizado em cooperativa agroindustrial da agricultura familiar

especialmente criada para os fins deste Capítulo, cujo quadro social ativo deverá ser constituído exclusivamente por agroindústrias familiares, ou atue como produtor rural familiar agroindustrial cadastrado na SEAB/EMATER;

VII - realize processos de industrialização, na área rural, utilizando, no mínimo, cinquenta por cento de matéria-prima proveniente de sua própria produção agropecuária.

§ 1º. O produtor fica dispensado de inscrever-se no CAD/ICMS, devendo emitir Nota Fiscal de Produtor para acobertar as saídas para a cooperativa de que faça parte ou as saídas para comercialização.

§ 2º. A cooperativa de que trata o inciso VI deverá obter inscrição no CAD/ICMS, observado o disposto nos arts. 104 e 105, apresentando, ainda, certificado expedido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, segundo critérios por ela fixados, devendo constar no Cadastro de Contribuintes que tal cooperativa está vinculada ao "Programa de Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor".

§ 3º. Fica dispensado o imposto nas operações internas com os produtos resultantes do processo de que trata o inciso VII, devidamente identificados com rótulo da cooperativa ou dos produtores, de que trata o inciso VI, e com selo que demonstre a participação no "Programa de Agroindústria Familiar Fábrica do Agricultor".

§ 4º. Deverá constar, nas notas fiscais que acobertarem as operações, a expressão: "Fábrica do Agricultor - arts. 561 e 562 do RICMS".

Alteração 414^a O "caput" do art. 563 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 563. A cooperativa deverá manter arquivadas, para apresentação ao fisco, as declarações subscritas pelos produtores que dela façam parte, de que optam pelos termos deste Capítulo e de que atendem aos requisitos previstos no art. 562."

Alteração 415^a O artigo 565 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 565. Os produtores e a cooperativa enquadrados nos termos deste Capítulo, caso descumpram as normas estabelecidas, sujeitam-se ao pagamento do imposto e às penalidades previstas na legislação."

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 29 de novembro de 2004, 183º da Independência e 116º da República.

ROBERTO REQUIÃO,
Governador do Estado

HERON ARZUA,
Secretário de Estado da Fazenda

CAÍTO QUINTANA,
Chefe da Casa Civil

ORLANDO PESSUTI,
Secretário de Estado da Agricultura
e do Abastecimento

Ref.prot.nº 8.274.276-0